



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhores Deputados, público que nos assiste pela TVAL, nos acompanha pela Rádio Digital Alesc e todos aqueles aqui presentes, muito bom-dia.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11, de 2020.

Encontram-se presentes nesta reunião: Deputado Fabiano da Luz, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Ivan Naatz, Deputado Sargento Lima; e nos acompanhando de forma remota o Deputado Valdir Cobalchini e o Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, eu também me encontro aqui, parcialmente remoto, daqui a pouco estarei aí, no seu lado. É o João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja muito bem-vindo também, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, eu gostaria de fazer questão de ordem já neste momento, é possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então, eu queria primeiro parabenizar a tua atitude, como Presidente, de oficiar os quarenta Deputados sobre essa dúvida que ficou desde a última reunião, que essa dúvida é muito ruim, não só para os quarenta Deputados, não é uma defesa corporativa que eu estou fazendo aqui, eu não estou fazendo uma defesa corporativa da Assembleia.

Eu estou defendendo, eu estou querendo defender a honra dos quarenta Deputados. Inclusive do Deputado que a pessoa não lembra o nome, porque acho que é a pessoa mais prejudicada no momento, já que ele, depois de ter o seu nome, não sei se é homem ou mulher, ele vai poder se declarar, se manifestar sobre a situação.

Então, essa minha questão de ordem, além de parabenizar esse seu ofício encaminhado aos quarenta Deputados, é para pensar, juntamente com a Assessoria da Comissão, com a Procuradoria da Casa, com o Relator, com o Vice-Presidente e com todos os integrantes da Comissão para saber o que mais nós podemos fazer para tentar acabar com essa dúvida, que é ruim pra todos nós.

Então, parabenizar e fazer essa provocação de qualquer medida jurídica que a Comissão puder fazer pra esclarecer, para que essas pessoas lembrem, né, vou falar, lembrem entre aspas, porque para mim estão omitindo o nome. É impossível lembrar a data, lembrou dia de *live* do Governador, minuto da *live* que o Governador deu uma declaração e



não lembrar o nome de um Deputado, que é uma figura pública. Então, parabenizar e fazer essa provocação à Procuradoria da Casa e aos demais membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Agradeço pelas palavras, Deputado, justamente esse é o objetivo mesmo, retirar essa nuvem que existe aí em cima, uma vez que citaram que houve a figura de um Parlamentar envolvido, é necessário que ou ele se manifesta ou a gente recupera os dois telefones celulares, tanto da Márcia Pauli quanto do Douglas Borba.

Muito Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Trinta segundos, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - À vontade, até mais do que isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Quero concordar plenamente com o Deputado João Amin, inclusive também já me manifestei em relação ao assunto, é importantíssimo que o nome do Deputado seja revelado. E, repetindo as palavras do Deputado João Amin, é extremamente desconfortável pra cada um de nós, para a Casa, porque todos nós, de uma certa forma, somos suspeitos na medida em que não se revelou o nome ainda.

Então, é importante essa sua providência, Deputado Presidente Sargento Lima, tão logo esse nome seja revelado, para que ele se torne público. Nada, absolutamente nenhuma suspeita em relação ao nome. O contato pode ter sido republicano, e acredito que tenha sido assim. Mas, quando há dúvida, é ruim pra toda a Casa e é ruim para todos nós.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopesa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Bom dia, senhor Presidente, bom dia a todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Também quero, na mesma direção do Deputado João Amin e do Deputado Cobalchini, cumprimentar primeiro vossa excelência pela ideia de ter pensado em fazer uma notificação a cada um dos Parlamentares para que eles possam se pronunciar.

Acho que é importante que a gente esclareça isso, também quero acreditar que a conversa tenha sido uma conversa republicana. Mas enquanto não se identificar, de fato, quem foi, e a pessoa puder dizer o que foi o contato que fez, fica uma dúvida sobre todos nós, os quarenta Deputados. Eu acho que vossa excelência, Deputado Sargento Lima, foi muito feliz, e nós já aprovamos na noite de terça-feira para quarta, mas é importante que se diga aqui e reforçar aquilo que disse o Deputado João e também o Deputado Cobalchini. É importante que se esclareça esse fato, para não pairar dúvidas em cima dos quarenta Parlamentares.

Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu, talvez, senhor Presidente, tenha que me retirar durante a reunião por algum tempo, mas eu prometo que serei breve e voltarei pra poder continuar junto o trabalho com os demais colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Senhores Deputados, Deputado João Amin, Deputado Sargento Lima, Deputado Fabiano, Deputado Kennedy, Deputado Cobalchini, Deputado Sopelsa, quem nos acompanha, muito bom dia a todos os servidores da Casa.

É extremamente importante a posição do Deputado João Amin. Eu informo aos senhores, eu ia informar no expediente, que já está trabalhando conosco o Delegado de Polícia Márcio Fortkamp. Ele já se apresentou para vossas excelências, o Delegado, e ontem eu tive uma conversa como o Delegado Márcio e pedi a ele que procurasse a Deic, e que junto com a Deic desse uma atenção especial para esses fatos do contato do Deputado com a Márcia e com o Douglas Borba.

Então, já é uma tarefa que foi determinada pela Presidência e pela Relatoria. Eu acredito, senhores Deputados, e acho fundamental, muito, mas muito fundamental e importante, inclusive a colocação do Deputado João Amin, que a gente tenha isso aí o mais rapidamente solucionado. Eu não tenho dúvida nenhuma que se trata de uma relação republicana, mas é preciso deixar isso às claras. Então o Delegado Márcio Fortkamp, que é o nosso interlocutor da CPI com a Deic, nos próximos dias certamente terá os elementos que ajudarão, significativamente, a responder essa pergunta. Está certo?

Muito obrigado, senhores Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia a todas e a todos. Eu só queria chamar a atenção dos colegas para que a gente não faça disso o foco. Porque a gente, por exemplo, ontem vários veículos de comunicação destacaram mais essa questão de quem foi o Deputado. E por isso a palavra do Deputado João Amin, que está chegando agora aqui, foi muito importante para dar a condição de elucidar e até quem foi poder se manifestar.

Mas que a gente voltasse o foco dos trinta e três milhões comprados, pagos antecipadamente. O produto não chegou, tem uma carta do Controlador-Geral pedindo agora para que a Receita faça uma doação daquilo que o Estado – olha que louco isso - daquilo que o Estado pagou, ele quer a Receita Federal faça uma doação para o Estado.

Acho que a gente tem que ficar nesse foco. E também, senhor Presidente, eu gostaria de propor, não sei se agora ou depois, aquele assunto que a gente comentou antes, pode ser agora ou depois?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pode ser depois.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah, então está bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Antes de terminar, senhor Presidente, queria, além de comunicar a presença do Márcio, convidar os senhores Deputados, principalmente os Deputados que estão *on line*, pra ficar conosco depois do fim da sessão, cerca de quinze minutos, pra gente conversar com o Delegado Márcio Fortkamp, sobre os trabalhos que ele vem fazendo. E também sobre os procedimentos que nós vamos adotar na acareação.

Então, encarecidamente, gostaria de pedir à vossa excelência, que depois de terminado o nosso procedimento da CPI e a gente possa permanecer por mais quinze minutos juntos aqui pra preparar o procedimento da próxima terça-feira. Tá certo? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Agora, também de forma presencial, o Deputado João Amin já se encontra na Comissão. Seja bem-vindo, Deputado.



Inicialmente, quero comunicar a vossas excelências também que não teremos a aprovação e nem a votação da ata da reunião anterior, pois a mesa está em processo de elaboração. Como já, anteriormente, comunicada pelo Relator, recebemos o Ofício Interno nº 30, informando que foi autorizada a entrada do Delegado de Polícia Márcio Fortkamp e dos advogados representantes da OAB, Thiago Souza de Albuquerque e Eduardo Goeldner Capella, nas dependências do Palácio Barriga-Verde.

Também aproveitamos a nossa leitura hoje para dar conhecimento da alteração, por ato da Presidência de nº 11, substituindo o Deputado Marcos Vieira pelo Deputado Kennedy Nunes. Seja, agora oficialmente, muitíssimo bem-vindo e, com absoluta certeza, muito bem representado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Vamos às votações. Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando a convocação das testemunhas José Florêncio da Rocha, Coordenador do Fundo Estadual de Saúde; Débora Brum, técnica de Atividades Administrativas lotada na CGA da SES; Pedro Nascimento de Araújo, CEO da Veigamed; Fabrício Deambrosio Guasti, representante da Veigamed na operação para a reunião no dia 16 de junho a partir das 17h.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando a convocação das testemunhas: Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda; doutor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista do Hospital Nereu Ramos; Samuel de Brito Rodovalho, representante da Cima, do Paraná, fornecedora de respiradores, acusado de negociar propina com Rafael Wekerlin e Gustavo Steglich. Rafael Wekerlin, CEO da Brazilian Internacional Business; Gustavo Bissacotti Steglich, sócio da Oltramed Comércio de Produtos Médicos LTDA, para reunião no dia 18 de junho de 2020 a partir das 10h. Em discussão.

Só abrindo aqui. Eu gostaria de comunicar aqui da presença do doutor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista, esse foi um pedido meu o Relator, do qual eu abro mão. Está, Relator? Mas reforço a do pneumologista, eu faço questão dele ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor retira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Retiro o doutor Antônio Fernando Barreto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá anotado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E substituir um infectologista por um pneumologista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí teria como o senhor fazer por escrito, pra que a gente não tenha que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, só comunico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então vamos suspender a aprovação dessa ata até que chegue...até a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Assessoria, algum problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A suspensão desse requerimento para a substituição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque ele vai substituir o nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Do infectologista para o pneumologista.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então vamos suspender para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, não tem problema se vier em data posterior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, nós vamos manter a data, vamos manter a data reservada, só vamos aprovar a intimação, o convite da pessoa. Trocar o nome para a substituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só trocar um nome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Substituição de um nome.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, ainda temos uma sugestão do Deputado Kennedy Nunes e gostaria de deixar aberto aqui, rapidamente, para tentar conversar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, a minha preocupação é com relação à importância dos assuntos a serem tomados aqui e na minha visão, e por isso já conversei com o Presidente da Casa antes de trazer essa proposta pra cá. É que, às terças-feiras, começando às 17h, a gente perde muito tempo.

Eu conversei com o Presidente Julio, e se for um pedido da CPI, e ele levará daí à reunião dos Líderes, para que às terças-feiras a votação do plenário seja das 14h às 15h; e, das 15h em diante, o Horário dos Partidos, para que as sessões da CPI comecem às 15h na terça-feira. Porque durante o Horário dos Partidos é possível rolar aqui, num acordo de Líderes, rolar a sessão lá somente com a manifestação das pessoas no Horário dos Partidos, e nós aqui já começaríamos, para adiantar duas horas.

Então, essa seria a minha proposta, para que nós pudéssemos, se o Colegiado aqui achar por bem, levarmos ao Presidente para passar o Grande Expediente terça-feira das 14h às 15h, Horário dos Partidos das 15h às 16h. Mas, segundo o que eu já vi no Regimento é possível, num acordo de Liderança, acontecer, porque não terá votação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, não vai ter Ordem do Dia?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, a Ordem do Dia é das 14h às 15h, e daí a gente preserva a Ordem do Dia. E das 15h às 16h, o Horário dos Partidos, até pra não tirar essa possibilidade. Mas, segundo o que eu vi, se for um acordo de Liderança. Enquanto rola a manifestação dos Partidos e blocos, nós aqui já podemos começar com os nossos trabalhos.

Essa é a sugestão, senhor Presidente, daí passaríamos de terça-feira, ao invés de começarmos às 17h, começaríamos às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom, apesar de que isso, a gente deveria acompanhar o resultado que viria de uma reunião de Líderes, tem a situação também de que nós perderíamos a transmissão. Porque fica no plenário ela. Sabe, nós perderíamos o primeiro horário de transmissão da TV AL.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O horário, Deputado Kennedy, ele foi pré-estabelecido justamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Justamente pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para a gente poder ter a transmissão da TV AL.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas, mesmo assim, se for o caso a gente pode adiantar uma hora e passar para as 16h, já ganhamos uma hora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, não há objeção nenhuma do Relator, da minha parte.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Já adiantados uma hora. Fica a votação das 14h às 15h, Horário dos Partidos das 15h às 16h, e daí às 16h já começa aqui.

Adiantando uma hora já ajuda bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - É, mas fica bem mais...a gente depende do resultado da reunião de Líderes para a gente poder discutir isso. Se eles conseguirem chegar no objetivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - No sentido da intervenção do Deputado Kennedy, acho que quinta-feira não vai ter conflito nenhum, pode ser adiantado pelo menos uma hora também, para as 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso, boa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Porque 10h avança o almoço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - De acordo.

Então, senhor Presidente, sugestão pra gente fazer às quintas-feiras, a partir da próxima quinta-feira, às 9h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Às 9h, boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Passa a ser uma reunião por semana.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A não ser que já foi expedida a intimação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não, né, duas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não, contanto que eu também fique claro que pra próxima semana não se pode fazer alteração porque já estão intimados no horário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Aí, nas demais, tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Para a semana que vem não muda nada?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A gente constrói um consenso. A partir da semana não, na próxima quinta-feira é feriado. Então, a partir da próxima sessão, em que não houver intimação já expedida, as sessões começam às 9h, Deputado João?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Sem problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Combinado, então.

E nas terças suspenso até que a gente faça a reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Acordados então.

Também comunicar a presença, de forma remota também, do Deputado Milton Hobus, seja bem-vindo, Deputado.

Os Deputados que se encontram nos assistindo estão de acordo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - De acordo, senhor Presidente. Bom dia, bom dia a todos, estou em deslocamento, com um pouco de dificuldade de sinal, mas tentando participar, vamos tentar participar o máximo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - De acordo, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - De acordo, Deputado Sargento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, senhores.



Nós temos ali a nossa primeira testemunha, que também vai nos manter...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Oi, Sargento Lima, eu fiquei com dúvida disso, apesar de que sei da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopelsa, o senhor...porque vai ser por videoconferência o senhor Onofre Neto.

Pergunto à assessoria se ele já se encontra...pode liberar ele.

Muito bom-dia senhor Onofre Neto, o senhor está nos escutando? Só tem que ligar o microfone do senhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Escuto bem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor sabe por que foi convidado a participar da nossa reunião, senhor Onofre?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, é, pelo que foi comentado, porque o meu nome foi citado pela senhora Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor foi convocado aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754 pela Secretária de Estado da Saúde que resultou na contratação da Veigamed Hospitalar, tendo por objetivo de aquisição duzentos respiradores num custo total de trinta e três milhões. É por isso que o senhor está hoje aqui junto com a gente, para nos prestar maiores informações.

Senhor Onofre, o senhor assume, eu estou perguntando ao senhor, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito dessa Comissão acerca dos fatos que forem perguntados ao senhor, sob pena de incorrer sobre o crime de falso testemunho.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, Deputado, eu assumo e agradeço a oportunidade a todos os Deputados de esclarecimento desta pauta. Porque o nome, meu nome, o nome da empresa tem sido usado indevidamente, tanto na imprensa como, ah, em todos os órgãos que têm emitido a, o parecer sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim. Eu quero lembrar ao senhor que o senhor tem o direito de permanecer calado quando lhe for perguntada alguma pergunta que o senhor não quiser responder. Mas é necessário que o senhor fale assim: olha, eu prefiro permanecer calado, está bem? Porque o silêncio não é indicativo de resposta e ainda dificulta mais ainda, de forma remota, por conferência.

O senhor entendeu? O senhor compreendeu as instruções quanto ao direito de usar o benefício de permanecer em silêncio?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Eu compreendi, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Onofre, para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro do senhor, eu peço que o senhor fale o nome completo do senhor, a idade, a profissão, o lugar onde exerce a sua atividade profissional, o local de nascimento e o endereço do senhor. Mais próximo possível do microfone, por gentileza.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, meu nome é Onofre Joaquim Rodrigues Neto. É, sou natural de Navegantes, Santa Catarina. É, exerço as atividades profissionais na empresa Exxomed Equipamentos Ltda. Na rua Geminiano Costa, 263, Jardim Brasil, São Carlos, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor está acompanhado, mesmo que de forma remota, de um advogado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, estou na presença, estou no escritório de um advogado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, eu gostaria que o senhor passasse para o advogado do senhor para que ele pudesse nos dizer o número da OAB dele e a UF da OAB dele. E o nome dele.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ele, ele entra em vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, ele pode substituir o senhor por alguns segundinhos.

Bom dia, doutor.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARAES - Bom dia, excelência.

Meu nome é Leandro Guerrero Guimaraes, OAB de Santa Catarina número 18.924.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, doutor.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARAES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Ivan Naatz, quero comunicar a presença do Deputado Felipe Estevão, que já se encontra presente aqui com a gente. Seja bem-vindo, Deputado.

Deputado Ivan Naatz está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom dia, senhor Onofre Neto.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Bom dia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Obrigado pela presença do senhor e contribuir prontamente com a CPI. Nós estamos tentando descobrir aqui o que aconteceu em Santa Catarina e identificar os envolvidos nesse processo, e o seu depoimento é muito importante para que isso aconteça.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O que é a Exxomed? O senhor poderia explicar o que é a empresa do senhor, detalhar para os Deputados o que é a Exxomed?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A Exxomed é uma empresa que nasceu em Navegantes, Santa Catarina, no ano de 2002, como distribuidora de material médico hospitalar. E, no ano de 2019, se transferiu para a cidade de São Carlos, interior de São Paulo, que é a capital da tecnologia no Brasil. Lá, nós montamos uma indústria de fabricação de produtos médicos pra área de ortopedia.

E em 2018, outubro de 2018, numa oportunidade comercial pra, pra entrada da Exxomed na China, nós fizemos uma parceria com a empresa a Aeonmed. Sendo que no ano 2019 participamos de toda a certificação do Inmetro, certificação de SGS, DPeps internacionais, certificações de Anvisa, treinamento da equipe técnica e treinamento dos funcionários para representar a empresa Aeonmed no Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o histórico de relação comercial do senhor com o Estado de Santa Catarina? A sua empresa é uma empresa que o senhor já representou aqui em Santa Catarina, o senhor fez negócios com o Estado de Santa Catarina, compra e venda de medicamentos, equipamentos, material hospitalar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, a Exxomed nunca teve relação, não só com o Estado de Santa Catarina, né, com nenhum Estado da Federação, com venda direta a governos. A Exxomed sempre atuou, a, antes do Covid-19, sempre atuou no meio privado, nunca tivemos relacionamento nenhum com o governo de Santa Catarina, nunca emitimos orçamento nenhum, nunca tivemos participação nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, entre o dia 10 de março e o dia 30 de março o senhor não teve nenhum contato com ninguém do Estado para oferecer, para apresentar sua empresa ou algum tipo de orçamento?



O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, reitero novamente, Deputado, o Estado nunca me procurou pra, é, aquisição nenhuma de equipamento, a, ou qualquer produto da empresa Exxomed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E alguém do Estado, alguma pessoa, servidor público do Estado, Secretário, diretor? Não o Estado, mais uma pessoa física tentando intermediar, comercializar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Em nome do governo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, se apresentou como representante do governo. Ou tentou intermediar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Nunca. Não, nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem, o senhor pode explicar para os Deputados como é que a Exxomed foi parar nessa...se nunca comercializou, nunca teve nenhuma relação. Como é que o nome da Exxomed foi parar nesse imbróglio que a gente está tentando desvendar aqui na Assembleia?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, existe, existe a coisa, a coisa certa na hora certa e a coisa errada na hora errada. Eu, infelizmente, estava no local errado na hora errada. Ah, eu, eu precisei viajar para a China, porque a China havia fechado as barreiras, as fronteiras dela para os passaportes comum, e a Exxomed viaja para a China desde 2009, com relações comerciais com a China. E, através de uma empresa do Estado que estava fazendo algum um contrato de aluguel de leitos para o Estado, esta empresa teria uma reunião com o Secretário Adjunto, na época o Secretário Helton, e a convite deles eu vim para o Estado. Ah, a, a, desculpa, é Secretário Adjunto doutor André Motta.

Eu, eu vim a convite deles a para o Estado no dia 02 de abril para participar dessa reunião, onde eu estava solicitando o apoio do Estado para a emissão de uma carta referenciada para eu conseguir, na Polícia Federal, tirar um passaporte oficial, especial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E daí?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Somente isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o Motta convidou o senhor?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, não. A empresa que está, tem uma reunião agendada para rever os, o contrato de aluguel de leitos de, se eu não me engano, na época eram duzentos leitos para o Estado, me convidou para participar dessa reunião. Eu fui convidado pela empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor, talvez eu não tenha ouvido, o senhor podia dizer o nome dessa empresa?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - A empresa chama-se Ortomedical, de São José. Ortomedical

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ortomedical, de São José.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa empresa que iria fazer a transação? Pelo que eu entendi, o senhor ia pegar um passaporte especial para ir à China comprar os equipamentos comprar os equipamentos, entregar para a Ortomedical para a Ortomedical alugar para o Estado.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, Deputado, eu iria à China pra ficar na China, a, trabalhando com a Aeonmed para ajudar em todas as exportações, tá, da Aeonmed para o Brasil, inclusive pro Estado de Santa Catarina.

Eu fui convidado pela empresa Ortomedical pra dar, é, tranquilidade ao Estado, que esses equipamentos viriam pois eu sou o único representante autorizado no Brasil a trazer os equipamentos da Aeonmed, sendo detentor do registro.



Qualquer outra empresa que venha trazer equipamento da Aeonmed para o Brasil, a Axxomed tem que emitir uma documentação chamada DDR para tal liberação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor então iria à Medical e tentava então alugar os equipamentos para o governo do Estado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - A Ortomedical tem um contrato que eu, um contrato, uma minuta que eu desconheço completamente, é, estava em negociação com o governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom, por enquanto, estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Obrigado, Deputado Ivan Naatz. Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia, senhor Onofre Neto, eu sou o Deputado Kennedy. Tem algumas questões aqui que a gente quer tirar. Eu vou...alguma vez eu conversei com o senhor? ou não? O senhor me conhece?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, né?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Não, não. É, eu até gostaria de agradecer a pergunta, nobre Deputado. Eu não conheço nenhum Deputado de Santa Catarina, eu saí muito cedo de Santa Catarina, eu estou há doze anos no interior de São Paulo, eu morei em Minas Gerais. Eu não conheço deputado algum. Na imprensa tem sido veiculado sobre que eu conheço o ex, ou atual, Secretário Helton. Não nunca, nunca tive o contato, não sei que, que cor é o cidadão, né. Eu tive contato, uma única vez, na Defesa Civil com o Secretário Adjunto doutor André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Obrigado. Eu lhe pergunto isso até porque também nunca lhe conheci, é, eu entrei há pouco tempo na CPI, então só agora que eu estou mergulhando no assunto. E até então eu, hoje, a sua presença aqui agora que me veio o porquê que o senhor está aqui, por conta do tal do passaporte oficial.

Eu vou me relatar o que a funcionária Márcia Pauli relata no depoimento ao Ministério Público e à Polícia Civil. Ela disse que ela foi chamada para uma reunião onde o Secretário Adjunto André, que é o próximo a ser interrogado aqui, inicia uma reunião falando assim: "Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o médico que vai pra China." E sai da reunião.

O senhor estava nessa reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Eu estava nessa reunião, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor confirma?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Eu não sou médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Eu sou administrador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Tá, mas o senhor confirma que o Secretário Adjunto teve esse procedimento, ele começou a reunião, falou pra Márcia e logo depois saiu da reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Olha, Deputado, o depoimento da, dessa senhora Márcia, ele não é verdadeiro do início ao fim, tá? Nós já estávamos em reunião, a, a empresa Ortomedical estava expondo a necessidade de ajuda, de eu poder estar na China, pela dificuldade de conseguir respiradores nessa pandemia a nível mundial, né. E, a uns quarenta minutos depois da reunião o Secretário entrou. Então, ele não estava presente na reunião inicialmente, que estava na reunião era a, inicialmente, é, eu, Leandro...e a Márcia, em momento algum...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor poderia... eu acho que está tendo um problema na conexão, o senhor poderia responder os nomes de quem estava inicialmente na reunião.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É que deu um problema conexão.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - A reunião começou com o Leandro, da Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O Leandro da Ortomedical.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - O...da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - ...e a senhora Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k., aqui ela fala que era o Coronel Aldo, né?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Audren, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Audren, é.

Agora é o seguinte: Eu estou lhe falando, eu não estou aqui para julgar se o depoimento da senhora Márcia, assim como a sua fala, é verídico ou não, são fatos...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E eu estou dentro da coisa, depois nós podemos tirar essa dúvida aqui com o próximo convocado. Mas o que nos ficou passando é que havia uma pressão muito grande para que o senhor tivesse posse desse passaporte oficial.

Eu me preocupo muito, eu sou jornalista, então eu me preocupo muito com o que as pessoas vão compreender.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu quero entender que, como a minha atuação internacional, eu sei que essa questão do passaporte internacional é só uma coisa diplomática, só uma coisa burocrática, não existe nada de nenhuma, algum benefício ou alguma coisa, é somente dar a possibilidade, porque o passaporte oficial, ele dá a possibilidade de algumas prerrogativas melhor de entrada no país. O visto, por exemplo, o visto oficial. Então, só pra explicar que não existe o passaporte, no fato do passaporte não existe nada.

Mas a minha pergunta é o seguinte: por que que o governo fez, segundo a Márcia, tanta pressão para o senhor conseguir esse passaporte oficial? O que o senhor iria fazer? Porque ela fala que o senhor iria à China pra tentar comprar diretamente os produtos. É isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - É, Deputado, existem dois tipos de passaporte, passaporte diplomático e oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Perfeito.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO - A China havia fechado a fronteira, não é, e a Aeonmed me convidou pra ir pra China...(Ininteligível)...a nível mundial, tá. Na carta, inclusive que o encaminhei ao Secretário, para a SGA, para o Secretário Adjunto e pro pessoal da Defesa Civil eu explico a necessidade e a solicitação de ajuda, como catarinense, de eu poder, é, ter uma carta para apresentar ao Ministério das Relações Exteriores, o qual emite o passaporte, está, que ainda seria julgado a necessidade ou não. E existe um artigo que, em casos de, é, força maior ou, é, situação de emergência, um cidadão civil comum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Perfeito.



O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu não tenho ligação com governo, é, nenhum, poderia ser emitido esse passaporte. Única e exclusivamente foi esse pedido, através de uma carta. Eu nunca fui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, é bom o senhor a explicar. Eu tenho passaporte oficial. Eu sei desse procedimento.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não tem nada de ilegal nesse processo.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Absolutamente nada de ilegal. Eu não estou aqui questionando o passaporte, porque eu conheço bem como é que é esse processo.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu estou questionando qual seria o seu papel indo a China. Não é o passaporte, o passaporte...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Era só uma questão para entrar, é uma questão burocrática.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O fato aqui não é o passaporte.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O fato aqui é qual seria o seu papel, em nome do Estado, ir pra China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Em nome do Estado, nenhum, eu estaria na China...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, por que que o Secretário Adjunto e o Secretário atual na época queriam lhe dar o passaporte para o senhor, é só por que o senhor é catarinense?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, não. É, primeira coisa, eu não solicitei ao Secretário, eu enviei uma carta à Defesa Civil, está, e à Secretaria de Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – E nesse momento eu fui apresentado numa reunião com a Ortomedical, que estava requisitado, ou fazendo ou já tinha pronto um contrato com o governo, estava tendo dificuldade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Caiu a conexão. É complicado via...Pra vocês pior...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – E desses equipamentos para Santa Catarina através da empresa Aeonmed, estão lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Doutor Neto, é que caiu a conexão. O senhor poderia voltar só uma partezinha, quando o senhor falava que o senhor enviou um ofício à Defesa Civil, e daí caiu a conexão. O senhor pode continuar a partir dali, por favor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá, eu vou tentar conectar um cabo, porque o Wi-Fi aqui está muito ruim. Só um minuto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, perfeito. Está o.k., fica melhor daí.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, eu enviei...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k., vamos retomar então.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso é o envia uma carta, de forma republicana.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Pedindo ajuda...

(A conexão fica ruim.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Espera que aqui não está dando. Piorou a conexão, a conexão piorou. O senhor falou que mandou de forma republicana, e a partir dali a gente não ouviu mais nada.

Está me ouvindo, senhor Neto?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

Só um minuto, por favor, que eu vou tentar conectar de forma melhor aqui para vocês, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, perfeito.

[Transcrição e revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos]

(O Depoente ajusta o seu contato remoto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga, seu Onofre. Faça mais um teste de áudio aí.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, eu, eu... eu tô só, a... eu tô em outra rede e eu conectei o cabo agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Essa tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... eu tô pegando a senha pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Essa tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá bem melhor.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A partir do momento que o senhor falou ali que enviou uma correspondência, pode prosseguir na resposta.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, eu enviei uma, uma correspondência de forma republicana, pra... pro... Estado, como catarinense, e como havia sido convidado a participar dessa reunião, a, pela empresa, ã... Ortomedical, é... pra viajar pra China pra acompanhar todos os embarques que viriam da China pro Brasil, tá, como nós somos detentores do registro e estaria, ã, deixando bem claro nesta reunião que, caso essa empresa concretizasse qualquer negócio com o Estado, eu estaria acompanhando esse processo, na China, do começo ao fim, mas nunca para compra de equipamento, nunca pra... garantir a operação, nunca pra nada disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na verdade então, o Leandro, da Ortomed (*sic*), entrou em contato com o senhor para que houvesse essa... esse acompanhamento já da sua expertise desse relacionamento de comércio exterior?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O motivo dessa compra eram os duzentos respiradores que o governo tinha comprado ou era os respiradores que ela fala aqui, que tinha um pessoal que queria fazer uma oferta para aluguel de respiradores?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O motivo da reunião que eu fui convidado era pra aluguel de respiradores, sendo que nesta reunião a... senhora Márcia comentou que o Estado já tinha fechado uma compra, tá, com uma empresa chamada Veigamed, com os equipamentos chineses de uma empresa chamada Aeonmed.



Aí que eu falo pro Deputado que eu, eu estava no lugar errado e na hora errada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – No mesmo momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o senhor... o senhor é a empresa que certifica a importação desse tipo de, de, de... de equipamento, sim ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ã... não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Nós somos a empresa que detém, que detém, o registro do equipamento no Brasil, e somos... e somos é... responsáveis... a partir do momento da entrada desse equipamento no Brasil, nós somos responsáveis por manutenção, treinamento e toda a mão de obra, é... responsável para... por esse... instalação desse equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi a sua empresa que entrou com um processo pra que não fosse liberado esses cinquenta que chegaram?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Com processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, pra...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu desconheço isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que chegaram cinquenta respiradores, desses duzentos.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ã-hã...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, agora, teve uma empresa, que é a detentora de importação, que não permitiu porque não passou por ela. Foi a sua empresa ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – *(Falha na conexão.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Congelou.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... *(Ininteligível)* ... sessemos todo o processo ao fim, tá, pra entender que, é... é... estavam usando o nome da Exxomed e da Aeonmed, se esses equipamentos seriam mesmo da empresa a qual referida. Por quê? Porque desde o início do processo que veio... a... a... *(Falha na conexão.)* ...tá, a empresa Veigamed usou vários nomes de equipamento, mas com fotos retiradas do site da Exxomed. Usou C35, usou uma empresa do Panamá, usou com uma série de subterfúgios, e nós não sabíamos se realmente esses equipamentos eram da empresa Aeonmed ou não.

Então nós en... entramos nesse processo pra ter, é, clarificação de tudo que tava acontecendo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só pra ficar claro: as fotos da proposta da Veigamed e das outras duas propostas que embasaram a, todo o processo - que o Secretário Douglas chama de desastroso e eu chamo de roubo mesmo - da compra dos duzentos equipamentos, essas fotos foram tiradas do site da empresa do senhor e dessa outra, é isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, isso mesmo.

Inclusive nós... é, com, através dos advogados, nós fizemos um... montamos um dossiê, e mostramos... claramente os recortes onde foram realizados a... a retirada dessas fotos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

Depois dessa reunião em que não deu a... onde a Cojur deu um parecer que não era possível passar o... o... o passaporte pro senhor, pro senhor ir lá, o senhor saiu do processo, daí?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É... Deputado, eu nunca tive acesso que a Cojur tinha dado um parecer negativo. Eu fiquei sabendo através da imprensa e através de depoimento da... senhora Márcia. Nunca, nunca fui procurado.



Eu cheguei no Estado numa quinta-feira, no dia 2 de abril, e no dia, no dia 6 de abril, uma segunda-feira, quando eu vi que estava demorando muito uma resposta, eu falei: eu vou aguardar essa resposta... a, é... na minha cidade, em São Carlos, porque... eu tô achando que tá demorando muito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nesse período...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ... ninguém...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nesse período que o senhor ficou aqui, da chegada até o dia que o senhor saiu, o senhor teve, além da questão do passaporte, alguma outra conversa relacionada com o Leandro ou... o senhor percebeu que tinha alguma coisa errada, ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, não, é... na realidade eu não percebi que tinha nada errado. Eu só fiquei surpreso quando, a, eu comuniquei a senhora Márcia na reunião, que essa empresa Veigamed não tinha pedido nenhum de... equipamentos, nem pra Exxomed, nem na China, né. E, no dia, é... no dia 4... no dia 6/4, às 17h35min, eu enviei um e-mail pra SGA... pra... e pro Secretário Adjunto, tá, informando que essa empresa não tinha tido contato nenhum, porque eu já havia feito, inclusive a checagem na China, que essa empresa Veigamed não tinha pedido nenhum de equipamento, tanto pra Exxomed...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só lhe faço... eu só lhe faço essa pergunta porque o depoimento da Márcia, ela diz que, depois que a Cojur... ela pediu um parecer da Cojur, o Cojur... a Cojur deu um parecer que, segundo palavras dela, parece que tinha um combinado entre ela e a Cojur, porque foi o negativo. E, palavras dela, ela sentiu, a partir deste momento, que houve uma mudança no Secretário Helton, tipo nervosismo, porque não deu certo o passaporte.

Por isso, que eu fiz a pergunta se o senhor sentiu alguma coisa nesse período, porque pelo que a gente vê, era talvez uma forma do governo fazer, talvez, é, é, queira eu entender, que até uma preocupação pra mandar alguém lá pra ver a cagada que tinham feito, né, alguém que conhecia, e que não deu certo. E, portanto, por conta que não deu certo, é, houve esse nervosismo. Mas o senhor não percebeu absolutamente nada?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Até o presente momento, tá, eu nunca recebi resposta, nem positiva nem negativa do governo, que esse pedido não tinha sido... dado certo.

E, segundo, a... desde o momento em que eu fui solicitar uma carta pra, a, emissão do passaporte especial, eu, como catarinense, me coloquei à disposição do Estado, estando na China, pra ajudar em qualquer é... problema, inclusive envios de EPI, envios de, de máscaras, envios de testes, por quê? Nós tínhamos um grande *network* na China, então nós poderíamos ajudar, inclusive deixando muito bem claro, sem custo nenhum, como catarinense.

Meus pais estão em Santa Catarina. Meus pais podem precisar dos respiradores, é... minha família aqui de Florianópolis pode precisar dos respiradores, e, e, e... fiquei muito chateado quando falavam do empresário de São Paulo, é, meu...

Então assim, eu tenho laços familiares há mais de 40 anos em Santa Catarina. Eu tenho amigos em Santa Catarina. A única... a única coisa que eu não fiz em Santa Catarina até hoje foi, é, em... (*falha na conexão*.) o envolvimento com o Poder público.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu entendo a sua preocupação e que bom que o senhor veio colaborar com a CPI, até pra mostrar... não só a lisura da sua pessoa e da sua empresa, mas só para comprovar... porque não foi só o senhor, catarinense, que quis ajudar o Estado. Várias empresas aqui, catarinenses, quiseram ajudar o Estado e o Estado não quis ajuda. Nem dos catarinenses que estão aqui pagando impostos nem dos catarinenses que estão fora, com *know-how* pra ajudar.



Então sinta-se... é... não, não, não tenha vergonha, nós temos orgulho do senhor ser um barriga-verde e ter toda essa *expertise* pra nos ajudar.

Muito obrigado, senhor Presidente, por mim, deu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado... Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Só pra ficar... só para ficar bem esclarecido: ele chegou até a Secretaria porque ele pediu... ele fez o pedido de um passaporte, do passaporte. Fez esse pedido em Santa Catarina, por ser catarinense.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, pelo que eu entendi, Deputado Sopelsa, o Leandro, da Ortomed, entrou em contato com ele pra pedir ajuda. Aí ele pediu o passaporte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Tá mas só... mas eles só tiveram... eles só tiveram esse contato... esse contato aconteceu por causa do pedido do passaporte?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Pelo que eu entendi... eu vou pedir pro... pro senhor Onofre responder. Pelo que eu entendi esse primeiro contato foi a pedido do Leandro, da Ortomed pra entrar em contato com outro processo que era de compra de produtos de aluguel. Aí ele veio ao Estado por conta do passaporte.

Essa questão do passaporte, a gente não tem que ficar muito atento no passaporte (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mas o Leandro... o Leandro chegou na sua... o Leandro chegou na sua pessoa, seu Onofre, bom dia...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...por que causa? O Leandro lhe conhecia?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A empresa do Leandro, tá, a empresa do Leandro que trabalha no ramo de ortopedia, ele é cliente da Exxomed há mais de dez anos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Ah, ótimo, ah, ótimo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, só pra dizer, aqui, é, é... Deputado Sopelsa e Onofre, nós temos no processo dois Leandros, então tô pedindo aqui pra deixar claro qual é o Leandro.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Lea... Leandro da empresa Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Como é o sobrenome dele?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Leandro Estevão (*sic*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Leandro Estevão. Tá.

É, eu só queria lhe fazer uma pergunta de curiosidade agora... até porque eu vi aí que... e desculpem, aí, os Deputados, né. É... o seu advogado é de Santa Catarina também?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu estou em Florianópolis hoje, né, vim... fiquei à disposição a semana inteira. Eu gostaria de dizer até aos nobres Deputados que a Exxomed foi convocada para verificar no Hospital Regional de São José a veracidade dos equipamentos. A Exxomed doou todo o deslocamento, toda a manutenção e toda a montagem dos equipamentos para o Estado, para verificar a veracidade, se os equipamentos realmente eram da empresa Aeonmed.



Eu estou em Santa Catarina desde segunda-feira fazendo todo esse processo. Nós fomos acompanhados pelo pessoal do IGP, Instituto Geral de Perícias, e foi feito através de duas empresas aqui, catarinenses, é, que fizeram todo esse trâmite e estão emitindo os laudos, é... desses equipamentos que foram, a... abertos, a, a,... no Hospital Regional de São José.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O advogado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O advogado é aqui de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seu Onofre, o senhor terá no final ali das perguntas, ali, um tempo para... suas considerações e disposições finais ali.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... Consulto o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O advogado chama-se Leandro Guerrero Guimarães, e ele é de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Santa Catarina.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Daqui... É, é daqui do Irani?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (Pausa.) Do Ira... não, ele é daqui de Florianópolis mesmo, aqui de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Tá bem.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu estou, eu estou aqui na... no centro de Florianópolis, inclusive na... na avenida Rio Branco.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que ele quer puxar a sardinha lá perto pra Concórdia, né Deputado... Sopelsa (ri).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É, eu quero saber se é dos Guerrero do Irani. É gente boa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ah, então tá. É... (ri).

O senhor Onofre, só uma pergunta: quando o senhor conversou, o senhor disse que conversou com o... nessa reunião dia 2, né, dia 2 de abril, e o senhor soube que a Secretaria, parece que a Márcia falou que a Secretaria tinha feito a compra desses equipamentos. O senhor, neste momento, o senhor já avisou ela dizendo: escuta, é... não é esse equipamento. O senhor mostrou algum problema desta compra que já tinha sido feita, ou não?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Na realidade, na realidade, eu estava numa reunião e de repente falaram no nome Aeonmed. Não falaram que tipo de equipamento era, que modelo era, nada disso.

Eu só co... quando falaram a empresa Aeonmed, eu falei: olha, é, eu desconheço qualquer compra de qualquer empresa, tá, exceto Intelbras, aqui de Santa Catarina, é... pra, ã, entrega de... ventiladores pro Estado de Santa Catarina. Eu vou checar, tá, porque era a noite na China, eu vou checar com a fábrica na China e, e dou essa resposta pra vocês, mas posso lhe dizer que tenho conhecimento pleno que não existe pedido nenhum de ventiladores pro Estado de Santa Catarina, nem pro Brasil, nessa época.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, nesse momento que o senhor falou isso, qual foi a reação do pessoal da reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A... a Marcia, é, primeiro, ã, me chamou de atravessador, é, que eu era uma atravessador. Eu disse: olha, eu, eu... Aí eu falei pra ela que eu estava nessa reunião a convite, né, é, pra... só pra... cancelar, é... que a... se a empresa Ortomedical viesse a comprar os equipamentos, eles teriam equipamentos,



porque eles estariam fazendo de forma correta, tá, e... expliquei pra ela todo esse procedimento.

Eu disse: olha, não tô entendendo por que você tá me chamando de atravessador, porque eu tô, é... eu tô num lugar... ainda falei pra ela, usei essas palavras, "eu tô no lugar errado, na hora errada". A, essa empresa, que eu não conheço também, Veigamed, (*Falha na conexão.*) três mil fábricas na China, e eu não, não... falaria nada pra vocês. Só que foi falado o nome da Aeonmed nessa reunião, eu tenho que dizer que não existe proposta de compra nenhuma por esta empresa na China, nem... nem no Brasil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Por mim deu, senhor Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto o Deputado Valdir Cobalchini. O senhor tinha se manifestado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente. Sim, Presidente, eu pedi a palavra.

Eu gostaria de fazer algumas... algumas perguntas ao senhor Onofre. É... a primeira: a empresa do senhor detém o registro do respirador Shangrila 510S e o VG70 junto à Anvisa?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ã... a Exxomed é a única empresa no Brasil que detém o registro do VG70, do Shangrila 510 e de toda a linha de equipamentos da Aeonmed. A Aeonmed ainda tem foco cirúrgico, mesa cirúrgica e carros de anestesia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esses, esses respiradores produzidos pela Aeonmed é... o Shangrila e o VG70. Qual o custo unitário de cada... de cada um desses aparelhos? Esse, por exemplo, que Santa Catarina adquiriu.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, o custo unitário FOB, tá, o custo unitário FOB, hoje está, ã, girando em torno do Shangrila 510, US\$ 7.500, e do VG70, US\$ 12.500, FOB. Aí, tem todos os custos de frete, é, importação, seguro, ã... e como o frete internacional tá uma loucura hoje, então, é, tá igual Bolsa de Valores e Dólar: cada dia tem que ser feita uma cotação. Mas o preço FOB, né, o preço FOB, são US\$ 7.500.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Santa Catarina poderia ter adquirido diretamente esses aparelhos da... da indústria, na China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, o que mais, o que mais me chama atenção em todo o processo e, e, e, me deixa o processo, assim, muito obscuro nisso tudo, o Estado tem pessoas extremamente competentes na área da saúde, em engenharia clínica, em, é... em legislação... Esses equipamentos poderiam ser adquiridos diretamente da indústria, sem ônus nenhum pro Estado, inclusive de impostos, né, e... com a Exxomed, inclusive, participando... no caso de Estado, pro Estado, compras governamentais e doação, a Exxomed faz todo o procedimento de... de DDR, auxiliando a compra direta, gratuitamente. (*Pausa.*)

Como aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E esse... esse... esse modelo de respirador que Santa Catarina pagou 160 mil, R\$ 165 mil, eles poderiam ser adquiridos diretamente, ter chegado aqui a que preço?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, Deputado, eu teria que fazer alguns cálculos hoje, né? Mas eu acredito que um equipamento desses chegaria... eu já vi equipamentos desses sendo negociados no Brasil a R\$ 78 mil, com os... com todos os tributos para a empresa... para a empresa privada, tributos estes que o Estado não pagaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esse é um dado muito interessante, Presidente e Relator, é..., Deputado Ivan, o mesmo produto que chegou aqui a 165 mil e que não foi entregue, aliás foi entregue um outro, poderia, ser comprado



diretamente, aqui está o... representante da empresa que tem o registro no País, desses produtos, que...

Foram vendidos também para outros Estados esses... esses respiradores?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Foram vendidos para outros Estados: Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e neste mês de junho, agora, deverá estar chegando no Brasil, junho, julho, agosto, mais de cinco mil equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esse modelo de respirador é recomendado para o uso de UTI, o, o... o Shangrila?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – ã... Deputado, eu, eu, eu não tenho... eu não tenho ciência de... do qual foi o requisito da compra, tá? Esse modelo ele foi, é... é o modelo de... de transporte, onde ele é altamente utilizado pro Covid-19. Agora, se o profissional médico vai usar numa, num, num Hospital de Campanha, numa barraca, ou dentro de uma UTI... a escolha dele, a escolha dele, depende do profissional, tá? Ele é um equipamento que foi al... altamente aprovado pro Covid-19, muito usado na Europa. A cidade de Wuhan, no iní... no início da epidemia, teve a compra de 14 mil ventiladores, tá? Então é um equipamento que, é, veio pro Covid-19.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A empresa Veigamed, que fez a venda pra Santa Catarina, se utilizou da fachada da sua empresa de forma a impressionar a Secretaria da Saúde, demonstrando que tinha o registro, é... para efetivar essa venda. O senhor, é... tem alguma informação em relação a isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha, a... através da imprensa, através da imprensa, que foi... isso foi nossa surpresa, que eu estive aqui no dia 2 de abril e, depois, não tive mais contato com o Estado. E, depois, foi noticiado até, através da imprensa do meu pai, que me ligou muito preocupado: o que que estava acontecendo em Santa Catarina?

A... nós entramos com, ã... com várias... através de várias informações e mandamos um dossiê, que não só da... do nome da Exxomed, do nome da Aeonmed, de fotos do site da Aeonmed. Essa empresa... nunca fez contato com a Exxomed, até o presente momento, nunca fez contato, contato, com a Exxomed, tá? Utilizou de forma indevida todo esse material.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa venda, então, da, da... dessa empresa, foi uma fraude, é isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Olha... (ri) é... nobre Deputado, é... como catarinense, como eu falo, e como os meus pais estão aqui, podendo precisar em uma situação dessa, esse processo do início ao fim tá errado. E, e, eu não acredito que o Estado não tenha, é, meios legais de identificar um processo desse, é... com pagamento antecipado, com, é, entrega de recebimento de mercadoria que não chegou, com um montante desses, não tenha a, a... alguém interessado nisso tudo. Porque, a... imagina, hoje, pra se vender um lápis pro Estado, né, é uma burocracia tão grande, imagina um, um, um valor desse montante. E, e... pra conhecimento dos, dos Deputados, né, em outros Estados que a venda, sempre vai a... passa do capital social maior que o do que tá sendo adquirido, todos os Estados pedem uma carta fiança no mesmo valor, tá? Né... do mesmo valor. Então, é... me chama, me chama atenção isso porque, no conhecimento do processo, o dia... no... em meados de março, uma empresa de São Paulo, chamada DI Hospitalar, apresentou ao Estado uma... uma proposta, é, do mesmo equipamento, é, na casa de R\$ 78 mil, o mesmo equipamento, antes, dias antes do fechamento do... com a Veigamed, para duzentas unidades.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, só pela... pela ordem, desculpe eu interromper. É, é... pedindo licença ao Deputado Cobalchini. É, eu estou em deslocamento e tava com dificuldade de a, de a, de acompanhar, e eu só



queria pedir a permissão pra fazer uma pergunta ao senhor Onofre. O senhor me concede, senhor Presidente e Deputado Cobalchini?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Claro. Claro, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque é pertinente justamente na sua... ã... nos seus questionamentos, Deputado Cobalchini.

Senhor Onofre, eu tive acesso a um documento, é... que diz que o senhor enviou por escrito ao Secretário André Motta Ribeiro, no dia 2 ou no dia 3 de abril, porque o senhor tomou conhecimento dessa compra, onde o senhor diz textualmente neste ofício, é, que a empresa o senhor representa, a Aeonmed, na China, não reconhece a venda da Veigamed, é, que o senhor, como representante, único detentor dos registros, também não reconhece, né, e que esses equipamentos não chegariam... o senhor dizendo textualmente aí que esses equipamentos foram comprados sem a autorização de quem fabrica, de quem tem o registro na Anvisa, de quem certifica. Então, o senhor disse nesse ofício que esses equipamentos não, não chegariam à Santa Catarina. Isso é verdade? O senhor mandou isso por *e-mail*...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...ou... ou por que meio o senhor mandou? Porque eu tenho cópia desse documento que o senhor, que o senhor mandou.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, obrigado pela pergunta, tá. É, como desde o início eu tô comentando que eu fiquei sabendo desta transação numa reunião que por azar eu estava junto né, por azar eu estava junto, porque eu vim pra um outro propósito, é... no dia 6/4, às 17h35min, eu enviei um *e-mail* ao Secretário Adjunto, André Motta, tá, comunicando que não, é, que não existia pedido nenhum de equipamentos pela empresa Veigamed, a... pra Aeonmed, tá, não existia nenhum.

É... em momento algum eu, eu, eu comentei que não viriam. Eu comuniquei que não existia a possibilidade de ter equipamento colocado na proposta lá da Veigamed, na empresa Aeonmed, nem Exxomed. Deixando isso muito bem claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Certo. Foi dia 16 esse documento que o senhor mandou?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Dia 6/4. 6 de abril, às 17h35min...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ah, 6 de abril.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, 6 de abril, 17...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – 6 de abril. E o senhor tomou conhecimento de que a empresa Veigamed havia vendido esses duzentos respiradores no dia dessa reunião que o senhor teve lá, em Florianópolis, pelo passaporte? Foi isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso. Eu tomei conhecimento no dia da reunião, quando eles comentaram que o Estado havia comprado duzentos equipamentos, até aí pra mim não... não sabia nada, aí quando falaram assim: da empresa Aeonmed. Então foi aí que eu tomei conhecimento e que eu tomei todas as... as me... as medidas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E que dia... e que dia... e que dia foi esse, doutor Onofre? Que dia foi isso? Essa reunião?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Eu, eu, eu... ou dia 2 ou 3 do 4. Dia 2...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E já no dia 6 o senhor notificou o Secretário André Motta...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, isso, isso.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu lhe agradeço, e, e... muito a sua contribuição e a sua seriedade na condução, é... senhor Onofre. É o que se espera de um catarinense como o senhor.

Eu queria só, senhor Presidente, que ficasse muito bem registrado isso, porque nós tivemos depoimento, é... do Secretário, do ex-Secretário Douglas Borba, na terça-feira, onde ele diz que ele e o Governador só tomaram conhecimento de que o Estado tinha comprado esses duzentos respiradores, e pago antecipadamente, só lá pelo dia 22 de abril. Então é, é, isso é muito importante pra, pra, esse esclarecimento pra CPI, porque o Secretário André Motta e, e sabe lá mais quem, estava escondendo toda essa operação fraudulenta feita com a Veigamed.

Era isso só a minha pergunta, senhor Presidente. Eu vou pedir licença pra me retirar um pouco, porque eu estou na cidade de Apiúna pra participar de um evento, neste momento, e depois eu reingresso nos trabalhos.

Muito obrigado pela oportunidade, senhor Presidente. Deputado Cobalchini, também desculpa lhe interromper.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Obrigado. Foi muito importante olhar exatamente... tinha... relacionada esta... esta pergunta, mas foi muito bom que vossa excelência já fez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – É... senhor Onofre, já concluindo, a empresa Veigamed ela vendeu um produto que não tinha pra entregar, de uma empresa que ela se utilizou apenas do nome, tanto da sua empresa, Exxomed, quanto a empresa fabricante da China, então ela mentiu duas vezes, e fez uma promessa de entrega já entre os dias 5 e 7 de abril. Isso... realmente era impossível que isso pudesse acontecer, não é isso, senhor Onofre?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, é... correto, era impossível que isso pudesse acontecer.

A própria empresa Exxomed tem pedido na China, desde abril, que vai começar a chegar a partir de 20 de junho, do equipamento Shangrila, e previsão de entrega do equipamento VG70 para o mês de setembro.

Então nós, que somos, é, detentores do registro da marca Aeonmed no Brasil e teríamos algum privilégio, temos essas datas. Todas essas datas colocadas pela empresa Veigamed são fictícias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Importante também essa sua resposta.

Essa empresa Veigamed, ela... tinha esse limite de radar na Receita Federal pra importar duzentos respiradores? Seja da empresa que o senhor representa, ou seja de qualquer rumo outra empresa fabricante na China?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – O... Deputado? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Pois não.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado... ã... eu desconheço... eu desconheço qualquer documentação referente à empresa Veigamed, porque nós não tivemos contato nenhum com eles até hoje. É... não sei o porte da empresa, é... fiquei sabendo através da imprensa, da imprensa, é... que essa empresa é de Nilópolis ou Niterói, alguma coisa assim, no Rio de Janeiro.

E o que mais me chama a surpresa, como catarinense, que na re... nas redondezas aqui, de Florianópolis, existem mais de quinze empresas capacitadas pra poder fazer essa venda e essa, a, esse fornecimento, empresas nas quais eu acredito que tenham, inclusive, um cadastro avaliado na Secretaria de Estado da Saúde.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALHINI – Tô satisfeito, Presidente. Obrigado, senhor Onofre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, muito obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente.

É... quero parabenizar meus colegas de trabalho que vêm fazendo um ótimo, um ótimo trabalho, sempre as dúvidas são... dirimidas aí nas perguntas.

Mas, senhor Presidente, todos nós, quarenta Deputados, estamos sobre... suspeita, uma vez que, né, surge aí... as denúncias da senhora Márcia, que Deputados estavam aí diretamente... no caso pleiteando nesse caso.

Eu gostaria de, de, de formular a pergunta, né, ao nosso... ao aqui... o termo certo é entrevistado, né, pelas dúvidas, se ele nos... se ele me conhece. Se eu teria de formular a mesma pergunta...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, é... eu não conheço o, o... o Deputado, eu não conheço nenhum Deputado de Santa Catarina. Eu estou há muito tempo longe do Estado, tá, estou há muito tempo longe do Estado. Eu... e não só não conheço, como não tenho contato nenhum com Deputado, é, ou qualquer, ã... servidor, assessor, ã, do governo do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem. Isso é importante, até porque, hoje há sombra de dúvidas e variações, e a gente faz questão de esclarecer.

É... como é o procedimento de compra e importação? É comum pagar antecipado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – A... Deputado, na situação do Covid-19, tá, na situação do Covid-19, as empresas chinesas se colocaram numa posição é... muito tranquilas. Então assim, como o mundo estava pedindo por ventiladores, os Estados Unidos mandou 28 é... cargueiros pra lá, pra comprar EPI, ventiladores, essas coisas todas, se, a... começou a se admitir o pagamento antecipado, e inclusive pra Exxomed, que é detentora do registro, tá?

O que que os órgãos governamentais começaram a fazer? Como isso envolvia muito dinheiro, tá, eles começaram a pedir cartas fianças ou cartas de crédito pra garantir a operação, caso tivesse algum problema. Alguns Estados, como Santa Catarina, Rio de Janeiro, a... a Bahia, né, a Bahia, se eu não me recordo, é, não tomaram esse cuidado, não tomaram esse cuidado, e... compraram em empresas desconhecidas, né, desconhecidas. Então... ã, mas é um procedimento normal nessa época de pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Esse procedimento de compra aí, se o senhor fosse importar 200 respiradores, qual seria, aproximadamente, o valor?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Ah, teria que fazer um cálculo hoje. O valor FOB seria uns US\$7.500, aí teria que fazer todo o... o cálculo de, é, transporte internacional, que tá uma loucura. Só pra, pra deixar registrado aqui, que antes da pandemia o fre... o quilo do frete internacional, ele variava de 6 a 8 dólares, agora chegando de 24 a 30 dólares por quilo, né, e teria que calcular o se... o seguro, a, todas essas, é... essas coisas envolvidas, né, mas chegaríamos num valor muito menor que o oferecido, tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi, pelo que o senhor falou aí, algo em torno de 15 milhões, seria isso?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Em torno de... isso, isso, em torno de... vamos, na, na pior das hipóteses, de 15 a 20 milhões.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O que que o senhor acha que justificou isso, esses 33 milhões pagos pela Veigamed? Seu conhecimento, vi que o senhor tem um *know-how* no seguimento, conhece muito bem.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não... eu, eu, assim... é... eu... isso eu vou falar como... independente de coisa, como catarinense: esse processo está errado do começo ao fim, né, Deputado?

Esse, esse processo ele foi gerado, ele foi gerado, com um único objetivo, tá? Alguém tiver... ter lucro em algum lugar, porque não... eu não consigo, eu não consigo acreditar que o Estado de Santa Catarina tem um sistema tão frágil de acompanhamento de compras e licitações, que permita a... o, o cara da esquina não conseguir vender 100 salgados para fornecimento de... do pessoal da área da saúde, e permita o pagamento de 33 milhões antecipado. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Então na sua opinião, aí pela sua experiência, houve um superfaturamento?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) ... e mesmo pela época existe um superfaturamento, e o processo tá todo errado, do começo ao fim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem, senhor Presidente. Tenho minhas dúvidas aí sanadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Senhor Onofre, é... eu gostaria que o senhor me explicasse melhor o que significa uma DVL.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, Deputado, chama-se DDR. DDR é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – DDR.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) ...Declaração do Detentor do Registro, tá? Quando um equipamento desse chega em qualquer porto ou aeroporto, a Anvisa, é... (*Falha na conexão.*) ... e pede a DDR. Claro que a... o equipamento está sendo acompanhado pelo detentor do registro. Por quê? Amanhã ou depois um equipamento desse, Deputado, apresenta qualquer problema e causa um mal ao paciente. Quem é o responsável (*Falha na conexão.*) tudo isso pra empresa na China? A empresa Exxomed, que é a responsável por ele no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor, no começo da fala do senhor, disse que o... acompanhou o depoimento da Márcia, confere?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*) Acompanhei. Eu vi através da imprensa o depoimento da Márcia e vi os absurdos que ali estão escritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu gostaria que o senhor elencasse esses absurdos que o senhor acompanhou ali.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – É, primeiro: é, que eu tinha livre acesso à, à... à Defesa Civil. É, desde quando nasci aqui em Santa Catarina até hoje, eu entrei na Defesa Civil duas vezes, nessas duas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor... o senhor comunicou vários absurdos...

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – (*Falha na conexão.*)... isso. O Secretário Adjunto e o Secretário Helton me pegaram e me levaram pra uma sala... (*Falha na conexão.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá muito ruim a comunicação do senhor.



O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Só um minuto, Deputado, eu vou tentar desligar o que eu tenho aqui. Usando a internet aqui pra ver se... é, fechar todos os... é... voltou, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Da onde que o Deputado gostaria que eu continuasse, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Do absurdo mesmo da Márcia.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Isso, é... que ela... ela relata que... ela relata que eu tinha livre acesso à Defesa Civil. Eu, desde o nascimento até hoje, eu fui duas vezes na Defesa Civil, nessas oportunidades das reuniões. Nunca tive acesso.

A, que... o... Secretário Adjunto e o Secretário... doutor Helton, é... me pegaram pelo braço e me levaram pra dentro duma sala. Eu não conheço o Secretário Helton, eu nunca estive em sala sozinho com ninguém. Eu estive na sala de reunião, na presença das pessoas que eu já relatei.

É, terceiro, que, é, foi feito, foi feito um... uma pressão, que um Deputado ligou. Eu não conheço nenhum Deputado do Estado de Santa Catarina, nunca tive contato, não tenho contato com os assessores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seu Onofre, é... o senhor sentiu que, em algum determinado momento... o senhor é um homem de negócios.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... houve uma tentativa por parte ou da Márcia, ou do André Motta, ou de algum outro servidor de te afastar das negociações ali, ou de... da forma que o senhor disse, que voluntariamente poderia te ajudar, como se já tivesse algum tipo de negócio já acordado com outra empresa.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Não, em momento algum. Eu tava negociando nada com eles.

Como eu comentei com o Deputado, eu vim pra participar de uma reunião, solicitando um pedido de ajuda ao Estado, sem participar de negociação nenhuma com o Estado. A empresa que estava negociando com o Estado, eu estava dando suporte à empresa e não ao Estado. Em momento algum eu senti pressão alguma, porque ... eu não, eu não tinha oferecido nada ao Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá, o.k.

Esse... o senhor sentiu, é, o, e até comunicou de alguma forma, que a Exxomed saiu prejudicada de toda essa história, de alguma forma?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Deputado, excelente, excelente pergunta, e muito obrigado por, por essa oportunidade.

A... o que me parece nesse processo todo agora, é que a única prejudicada que está sendo... colocada na mesa, é a empresa Aeonmed e a empresa Exxomed, tá, por quê? É... estão tentando desviar o, o, o foco do problema, né? Eu não paguei ninguém, eu não comprei ninguém, eu não comprei produto, eu não fiz recebimento de produto e tão colocando... a, inclusive quando colocaram: ah, que... agora apareceu uma empresa, a Exxomed. A Exxomed veio, a, a... notificar todos esses procedimentos porque eu não podia ficar calado, vendo tanta coisa errada acontecendo, e não se manifestar.

Então, em todo esse momento a Exxomed está sendo amplamente prejudicada. A mídia está usando o nome da Exxomed de forma equivocada, né? Colocando a Exxomed no centro de um problema, que, muito pelo contrário. Se meu filho de treze anos fosse comprar ventiladores, ele colocaria no Google “ventiladores” e aparecia lá: Exxomed, várias outras empresas, e a Aeonmed.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse, é... seguindo essa linha aí, o senhor está com o seu defensor aí ao lado?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO – Sim, sim. [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor tem advogado constituído e tal, e que providência que o senhor está tomando em relação a isso aí? O que a Exxomed está fazendo legalmente em relação a esse prejuízo que ela vem tomando? Que tipo de atitude que o senhor tomou, que tipo de atitude essa empresa vai tomar?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É, na rea... na realidade nós, é, impetramos o mandado de segurança pra tomar conhecimento do processo e saber o que estaria realmente chegando, porque a mídia uma ora falava em VG70, outra ora 510S, outra ora em outros equipamentos, e até me questionado a, um, um, da mídia... eu não me lembro qual foi o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não tendo o equipamento, se não foi feito o negócio, se não foi comprado, se não foi celebrado contrato, não foi feito absolutamente nada, segundo o senhor, a única... o que resta a gente saber ali é que eles utilizaram, vamos dizer assim, a fachada da Exxomed para poder credibilizar o produto da Veigamed.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — Isso, isso mesmo. Quem... a Exxomed é a empresa que tem doze anos de mercado. Então somos únicos detentores de registro, temos contratos assinados internacionalmente, temos fotos dessa celebração, é, somos detentores de registro na Anvisa, oficialmente a Anvisa sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Exxomed está acionando judicialmente a Veigamed?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — No momento não, porque nós não tivemos contato nenhum com a Veigamed, só soubemos da, da, do, do imbróglio da Veigamed com o Estado através da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas seria justo segundo as afirmações do senhor ali?

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É uma possibilidade, é uma possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor colocou que estão utilizando o nome da Exxomed para negociar, inclusive, usaram as imagens dos produtos Exxomed.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — É, é uma possibilidade, é, que a gente vai estudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

Senhor Onofre, eu vou disponibilizar uns três minutos aí para o senhor fazer as considerações finais. Se tiver vontade de utilizá-los, pode fazer.

O SR. ONOFRE JOAQUIM RODRIGUES NETO — Tá, o.k., Deputado.

Eu quero, em nome da Exxomed, agradecer essa oportunidade de esclarecimento de toda essa situação caótica que foi criada através dos respiradores, equipamentos esses de necessidade básica hoje. O que me chama atenção a... nós estarmos num processo desse, onde esses equipamentos já deveriam estar colocado dentro dos hospitais salvando vidas, né, e não ceifando vidas, como está acontecendo.

A Exxomed está à disposição – inclusive, do, do, do seu corpo jurídico em Florianópolis – aqui pra qualquer esclarecimento. Eu me coloco à disposição, em nome da Exxomed, pra qualquer esclarecimento também.



É, nós temos toda a documentação comprobatória de Anvisa. Nós temos toda com... comprovação comprobatória de onde estivemos, de que formas a... de que formas agimos, e, e todos os documentos necessários pra esclarecimentos até posteriormente a, a, aos Deputados. Nós estamos colaborando com a, a... com o Deic, nós estamos colaborando com o Ministério Público, nós estamos colaborando com a... o Instituto Geral de Perícias, nós estamos colaborando com a Controladoria-Geral do Estado, tá? E eu tenho vindo a Santa Catarina de forma gratuita, sem, sem, sem cobrança a nenhum dos órgãos que estão envolvidos, né, porque é muito importante deixar claro que esse empresário é, como foi citado na mídia de São Paulo, ele é catarinense.

E quero deixar aqui registrado um, um grande detalhe, tá? Eu sou catarinense, filho de um fundador de Município, o Município de Navegantes, onde dos vinte fundadores do Município de Navegantes meu pai é o único que está vivo, tem 83 anos, né, e tem acompanhado toda essa situação de forma muito, é, triste porque conhece a nossa forma de trabalhar, a forma de operar. E os catarinenses que me conhecem, eu sou formado pela Universidade do Vale do Itajaí em Administração. É, fiz Direito até o 7º período na Universidade do Vale do Itajaí.

Fiz todos meus estudos aqui no Estado de Santa Catarina. A... meus parentes, minha... minhas tias, meus tios, moram em Florianópolis, em Jurerê, na Trindade, aqui no centro. Tenho parentes em, em várias cidades de Santa Catarina, e gostaria que todo esse esclarecimento fosse e o esforço fosse feito pelos Deputados e que chegassem, é, realmente aos culpados. O que me chama atenção nesse processo todo é que a Veigamed não apresentou documento de importação, não... com... a LI, envolveu várias empresas, envolveu documentação falsa, né, e ainda... a... todo esse processo recaia sobre esclarecimentos da Exxomed.

Então assim, eu, eu agradeço mais uma vez aos Deputados. Quero reiterar, pra deixar bem claro, as acusações ou, a, as, a encobertas da, da senhora Márcia em alguma parte do processo que eu conheço o Deputado. Eu não conheço Deputados, eu não conheço assessores. Eu estou há mais de vinte anos longe de Santa Catarina, no interior de São Paulo, aonde tenho a minha família lá, os meus filhos, e, lá no interior de Santa Catarina, onde tem a fábrica na cidade de São Carlos.

A... deixo à disposição dos Deputados de Santa Catarina, inclusive, pra visitar a Exxomed, tá, é... em, em São Carlos. A Exxomed participa de feiras internacionais, participa da maior feira médica chamada Hospitalar no Brasil há mais de dez anos, tá, e, eu vejo que... a... a... houve, houve ardilosamente, tá, houve a... por interesses que os Deputados ou o Estado não chegassem à Exxomed, à Aeonmed para a compra direta dos equipamentos.

É, é, é muito duro isso porque numa situação de pandemia e de economia geral, que está muito preocupante, é, o processo tenha sido, ts... é... levado até a finalidade por interesses próprios de algum grupo ou de algumas pessoas que estavam no governo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado ao senhor também. O senhor está dispensado.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o depoente. *(Pausa.)*

(O depoente André Motta Ribeiro adentra o recinto com seus advogados e sentam-se no local indicado pela assessoria.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor André Motta, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente aqui hoje nesta reunião?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu sei. Eu fui convidado ontem pelos senhores pra trazer informações a respeito de um processo que é a aquisição de respiradores, como testemunha, imagino.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade somente a verdade no âmbito desta Comissão sob pena de concorrer ao crime de falso testemunho?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero lembrar ao senhor também que tem o direito de permanecer calado e, se assim quiser, o senhor precisa nos comunicar disso. Ou seja, falar eu quero, não quero responder, eu quero permanecer calado, porque o silêncio simplesmente não é um indicativo de resposta, ainda mais usando máscara, a gente não sabe se a pessoa está falando ou não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero pedir para o senhor para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, o nome completo, a idade, a profissão, o local onde exerce a sua atividade e o local de nascimento e o endereço. Fale isso de forma bem próxima porque esse é o registro do senhor ali para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro de forma bem correta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — André Motta Ribeiro, eu tenho 55 anos, natural de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul e moro em Florianópolis, Balneário Açoires, Travessa Osvaldo Felisbino Ferreira, número 56.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está acompanhado de seus advogados, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço aos senhores advogados que falem o nome completo dos senhores, número da OAB e a UF delas.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA — Álvaro Otávio Ribeiro da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Álvaro...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA — Otávio Ribeiro da Silva, OAB/SC 36696 A.

O SR. OTÁVIO CARRARD — Otávio Carrard, OAB/RS 110821.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado. Quando a defesa for intervir, se dirija ao Presidente da Casa e não ao Deputado que estiver fazendo a pergunta.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom dia.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom dia, Secretário, bom dia, senhores advogados.

Vou repetir o que digo para todo mundo aqui, este é um momento importante, Santa Catarina conhecer de fato o que ocorreu nesse desastre, né? E sempre que alguém senta nessa cadeira aí o objetivo nosso é que essa pessoa ajude...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...os Deputados, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina compreender de fato o que aconteceu. Obviamente, respeitando todos os direitos, as garantias constitucionais, em especial de não produzir nenhuma prova contra o senhor. Certo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então eu espero que o senhor colabore, até porque o senhor é o atual Secretário da Saúde e é fundamental, para mim um dos depoimentos mais importantes que a CPI vai colher aqui.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu entendo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Antes de o senhor falar conosco, eu queria que o senhor falasse um pouquinho do seu histórico profissional, bem resumido, para eu compreender como o senhor virou Secretário Adjunto da Saúde.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu sou médico emergencista há 30 anos e também tenho graduação, pós-graduação em administração hospitalar. Trabalhei uma época da minha vida no Rio Grande do Sul, fui dono de hospital. Também tive a oportunidade de morar na Bahia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Doutor André, só um minutinho, o pessoal da técnica está pedindo para o senhor falar um pouquinho mais alto, mais próximo do microfone, por conta da...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pode puxar um pouco o microfone, por conta da máscara, que está?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não quer substituir a sua máscara por esse modelo que sai o som mais fácil?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Vamos tentar de novo aqui, se não der a gente substitui. Melhorou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Melhorou.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, repetindo, eu sou emergencista, médico há 30 anos. É... iniciei a, a minha formação no Rio Grande do Sul, pós-graduado em gestão hospitalar, é, fui dono de uma unidade hospitalar naquele Estado durante um tempo. Durante seis anos morei no Estado da Bahia, onde exerci várias atividades e há quinze anos tenho o prazer de morar aqui, em Florianópolis. E aqui eu passei em diversas áreas da saúde, trabalhei na Atenção Primária, trabalhei na regulação do Município, trabalhei na gestão do Samu municipal, fui regulador estadual de saúde. É, emergencista no Hospital Celso Ramos, plantonista das UTIs do Caridade e também do Hospital Saint Patrick.

E em 2018, 2017, recebi o convite para participar da Integração do APH entre bombeiros e Samu, que eu aceitei durante um ano e meio exercia essa, essa atividade, quando então me tornei Secretário Adjunto de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O convite partiu de quem?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Para a Secretaria de Saúde partiu du... até então Secretário Helton Zeferino.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O senhor sabe, evidentemente, do que nós estamos tratando aqui, eu não preciso explicar para o senhor, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Claro, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é a sua função específica como Secretário Adjunto? O que o senhor faz como Secretário Adjunto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O organograma da Secretaria de Saúde ele diz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como Secretário Adjunto, não como agora Secretário, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Certo. Claro, entendi.

O organograma da Secretaria de Saúde ele divide os gabinetes com algumas atribuições bastante distintas. Então, para o Adjunto ficaram vinculadas às superintendências mais técnicas, a Superintendência Hospitalar, a Superintendência de Regulação e a Superintendência formada nesse governo de urgência e emergência. Essas, é, superintendências diretamente ligadas ao gabinete do Secretário Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, a Secretaria de Compras?



O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — A Secretaria de Gestão Administrativa, onde tem a estrutura de compras, ligada ao gabinete do Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Do Secretário. Muito bem. Nesse processo de compra ali, porque nós temos o decreto emergencial no dia 12, depois o decreto de calamidade no dia 15, passaram cinco dias aproximadamente. Certo? Eu acredito que nesse momento... eu estou lá, acreditando que dentro da Secretaria de Saúde, responsável por preparar o Estado para esse desafio, toda a Secretaria acabou se envolvendo nesse processo, é óbvio, né, é natural. Ora, foi instalado um decreto de calamidade, agora a Secretaria tem que se preparar para enfrentar a pandemia (*faz sinal de aspas*) que o governo imaginava do Covid. Certo?

Muito bem. Qual foi o seu papel específico depois do dia 17, dia 18, quando a Secretaria de Saúde passou a ser a protagonista, a protagonista do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, na verdade, Deputado, eu preciso... é, trazer algumas informações de datas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, eu vou chegar lá. Eu só queria que o senhor nos desse a oportunidade de explicar mais ou menos...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu vou explicar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho perguntas específicas para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, mas a questão de datas é que o senhor falou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor não se prepara o... separa ao ato, ali ao ato. Aquela situação começou dia 20? Qual é a...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No dia, no dia 12 foi instituído o Coes, no dia 17 de março foi instituída estado de emergência em saúde...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — ...onde nós fizemos as primeiras... é o primeiro decreto, que foi um decreto restritivo de atividades.

O decreto de calamidade ele veio trinta dias depois, no dia 17 de abril. Desde o primeiro momento nessa operação do Coes, a atribuição do Adjunto foi de estruturar serviços de saúde relacionada a essas áreas hospitalar, regulação e de urgência.

Então, havia a necessidade da gente entender dentro da rede estadual quais hospitais poderiam acrescentar serviços pra enfrentamento da pandemia Covid em diversos serviços, né, diversas terapia, terapia intensiva, a gente planejou treinamento das pessoas, nós organizamos é... uma melhora do APH, né, do... desse transporte pré-hospitalar, a gente renovou grade de referência de hospitais, é... nós criamos protocolos, nós criamos normas técnicas. Na verdade, era um enfrentamento de uma pandemia, de uma crise que nenhum... ninguém no mundo estava preparado, né, nós precisamos, a partir da criação do Coes, entender processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem, eu imagino. Eu queria saber o seguinte, tá, vamos nos preparar, vamos preparar os hospitais, vamos fazer tudo isso que o senhor falou aí...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...natural. Quem participava da... vocês criaram reuniões, grupo de trabalho? Criou um cronograma de tarefa para cada pessoa? Como vocês acertaram os detalhes? Vocês se sentavam numa mesa, acertavam isso, como é que é?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Como o Coes ele é formado pelos gabinetes e pela Superintendências, e esses gabinetes e Superintendências já tinham atribuições bastante claras, é, foram, foram esses dois que foram transportadas para dentro então da



Defesa Civil pra continuar tomando as mesmas ações que já se toma... tomavam na rotina de trabalho. Claro, claro que com um outro, um outro olhar, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, a Superintendência Hospitalar, a Regulação e a urgência e emergência estavam dentro das suas atribuições melhorando a oferta de serviços de saúde. Assim como cada Superin... é, outra Superintendência tinha a sua função. O planejamento ajudando no planejamento de ações, a vigilância criando notas técnicas e entendendo, é, uma matriz de risco sendo construída, era um momento que não tínhamos ainda ferramentas digitais de inteligência de dados, né, não havia banco de dados no Estado de Santa Catarina. Mas isso foi uma construção que ela veio pra dentro de um ambiente único, mas cada um com a sua atribuição que já trazia, né, por regimento, inclusive, das próprias Superintendências.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi, perfeito. Aí, certo momento, obviamente, faltaram equipamentos. Como nós vamos preparar os hospitais, como nós vamos enfrentar, etc.

Eu quero saber da parte de compras. Agora vamos fazer compras. Vamos comprar máscaras, vamos comprar equipamentos, vamos comprar leito de UTI, vamos alugar, vamos fazer hospital de campanha. Enfim, qual foi o seu papel nesse procedimento de – o senhor era responsável de preparar a rede, o senhor falou aqui – qual foi o seu papel, agora vamos instrumentalizar o serviço, qual o seu papel na orientação das compras do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não tive nenhuma participação em orientação de compras. Na verdade, a estruturação dos leitos de terapia intensiva ele parte, ele parte por diversas ações.

Primeiro entender o que que tinha disponível na rede, e a rede teve equipamento disponível, porque lá no dia 17 de março nós fizemos uma portaria restritiva, inclusive, para as cirurgias eletivas. Então, alguns equipamentos que tinha no centro cirúrgico e outras estruturas de hospitais, é, é, como Santa Catarina é muito bem servida desses serviços de hosp... de saúde, num primeiro momento a gente fez uma mobilização de equipamentos. Nós fizemos o planejamento no quantitativo de leitos de terapia intensiva baseado na, na oferta, né, que os hospitais poderiam, é, naquele momento estruturar, e começamos várias ações então de mobilização de equipamentos. Nós tínhamos alguns equipamentos que necessitavam de manutenção. Eles foram assim encaminhados, inclusive, com parceria, com ajuda da Fiesc, do Senac em Joinville. E houve uma, um apontamento de quantitativo de equipamentos para estruturação de leitos de UTI.

A função exercida por mim era de estruturar isso, apontar onde colocar, identificar quantitativos a serem, é, colocados no sistema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Os processos de compras específico dos respiradores, qual foi o procedimento do senhor?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nenhum. Eu não participei nesse processo de compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Várias pessoas estiveram aqui na CPI e disseram que o senhor participou diretamente disso. Eu vou dar a oportunidade para o senhor esclarecer isso bem porque mentir aqui para CPI o senhor sabe que tem consequências. Nós precisamos ter confiança no senhor, porque o senhor é o gestor da crise na condição de Secretário da Saúde. Então nós precisamos confiar no senhor, precisamos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então assim, Secretário, eu vou voltar a repetir a pergunta para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está falando de?...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual foi a participação direta do senhor no processo dos respiradores? Na escolha da empresa, nas reuniões, nos grupos de trabalho, nos debates? Enfim, pessoal precisando comprar inspiradores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De quem a gente vai comprar, como é que vamos fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois vou perguntar quem participou. Quero saber isso, qual foi a participação do senhor nesse procedimento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nesse procedimento, é, que está sendo fruto dessa CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O procedimento da compra dos respiradores, específico.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — A única, a única participação na compra de respirador foi no apontamento de quantitativos. Isso era uma obrigação do Superintendente Hospitalar, eu, eu acumulava esse cargo. Então, por obrigação, para a organização da rede hospitalar própria, é, apontamento de necessidade de quantidades de, de, isso, insumos, EPIs e respiradores, era de responsabilidade do superintendente. Mas participação em negociação, em compra, em aquisição, definição, isso não é papel do Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não participou de nenhuma reunião? Nunca conversou sobre quem ia comprar, quem a gente ia escolher, como ia fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Secretário falou com senhor, o Helton Zeferino, sobre isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia Pauli?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Campos Maia?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Campos Maia, não sei quem o senhor está se referindo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Charles Campos Maia, diretor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O Diretor Charles ele era o diretor dentro da Superintendência de Gestão Administrativa que não estava sob minha, minha alçada como Secretária Adjunto. Tinha um rito próprio de aquisição e eu não participei em nenhum momento com o senhor Charles de, de decisão de compra de nenhum respirador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o Estado está falando, compra de respiradores, o senhor era Secretário Adjunto e não conversa com ninguém sobre isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Na verdade, o meu papel era de estruturar a rede, de trazer de serviços pra, pra dentro do Estado, discutir treinamentos, protocolos, eu não participo de definição de fornecedor de preço, não é atribuição do Secretário Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Doutor André, nós aqui, líderes de partido, quando o Presidente da Assembleia chama a gente para conversar... eu sou também sou meio empresário, nós temos aqui vários empresários, gente que já foi Prefeito, né? Suponha que o senhor Presidente chama os líderes aqui para conversar sobre determinado assunto, cada Deputado se manifesta, cada um dá uma ideia, cada um dá sua opinião, a reunião já é para poder construir o melhor caminho, encontrar a solução mais adequada.



O senhor não participou das reuniões: como vamos comprar os respiradores, se a gente vai alugar, se a gente vai fazer hospital de campanha, a gente vai trazer da China direto. O senhor não participou de nenhuma reunião nesse sentido?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nesse sentido, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor escutou algo, o senhor ouvia nos corredores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No momento inicial da, do Coes houve um momento de bastante agitação, né, porque havia uma... um, um pânico, o cenário inicial era um cenário é que foi desenhado baseada em crité... em dados estrangeiros que nós teríamos dificuldades extremamente graves. Então nós fomos procurados por algumas entidades que se ofereceram para ajudar o Estado. Algumas, é, conversas desse tipo, como a Fiesc que trouxe a Intelbras pra fazer oferta, essa conversa que eu participei e escutei, mas não na aquisição de equipamentos, na discussão de valores, ou de fornecedores, de forma alguma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Interessante, eu vou ler para o senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o que disse aqui o Charlie Campos Maia, que é o diretor, né? Ele é o diretor de?...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — De logística e... aliás, desculpa, de Licitações e Compras que está dentro da Superintendência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, ele é o diretor de compras da Secretaria.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não sei se está lá ainda, porque depois do que ele disse aqui para CPI pode até ter sido desligado. Ele está lá ainda?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ele está exercendo a sua função.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Ele disse o seguinte, vou ler para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele disse que não acompanhou a compra. Todos que sentaram nessa cadeira aí, ninguém acompanhou a compra.

Então o seguinte – o senhor Charlie disse que não acompanhou a compra –: *(Passa a ler.)*

“O governo culpou a Márcia Pauli, o governo do Estado culpou a Márcia Pauli por todo esse processo, foi o primeiro. Márcia Pauli foi para televisão, deu depoimento” – eu disse, na verdade quem está dizendo isso sou eu – “Márcia Pauli foi para TV, deu depoimento, o Secretário falou na TV que a Márcia Pauli era a responsável desse processo, que tiraram ela (...)”, etc.

“O que o senhor tem a dizer?”, eu perguntei para o Charlie Campos Maia. E ele me disse: “De forma alguma.” Eu perguntei: “Quem foi? Quem estava em cima dela para fazer a compra dos respiradores?” E ele respondeu: O Secretário Adjunto, doutor Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, o único comentário que eu posso fazer a respeito disso, que eu não entendo da onde ele tira essa informação. É uma informação de um servidor que não estava sob minha, é, ingerência direta. Repetindo: o Adjunto ele faz, é, trabalho técnico, tem outras superintendências sobre sua, sua gestão. Eu não tenho, eu não tinha ascendência sobre a atuação do senhor Carlos. E me estranha muito ele falar esse tipo de coisa, porque eu, em nenhum momento, participei em reunião com ele pra aquisição, indicação de equipamento ou coisa desse tipo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Charlie Campos Maia também disse que o senhor pressionava os servidores, que o senhor entrava em salas: “Eu quero isso aqui pronto até meio-dia, na época da pandemia, esse documento tem que estar na minha mesa. Atende o fulano, responde aos *e-mails* lá emergentemente pra Márcia, e pra ele mesmo.”

O senhor tinha esse costume de fazer essas pressões assim? Porque eu não vejo problema nenhum nisso aí.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, eu acho muito estranho. Primeiro, porque essa não é minha característica, eu não faço assim, quem me conhece sabe que isso não é verdade. E, segundo, porque eu não tenho contato, eu não tinha contado com o senhor Charles pra determinar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ele é o seu diretor, Secretário.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, ele era diretor da Superintendência de Gestão Administrativa, que estava sob a tutela do... é Secretário Adjun... é do Secretário de Estado da Saúde, não sob a do Adjunto. A minha atribuição era outra, não era essa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, eu preciso entender o senhor. O senhor é o Secretário Adjunto. O senhor é uma pessoa importante dentro da Secretaria.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Concorde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aí o senhor está falando de um diretor, o senhor não está falando de um subalterno lá do 5º andar, lá da recepção, o senhor está falando de um diretor de compras.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor afirma que não tinha nenhum contato, não conversava com ele?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Afirmo, sim. Nós temos quase 40 diretores na Secretaria, são seis Superintendências e essa Superintendência não estava sob minha gestão. Eu não participei desse tipo de, de procedimento porque a minha atribuição era outra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu vou falar mais uma fala dele aqui, até para ajudar os meus Colegas também.

Eu perguntei: “Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor porque isso ajuda muito a gente.” Ele disse que os superiores da Márcia pressionavam a Márcia pra fazer coisas erradas. Que a Márcia serv... que a Márcia era boi de piranha e que a Márcia sofria pressão seguida dos chefes, o senhor e o Helton Zeferino.

Então eu perguntei pra ele: Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor porque ajuda muito gente aqui.” Certo? Eu quero dizer... eu quero saber o seguinte: O senhor disse que ela estava sendo usada, boi de piranha, etc., etc. O senhor já disse também que o Secretário Adjunto, atual Secretário, e ex-Secretário, e mais alguém? Algum outro Secretário de Estado? Alguém do *staff* do governo?” Alguém lá do Coes, outra Secretaria? Ele disse o seguinte: nós recebíamos pressão do Secretário Helton e do Secretário... do Secretário Adjunto, doutor Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — *(Suspira.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que ele inventou isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu não sei dizer o que que passa na cabeça de algumas pessoas. Eu parto do princípio e, e eu tenho essa convicção de que os servidores da Secretaria são capacitados e têm lisura nos seus processos. Não há necessidade e nunca houve, e assim nunca foi feito, de pressionar alguém pra tomar essa ou aquela atitude. Nós como vivemos num momento bastante complicado no começo de precisarmos



estruturar serviços de uma forma mais ágil e rápida, tanto que nós entrávamos pra trabalhar às 7 da manhã e saíamos de noite, inclusive, sábados e domingos. Nunca, nunca presenciei esse tipo de pressão. Não é minha característica, como gestor, fazer esse tipo de pressão, e pouquíssimos contatos eu tive com esse senhor, que é diretor de, de Licitação e Compras de uma Superintendência que não estava sob minha governança.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi. E sobre a compra dos respiradores, o processo? O processo de licitação? O processo, o procedimento, o senhor acompanhou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está falando desse aí... do respir?....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da licitação dos respiradores. O senhor acompanhou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem anotações sobre eles aí no seu caderno, em algum lugar?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu tenho algumas anotações de informações que eu recebi já no final do, do momento des...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então eu queria perguntar para o senhor: Quando iniciou o processo de compra dos respiradores?

Eu queria mostrar a imagem 1, por favor.

(O Relator se dirige à assessoria para mostrar a imagem.)

O senhor confirma? Ó, esse daí, o senhor pode ler. É o processo de compra dos respiradores, o processo licitatório. É a primeira página do processo de licitação.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso aqui é uma citação, posso entregar para o senhor folhear se quiser para os seus advogados.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sem necessidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que data que está inserida ali?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Lá está escrito 26 de março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 26 de março.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Lá em cima, daqui eu tô enxergando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 26 de março, é isso que está anotado aqui também. O senhor sabe se foi nesse dia específico que começou o processo para a compra dos respiradores? O senhor pode consultar suas, suas anotações.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não precisa, Deputado. Eu não participei desse processo de aquisição desses respiradores em nenhum momento. Não era a minha atribuição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nada? O senhor não acompanhou nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor viu aí a data, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia Pauli teve aqui e disse pra gente que foi nesse dia que ela começou as tratativas. Na verdade, ela disse que começou as tratativas do dia 23. É isso, Deputados?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dia 23, né? Ela disse assim, ó: nós começamos a compra dos respiradores no dia 23. Aquela menina que o Deputado Felipe Estevão disse que era um brinco de garota, ela disse pra gente que ela começou o



processo da compra dos respiradores no dia 23, falou isso na polícia, ela falou isso, né, Deputado Felipe, ela falou na Delegacia. Nós acreditamos nela aqui, né?

Eu (ri), eu acreditei nela que aqui começou tudo dia 23, né?

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Eu queria o seguinte, eu queria mostrar um documento para o senhor, o próximo documento, o um, o primeiro documento. Eu tenho esse documento aqui. Eu tenho esse documento aqui, eu preciso olhar daqui, pra nós fica muito difícil de ver. *(Fala com seu assessor Alex Sandro de Jesus.)* Não, não, aquele documento que você usou, devolve aqui pra mim. *(Fala com seu assessor Alex.)* Ah, tá aqui? Tá aqui, Alex? Eu só vou localizar aqui onde é que está a pastinha. Onde é que eu botei dentro da pastinha. *(Pausa.)* Aqui, aqui, está aqui. Aqui eu tenho um documento: SE-39997 – ali está datado do dia 31/3, né? Não? 31/3, certo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — 31/3.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 31/3. Agora abra a página dois.

Eu tenho aqui nas minhas mãos documento datado do dia 20 de março, Estado da Secretaria.

(Passa a ler.)

“Comunicação interna.

A Superintendência de Gestão Administrativa
Cofes, Geror, Geafi.

Assunto: liquidação e pagamento. Dia 23 de março.

Solicitamos a liquidação e pagamento em caráter de urgência da nota fiscal apresentada no presente processo, tendo em vista a situação vivenciada em razão do surgimento do Covid em território catarinense e a imperiosa necessidade de adoção de medidas de combate aos efeitos dele decorrentes.

Atenciosamente, Márcia Regina Pauli”, Superintendente de Compras.

O documento está assinado no dia 20 de março de 2020, às 14h20. Portanto, três dias antes do que a Márcia veio aqui e disse que ela começou as tratativas.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela pediu o pagamento, e, e indicou a rota, e juntou depois a nota fiscal da compra. Três dias antes disso tudo acontecer.

Eu confesso, Deputado Kennedy, Deputados, a nota é a nota dos 16 milhões. Vou botar a nota para vocês verem, junta a nota fiscal.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Veigamed, do dia 31/3. Essa é a nota. Mais uma... E aí o processo encerra.

Queria que o senhor nos ajudasse a compreender isso aí.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, olha só, é... eu vou repetir que eu não participei deste processo em nenhum momento. As atribuições do Adjunto eram outras.

Então, se depender de alguma informação minha pra esclarecer este processo, nós não vamos ter de nenhum acréscimo. Eu não conheço esse rito, eu não participei desse rito de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Então eu vou deixar para os meus Colegas continuar o trabalho.

Agradeço o senhor e profissionalmente vou voltar a conversar mais um pouco com o senhor.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Estou à sua disposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Um bom-dia. Eu não almocei ainda, sei que já passou do meio-dia, acredito que o senhor também.

Bom dia, Secretário, bom dia, advogados.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sejam bem-vindos. Secretário...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...sou meio ansioso, estou quase começando pelo fim aqui, mas vou também seguir o meu ritmo, peço que os meus parceiros e o senhor tenham paciência comigo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem o indicou para o cargo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O Secretário, ex-Secretário Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como que o senhor viu... Agora o senhor já teve acesso aos autos, eu sei que o senhor não participou de algumas coisas, como senhor já afirmou. Mas agora, sendo, indo de Adjunto para Secretário o senhor tem conhecimento de diversas coisas mesmo não tendo participado, né?

Como o senhor... Como é que chegou a proposta da Veigamed na Secretaria? O senhor teve acesso? Sabe como é que chegou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não tive acesso. Não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E não sabe até agora como chegou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não sei até agora como chegou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por que os pagamentos foram feitos antecipadamente?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não participei do processo e não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas o senhor... até agora, depois de já estar um mês na Secretaria?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — 31 dias hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — 31 é, tem meses que tem 31 dias. Até agora o senhor não se atualizou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, na verdade quando eu assumi isso já estava sendo investigado, né, um processo que já estava em investigação por órgão... por órgãos outros externos, e já havia uma sindicância aberta, inclusive pelo próprio Secretário Helton, lá no final de abril, referente a esse processo. Então ele fugiu, é, do escopo do trabalho do atual Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem acompanhou, nos acompanhou aqui terça-feira, bastante gente teve paciência de nos acompanhar das 5 da tarde às 3h30 da manhã, e eu já recebi várias mensagens, essas coisas, tivemos um *feedback* aí até pela imprensa.

Assim, a Márcia fez algumas acusações ao Douglas e ao Helton. Se lembra de detalhes, minuto de *live* do Governador, que o Governador demonstra que tinha conhecimento, mas não lembra de um nome de um Deputado, essa memória seletiva é complicada né? O Helton não sabia de nada. O Helton não sabe quem levou a Veigamed, o Helton não sabe quem pagou... não sabia de nada.



E o Douglas fez uma lista de afirmações a vocês, e estou falando vocês, Secretaria da Saúde, como se a Secretaria da Saúde fosse uma ilha, né? E o senhor está aqui neste momento, no cargo, o senhor pode nos esclarecer essas dúvidas que ficaram e até ajudar para a acareação que vai acontecer na terça-feira que vem. Porque essa dúvida que o também Secretário Douglas deixou é muito ruim para mim, para o Felipe, para o Ivan, para o Sargento Lima. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

Quem foi o Deputado que participou da indicação, da contratação, das negociações dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, como eu não participei desse processo, eu não tenho conhecimento e participação de Deputado algum nesse processo. Eu não tenho essa, essa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. Mas o senhor participou, como Secretário Adjunto, de uma reunião do Mahatma Gandhi.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Mahatma Gandhi *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ainda para o hospital de campanha. Não participou?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O senhor está se referindo a uma visita...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Hospital de campanha.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...do pessoal de Itajaí, na Secretaria?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não. Eu estou falando de uma reunião que estava inclusive o Governador, o Cordeiro...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não. Não participei dessa reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E não soube depois também? O Helton nem foi convidado, mas o Helton entrou na sala.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, eu não participei dessa reunião e nem sabia que ela tinha acontecido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. O Helton foi domingo prestar um depoimento às autoridades policiais e na terça-feira ele voltou espontaneamente a prestar esse depoimento. E ele fez quatro afirmações bem graves, no meu entender, ao Douglas.

Eu vou por partes, o senhor presenciou a pressão do Douglas pela Veigamed, pelos 33 milhões dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não.

O senhor soube que o Douglas... isso tudo é o que o Helton falou, o senhor sabe que o Helton falou isso, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim, que ele falou que houve algum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor sabe dos quatro tópicos de acusações do Helton ao Douglas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então eu vou rememorar para o senhor.

O Helton fez declarações à polícia... o senhor não teve acesso aos depoimentos? Não estudou os depoimentos...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...antes de vir aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não tive acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então, esses quatro tópicos de acusações do Helton ao Douglas são bem graves. O Helton falou que o Douglas pressionou



muito pelos 33 milhões da Veigamed; pelos 70 milhões de equipamentos de proteção individual, que não se concretizaram, mas era um valor considerável; pressionou muito através... a Márcia, o Helton sobre o Mahatma Gandhi; e sobre o Samu, um pedido de mais de R\$ 40 milhões à empresa OZZ, que tinha (*ininteligível*) da Secretaria de Saúde do governo 42, 40 milhões de reais.

O senhor sofreu, como Secretário Adjunto, algum tipo de pressão com relação a esses quatro tópicos?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor não sabe de nenhuma pressão para pagar quarenta e poucos milhões para o Samu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não sei de nenhuma pressão pra isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – De gestão para a empresa que gera o Samu.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Isso. Prestação de serviço, na verdade, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Isso. O Mahatma Gandhi também, nenhuma pressão, nenhuma reunião que teve o Governador, teve algum outro?...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor me permite, Deputado, só uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando se fala em pressão, mesmo que seja de forma positiva. Por exemplo, assim, vamos lá rapaziada, vamos fazer, o Covid está matando gente. Não só da parte negativa, compra, contrata...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...mas que seja somente de parte positiva. Pode ser que com vontade de incentivar a equipe e falar: o que vocês acham, vamos fazer?

Nem assim?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não. Não é essa... o... o *modus operandi* não era esse, né? A gente se estruturava cada um na sua função e tentava acelerar processos se ajudando mutuamente. Agora, nada de, de pressão e... de forçar (*ininteligível*) qualquer tipo de pessoa a tomar uma... uma atitude, uma ação que não fosse a ação da, da, da sua atribuição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor sofreu algum tipo de pressão do Douglas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas não especificamente desses quatro passos, qualquer...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, nenhuma!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O que a gente fica abismado, sim, é que nem o ex-Secretário nem o atual Secretário sabiam de nada do que estava acontecendo na Saúde de Santa Catarina, né?

(O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem, senhor Presidente.")

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu gostaria só de pedir a vossa excelência que garantisse o direito da testemunha responder objetivamente aos fatos para os quais ela foi chamada aqui, e não ouvir depoimen... é... declarações depreciativas, ou que deturpam, ou que já antecipam um pré-julgamento do que essa CPI tá tentando observar.

O senhor André tá aqui prestando depoimento de uma maneira clara, objetiva e expressando as informações que ele tem pra dar. Se a Comissão não acredita nas



informações, se discorda, se acha incompleta, é um direito pleno da Comissão de no momento próprio, de julgamento, encaminhar a decisão que melhor lhe a provê. O que não é correto é haver comentário jocoso, depreciativo, porque isso aí se constitui descortesia e falta de respeito com a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Feito o registro...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Ele não está aqui, aliás mesmo que se tivesse aqui na condição de acusado, ele mereceria ser tratado com respeito e urbanidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Feito o registro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Se não passou respeito, advogado, eu me corrijo. Não estou querendo de maneira nenhuma desrespeitar, humilhar, fazer comentário jocoso sobre o seu cliente. O que eu estou fazendo é um comentário de... eu estou abismado com governo do Estado de Santa Catarina! Eu estou abismado! Eu estou estarecido com o que está acontecendo!

Eu estou surpreso do ex-Secretário e do atual Secretário não saberem de fatos muito importantes, mas eu respeito a sua opinião e quero me fazer entender ao senhor, ao Secretário, ao outro advogado também. Me fiz entender? Por favor, me fiz entender?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Deputado, eu respeito a sua opinião. O senhor como Parlamentar tem todo direito de expressar, como qualquer cidadão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Só que, da maneira como o senhor coloca, o senhor sugere que essa testemunha, que tá aqui presente, está omitindo alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, não.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...situação acerca dos fatos sobre os quais está sendo indagada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...é sobre isso que eu estou pedindo o respeito, a objetividade e a cortesia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então eu corrijo, eu não estou sugerindo nada, perfeito? Ótimo, podemos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já disse que foi acatado, doutor, o comentário do senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só permitindo uma intervenção como Relator.

Doutor, o seu cliente é o atual Secretário da Saúde, sobre as mãos dele está a saúde dos catarinenses, sobre a mão do doutor Motta estão os doentes da Covid, estão as pessoas que ficarão contaminadas, estão as pessoas que precisarão de saúde. O seu cliente, que está aqui, que presta serviço para o Estado de Santa Catarina, ele não é um instrumento qualquer do Estado, e nós Deputados precisamos compreender.

O Deputado João Amin tem razão, ele faz um comentário que Santa Catarina faz, Santa Catarina faz esse comentário. E esse julgamento aqui, doutor, é um julgamento político, aqui é político julgando político, não é julgamento criminal. Nós não olhamos para o doutor Motta como agente do crime, nós olhamos para o doutor Motta como um agente administrativo, a quem os Deputados acreditam que está cumprindo todas as suas tarefas inseridas no artigo 37, *caput*, da Constituição, que o senhor conhece muito bem. Só quero deixar isso claro.

Então, as colocações do Deputado João Amin foram pertinentes, a meu ver, só por esse elemento - e eu queria que o senhor compreendesse isso -, porque ele é o Secretário da Saúde, e nós precisamos ter confiança nele.



Muito obrigado.

(O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem novamente, doutor. Pela ordem, senhor Presidente.")

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu reitero que o meu cliente está aqui na condição de testemunha, vossas excelências têm o direito de perguntar sobre o que quiserem e... e com certeza tem a maior autoridade, respeito, carinho e admiração pra isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já foi acatado, senhor...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Mas ele é testemunha e ele deve ser privado de comentários, de pré-julgamento acerca do que tá sendo indagado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, mas eu acredito que eu já esclareci o pré-julgamento...

(O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Perfeito. Então, só para continuar e terminar logo isso. Secretário...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...no exercício da sua função de Adjunto, e agora de Secretário, recebeu ligação, pressão, WhatsApp, provocação, apresentação de empresa, pedido de algum Deputado Estadual de Santa Catarina?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não recebi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então tá.

Então esclarecido com o senhor, tenho muito respeito, peço desculpas se me fiz entender dessa maneira como o seu advogado entendeu, acredito que já esclareci com ele e esclareço com o outro advogado do senhor também. O meu respeito pela sua função e pela sua pessoa, que está aqui hoje, é enorme e eu não quero desrespeitar ninguém. Estou encerrado, Presidente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – *(ininteligível)* agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado João Amin.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, Secretário.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tenho algumas coisas para comentar aqui com o senhor. A funcionária Márcia... o senhor falou que era o responsável pela Superintendência mais técnica dos hospitais.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É, Hospitalar, a Superintendência de Regulação e de Urgência e Emergência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A função do senhor era, pelo que o ex-Secretário Helton falou aqui, fazer esse levantamento técnico do que precisava.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas teve um fato que me chamou a atenção, e não é uma crítica, mas eu estou muito mais focado na fragilidade do processo. A funcionária Márcia disse que havia momentos, que para saber o número de leitos e ocupação, era necessário, os funcionários pegavam o carro e iam de hospital em hospital contando as macas e os leitos. É assim que funciona?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – De forma alguma.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que ela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...falou não é verdade?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Porque apesar do início da pandemia, e foi um início bastante complicado a gente não ter ainda a inteligência digital, nós conseguimos durante todo esse período, e aí está a competência também da Secretaria de Estado da Saúde, desenvolver ferramentas pra que nos dessem dados indicadores pra que a gente pudesse tomar atitudes. Inclusive desenvolvido, neste período, uma ferramenta chamada sistema de leitos, que faz a busca automatizada dos leitos do Estado de Santa Catarina.

Nós tivemos um trabalho bastante árduo, além de estruturar serviço, de trazer clareza pro processo, né? Santa Catarina inclusive saiu do 18º lugar no Brasil de transparência Covid pra 3º lugar na semana passada. Então o sistema...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu quero aproveitar nesse seu esclarecimento, até preocupado com a população.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque o governo fez disso uma propaganda, esta subida no *ranking*, sendo o Estado um dos top 10 mais transparente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria que o senhor explicasse que tipo de transparência é essa, porque para o povo que está acompanhando, eles não conseguem entender como um Estado, que se diz tão transparente, fez uma compra de duzentos respiradores, de 33 milhões que até agora todo mundo que sentou aqui diz que não sabe como é que foi.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... Deputado, eu vou repetir que essa questão da compra, é... eu não acompanhei, não era minha atribuição. Mas todos nós sabemos que o Estado ele tem os processos digitalizados e eles são públicos. E, aliás, essa é uma característica deste governo, trazer as, as ações pra luz pra que todos tenham acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor fala do sistema SGPE?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor sabe que esse sistema é tão frágil, segundo informações que a gente recebeu aqui, que a qualquer momento alguém, que tem acesso ao sistema, pode fazer... baixar um documento e incluí-lo em outro processo para abrir a próxima fase do processo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu desconheço essa forma de... de agir dentro desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor alguma vez entrou no sistema?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu digo isso sabe por quê? Porque esse documento que o Deputado, Relator, mostrou - a CI do dia 20 de março, que deu a autorização para o pagamento do dia 31 daquela nota - a Márcia disse, e o próprio Helton falou aqui, que essa era uma prática, de colocar CIs de processos. Inclusive, ao Ministério Público, a Márcia diz que há uma gravidade, ela fala de um gravíssimo problema administrativo, se eu não me engano, sobre esse sistema e ela inclusive fala aos procuradores dizendo o seguinte, que qualquer um pode pegar um documento assinado pelo Governador e incluir no processo para continuar a fase.



O senhor como responsável pela Superintendência técnica e por todo esse trabalho, e hoje como Secretário da Saúde, não chegou isso ao seu ouvido até hoje?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Essa questão de que qualquer um pode fazer, é... alteração de documento, não é bem assim. Porque as pessoas que acessam ao SGPE, elas criam uma matrícula, elas são identificadas e dentro desses processos cada um tem a sua atribuição. Então não é qualquer um, é pessoa que tem que ter acesso e tem que ter a função específica dentro daquela ação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu volto a falar sobre essa fragilidade e colocando agora na condição do senhor Secretário de Saúde...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...porque nesse mesmo processo há o desentranhamento de 16 folhas, se não me engano, lá no início - é isso, né, Relator - e depois quando falam que não vão entregar um equipamento, que vai entregar o outro, houve um... no processo tem ali, que houve um pedido para o engenheiro eletrônico, como é o departamento daquele engenheiro que veio aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Engenharia clínica, deve ser.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, o último depoimento daquele dia lá, foi aquele engenheiro elétrico?

(O senhor Relator fala fora do microfone: "Elétrico.")

Elétrico, né? Ou seja, tem um setor lá da Secretaria que ele coordena.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Tem alguns setores de engenharia na Secretaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso. Esse setor pediu um parecer dos intensivistas para saber se aquele equipamento que estavam querendo entregar valeria ou não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E no processo tem esse pedido. Aí, esse processo para autorizar a compra não abre sem ter a resposta disso. A resposta entrou, desencatou esse daqui e a resposta foi tirada. Não existe esse parecer dos intensivistas lá. Isso é normal acontecer no processo de compra do SGPE? Até porque eu forço isso não para mostrar a diferença do que o governo fala de transparência, mas eu estou muito mais preocupado é na fragilidade de todo o processo.

Sabe por quê, Secretário? Porque segundo o que Helton falou ontem aqui, o ano passado foram R\$ 800 milhões em compra e a previsão para este ano é de 3 bi. Aí, quando eu vejo isso, eu consigo entender, Deputado Felipe, porque quando alguém em uma coletiva pergunta: escuta, mas uma compra de 33 milhões... aliás, não em uma coletiva, quando o Secretário veio aqui na nossa convocação, ainda na assembleia virtual, a gente perguntou: escuta, uma compra de 33 milhões, não acende uma luz vermelha? Daí ele disse: O que é 33 milhões para o orçamento da Secretaria de Saúde?

Por que eu faço todo esse contexto? Porque a minha preocupação... pelo menos do que eu ouvi até agora de todos que sentaram aqui, estão dizendo o seguinte: Olha, não fui eu, eu não sabia de nada, não tem nada meu. Só que aconteceu o fato e agora vão colocar a culpa no sistema, como sempre.

A minha preocupação, Secretário, é o senhor afirmar agora que não sabe disso. E eu agora estou pedindo para o senhor botar o olho nisso, porque o sistema extremamente frágil está funcionando ainda do mesmo sistema ou da mesma forma para um orçamento de 3 bi este ano.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu volto a dizer que, é... referente a este processo específico, se houve alteração de documento, eu não posso dizer porque eu não participei dele. Existe uma... existem séri... séries de estruturas dentro da Secretaria



que... trabalham cada uma na sua, na sua atribuição nesse sistema de compras. E toda vez que, é, uma pessoa, ela entra no sistema, fica lá marcado, fica registrado quem foi o indivíduo que fez essa ação. Então é a, as ações dentro da Secretaria elas são, elas são registradas dentro do SGPE e ele é um documento público.

Quanto a esse processo específico como eu não te... é... participei, eu não sei lhe dizer quais são os documentos que o senhor tá dizendo que foram retirados, porque de fato não é de meu conhecimento. Eu estava fazendo uma outra fala que o senhor me provocou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...é, sobre a transparência do Estado de Santa Catarina...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual é o dado, né, que o governo faz a propaganda de transparência e agora com essa...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Nós estamos falando aqui, é, de um pro... de um sistema, é... de processos que veiculam, que antes veiculavam em... em documentos físicos, em papéis que ficavam em gavetas ou em armários, hoje eles são públicos, todos eles, né? Tanto que nós temos acesso a eles aqui.

Quando eu falo transparência de processo, é a construção de todo nosso dado, nossos bancos de dados, nossas matrizes epidemiológicas. Se o senhor abrir o *site* coronavirus.sc.gov.br lá tem uma partezinha que fala lá em transparência. A gente consegue acessar uma série de informações, inclusive tem lá um painel de transparência que são todos os dados de todos, anonimizados obviamente, de todos os pacientes já diagnosticados com Covid e os óbitos e outras tantas informações.

Essa é a transparência que o Estado tem que dar, porque isso é ferramenta de gestão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...é ferramenta de informação pras pessoas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A transparência é com relação a dados de infectados, de mortos e de ocupação de leito. A transparência é essa?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Entre outros tantos, né? O nosso *site* ele é bastante completo, inclusive...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas o senhor acha...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...a transparência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor acha que a transparência também está sendo em cima do processo de compras, por exemplo, dessas dispensas de licitações, de tudo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Dispensa de, de licitações eu não sei lhe dizer porque eu não participei de nenhuma dispensa de licitação. O processo de compra da Secretaria ele já existe há bastante tempo, existe uma estrutura que ela é responsável por isso e vários, e em vários momentos, é... essa ação ela é, por... de alguma forma exercida por algum indivíduo, né? Então existe, sim, transparência, isso é um processo eletrônico e fize... fizemos nesse o governo o primeiro, é... é... pregão eletrônico né? Conseguindo uma economia bastante interessante na questão dos oxigênios domiciliares, o senhor se lembra disso, né?

Então eu acho que sim, esse é um processo que também traz transparência para o Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Secretária Márcia, aliás, a funcionária Márcia quando esteve aqui, e eu perguntei a ela e ela confirmou... ela falou nos outros depoimentos também que de repente apareceu... o Coes foi o senhor que ajudou a fundar, né?



O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É, o Coes é uma... é uma estrutura que ela vem do governo federal e é uma necessidade em períodos de... enfrentamento de crise.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Então eu sou um dos componentes do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só tirar uma pergunta aqui...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Secretário Helton esteve aqui e disse que a Márcia não foi convidada para ir lá para a Defesa Civil, ela foi porque ela quis. O senhor confirma o que o Helton falou? Ou [confirma] o que ela falou, que ela foi chamada para ir lá? Para ficar lá fisicamente nesse processo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, as estruturas do Coes são os gabinetes e as Superintendências. Na minha a, na minha atribuição de Adjunto, as três Superintendências Hospitalar, regi... ã... Regulação, de Urgência e Emergência foram, sim, convidadas para estarem presente dentro do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Como que o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...como que o Depu... o Secre... o ex-Secretário Helton lidou com essa questão da SGA ou de outras, eu não sei lhe dizer, mas elas estavam todas presentes no Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k. Então pelo Coes a Márcia deveria estar lá pela função dela, de Superintendência?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Parte do princípio que todas as (*ininteligível*) Superintendências deveriam estar... ter algum representante lá dentro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator, eu acho que isso é muito importante, por isso que eu faço essa pergunta. Até porque o seguinte, o Coronel... lá de compras, da licitação lá... eu tenho dificuldade de nomes.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu também, nós temos a mesma dificuldade. (*Ri.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu tenho dificuldade de nomes (*ri*), mas aquele Coronel que esteve aqui...

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Maia."*)

O Coronel Maia falou o seguinte, palavras dele, que havia tanta informação que nós teríamos em abril seis mil mortos, com mortes pelas calçadas e que a dificuldade dele de ter o acompanhamento do processo é porque eles ficaram isolados na Secretaria de Saúde, as gerências ou as diretorias, não lembro, e a Superintendência foi lá para o Coes e ficou lá.

A Márcia confirma que havia a necessidade de ela estar lá, inclusive que fizeram um grupo chamado de 24 horas, o senhor participava desse grupo de WhatsApp...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Grupo o quê?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...chamado 24 horas?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não tenho conhecimento desse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não participava desse grupo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Onde tinha que resolver as coisas em 24 horas.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Desconheço essa organização.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.



O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – E eu preciso fazer um comentário sobre o que o senhor tá dizendo, porque... quando a gente fez lá dia 17 de março, é... a, uma medida mais dura e acertada, hoje a gente sabe que ela é acertada, porque o senhor falou que... haveria mortos pela calçada, pelas calçadas e só não tem em Santa Catarina, porque Santa Catarina foi extremamente competente nesse enfrentamento. Mas tivemos mortos pelas calçadas em Manaus, em Belém e em outras esta... em outros Estados, é, brasileiros...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor... o senhor, é...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...nós não podemos negligenciar, Deputado, e acho que não é negligenciar, mas o esquecer que no País hoje nós temos 33 mil óbitos causados pelo Covid. Santa Catarina está com 152, que já é um número grande de óbitos, mas tá só com esse quantitativo pequeno porque a Secretaria de Estado da Saúde foi competente o suficiente pra tomar as ações que precisava.

E quando a gente tomou uma, uma ação extremamente, é, criticada e corajosa, no dia 17 de março, e aqui vai a minha reverência ao Governador, Moisés, nós fomos criticados e fomos o primeiro Estado brasileiro a fazer esse tipo de isolamento social. Foi o que nos garantiu o achatamento da curva e a possibilidade de termos tempo para estruturar processos e equipamentos de saúde. Os Estados que assim não fizeram, eles perderam esse jogo.

É muito triste olhar na televisão uma retroescavadeira fazendo cova pra 130 enterros simultâneos numa capital brasileira chamada Manaus, onde os... os caixões eram empilhados de três a três. E era justamente este cenário que nós queríamos evitar. Não... ninguém, é, disse que haveria mortos pelas calçadas, porque isso... e se acontecesse dessa forma, talvez nós estivéssemos aqui hoje discutindo exatamente isso, por que que nós não fizemos mais?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só lhe dizer, Secretário, eu divirjo com relação a essa questão porque eu conheço o Brasil, eu conheço Manaus, eu conheço a realidade. Nós não podemos, assim como a gente não pode utilizar as mesmas formas de cálculo da Europa, utilizar a mesma fórmula do Sul para o Norte ou Oeste... porque a nossa realidade é muito diferente. Nós temos um País de tamanho continental e não dá para dizer que o que nós aqui no Sul vivemos... como Manaus ou qualquer outra capital saindo do Sul e Sudeste. Então essa...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O senhor acha que pode ser comparada a São Paulo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Também não, porque o seguinte...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – São Paulo, então, não é tão evoluído quanto Santa Catarina?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não é que é evolução. Nós temos que entender a capacidade de SUS que nós temos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Entendeu? E daí quando você...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Qualidade do nosso trabalho em saúde, exatamente isso, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quando você vê aqui, por exemplo, na questão do SUS, a nossa capacidade é muito distinta de São Paulo pelo número de pessoas e o número de pessoas dependentes dos hospitais do SUS. Mas essa não é a função...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria saber o seguinte, a Secretária, aliás, a funcionária Márcia diz que, logo depois que compraram os respiradores, veio uma empresa oferecendo a possibilidade de locação. O senhor sabe disso?



O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem era a empresa?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É um fornecedor do Estado já de bastante tempo, que era Leandro Estevo, se eu não me engano, que veio oferecer ajuda e perguntou se havia interesse em locação de equipamentos e...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi o seu...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ...voltando, voltando a questão da organização, é, do enfrentamento, a gente tem que entender, é, é, diversas formas de equipar as nossas UTIs.

O próprio Ministério da Saúde determinou *kits* para disponibilização dos hospitais. O que que são esses *kits*? Cama, respirador, monitor e bomba de infusão. Então num, num, num momento onde o, o mercado ele está bastante complicado e as notícias diziam naquela época que os próprios americanos compraram toda a produção da China, e tanto isso é verdade que tem essa dificuldade que até hoje, né, o próprio Ministério da Saúde agora parece que suspendeu essas, essas importações, teve dificuldade também como todo mundo, não foi só aqui, é... locação de equipamento ou locação de *kit* no molde como se... o Ministério da Saúde havia proposto, era uma possibilidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que o senhor fez nesse processo da oferta de locação?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Encaminhei pra área que era a área que trabalhava exatamente com essas questões. A SGA, Superintendência de Gestão Administrativa, é quem cuida de como tem lá o... o senhor Charlie, que é o diretor de licitação e, e compras. Essa é a área que precisa entender a oferta, se há adequação de produtos, valores e outros tantos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Márcia falou, não só aqui para nós, mas nos outros depoimentos... eu estou usando a Márcia porque, é...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...a versão dela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...e eu preciso tirar uma dúvida, até para esclarecimento, não estou dizendo que ela é a única dona de verdade, assim como tenho o direito de ter uma opção de pensar que o senhor está não falando totalmente a verdade, é uma questão de opinião. Assim como também ela...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Respeito muito isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...veio aqui e eu também posso desconfiar. Esse é um direito meu e eu espero não estar ofendendo-o.

A Márcia disse que ela foi chamada para uma reunião sobre essa questão da locação.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E que o senhor inicia a reunião falando o seguinte: Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o cidadão que vai para a China. Daí nós ouvimos antes aqui o senhor Onofre Neto, que por conta dessa locação, colocou-se à disposição para ir à China e ajudar nessa questão dos equipamentos. E o senhor sai da reunião, confere isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – A reunião ela foi trazida pelo senhor Leandro pra fazer uma oferta de ajuda, onde surgiu essa questão da possibilidade de... aluguéis. E foi mencionado, sim, na reunião a necessidade de ter um... passaporte, alguma coisa pra China, é... que muito me estranha, porque essa não é, é... o... a Secretaria de Saúde e o governo do Estado não participa desse tipo de, é, de negociação ou o de facilitação. O que foi dito pro ci... pra, pra, pra, pra aquele cidadão naquele momento, foi a única vez que conversamos sobre isso, é que ele procurasse de alguma outra forma, que eu não entendia aquilo como



condição pra fazer qualquer tipo de... aluguel ou negócio, né? Se por ventura fosse vir, vir a ser feito com o Estado, como se fosse uma condição e não haveria nenhuma ingerência da Secretaria nesse processo.

É, no momento que nós, é... estruturamos o Coes, é... também foi organizado o GRAC, que é um... um grupo de resposta a acidentes e catástrofes dentro da Defesa Civil, onde várias instituições estavam lá dentro: polícias, instituições da sociedade organizada, representantes de federações, Defesa Civil... que talvez fosse o fórum ou algum... ou ambiente pra esse cidadão buscar essa, seu, esse seu pleito, mas que não seria na Secretaria de Estado de Saúde, obviamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor foi a favor ou contra a criação do... ou a montagem do hospital de campanha de Marejada pela empresa Mahatma Gandhi?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Essa foi uma... uma discussão que não passou pelo Coes e pela Secretaria de Saúde naquele momento, eu não fui consultado e não participei desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas a Defesa Civil estava no Coes também?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – A Defesa Civil estava no GRAC, né, nós estamos dentro da Defesa Civil com duas estruturas, o Coes é o Centro de Operação de Emergência em Saúde, ele é o orientador do processo, o GRAC é uma estrutura que dá apoio às, é... catástrofes, pandemia... pandemias e outras necessidades, tem várias estruturas dentro do GRAC. Então as, é... neste momento que deve ter sido discutido neste outro fórum, não houve participação do Adjunto ou do Coes nesse momento, nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, se me permite, eu queria passar [a palavra] ao Deputado Milton Hobus, porque o Deputado Milton Hobus tem neste momento uma fala inclusive com relação a esse desmembramento do processo e também da questão dos respiradores da Intelbras.

Deputado Milton Hobus... liga o microfone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Conseguimos agora... eu fiquei um tempo fora de área de Internet, mas agora acho que conseguiremos falar e [quero] pedir desculpas, porque eu não acompanhei a última meia hora de oitivas, Deputado Kennedy. Então se eu perguntar alguma coisa que já foi esclarecida, por favor, vocês podem me ajudar.

Eu tenho algumas dúvidas, doutor André, e por isso nós solicitamos que o senhor viesse prestar depoimento à CPI. Uma das dúvidas é essa questão do envolvimento do senhor Onofre, que é o representante da empresa que fabrica os respiradores que o Estado comprou. O senhor Onofre disse que deixou bem claro para vocês que, inclusive documentalmente, a empresa fabricante chinesa não reconhecia a compra que o Estado fez via Veigamed e, também ela como a única que poderia importar para o Brasil, também não reconhecia a negociação.

O senhor recebeu um *e-mail* no dia 6 de abril e a pergunta é: o senhor sabendo de tudo isso, quais providências o senhor tomou para evitar aquela negociação desastrosa ou já imediatamente procurar rever o negócio mal feito que a Secretaria de Estado fez, inclusive pagando no dia 2 de abril os 33 milhões? Essa é a primeira pergunta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, o... na verdade, eu preciso esclarecer uma questão.

O *e-mail* do Adjunto ele é acessado pelo Adjunto e pelos seus assessores, porque dentro da estruturação, e da tentativa, e daquela, é... quantidade de trabalho que era sendo feito por nós para estruturar serviços era... praticamente impossível a leitura de todos os *e-mails*. Então há uma determinação para que esses *e-mails* fossem lidos e quando eu, é...



claramente destinado a uma área específica que eles assim fossem destinados. Os que fossem pra respostas ao cidadão que houvesse respostas ao cidadão.

Mas esse *e-mail* específico ele entrou no dia 3, não foi no dia 6, às cinco horas da tarde. Eu consegui, é... ler uma parte desse *e-mail* no domingo e digo uma parte que quando eu de... quando eu identifico, ã, o questionamento que não é de minha competência, eu encaminho pra área afim. Então no dia 5 eu encaminhei esse *e-mail* pra assessoria pra que ele fosse encaminhado à Cojur. E... não tenho o conhecimento do, do teor completo do *e-mail* e só fiquei sabendo momentos, é, posterior que havia alguns anexos nesse *e-mail*, é, que o senhor está comentando, que na verdade ele foi encaminhado para a Cojur no dia 6, mas ele entrou, é... na caixa do Adjunto na, no dia 2 às cinco horas da tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu estou sem o vídeo neste momento, estou com um problema de sinal, mas o senhor me ouve, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse *e-mail* é autoexplicativo, doutor André, e é um *e-mail* muito grave, mas muito grave. Porque ele diz exatamente, deixa claro, que a compra feita dificilmente o Estado receberia, porque o fabricante não reconhece, como que iria receber?

Então no mínimo, o senhor agiu de forma temerária fugindo da sua responsabilidade de uma negociação tão grande e que deveria ter chamado atenção e providências deveriam ter sido tomadas. É muito simples dizer que não é comigo e alguém não botou para frente...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...eu acho que vocês têm que assumir responsabilidade.

Mas eu queria fazer outra pergunta, esse mesmo senhor Onofre disse ao senhor... disse para todos nós da CPI que uma empresa de São Paulo, entre o dia 20 de março e o período que foi comprado da empresa Veigamed, uma empresa de São Paulo que cotou com a Exxomed, que é a representante dos respiradores, fez uma oferta ao Estado por R\$ 78 mil, esses mesmos respiradores. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, senhor.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Antes de tu responder.

Eu pedi questão de ordem a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Reitero pra vossa excelência o pedido que foi feito no início, ele está sendo ouvido aqui na condição de testemunha. Esse momento é o momento dele prestar esclarecimentos sobre fatos objetivos aos quais forem lhe indagado.

Com todo respeito ao Deputado, que tá dirigindo e que deveria parar o carro pra poder formular as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele não está dirigindo, ele está no passageiro.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Que seja, mas ele deveria no mínimo parar pra acompanhar essa solenidade. Ele não tem o direito de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu parei o carro.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – ...fazer uma crítica dizendo que (*ininteligível*) ou que ele cometeu qualquer tipo de infração administrativa ou ilícita. Porque isso aí é pré-julgamento, mesma situação que ele ensinou, é... é... fazer observação e uma parte contra colocação do... do nobre Deputado. É essa questão que eu volto.



Ninguém tira des... dos membros dessa CPI o direito de terem qualquer julgamento que tiverem, até porque é sua função. O que se não se admite, e aqui como, como advogado que está assistindo ele na condição de testemunha, é que os membros da CPI façam comentários de pré-julgamento ou se antecipem fazendo colocações que atinjam a idoneidade profissional e pessoal da pessoa que tá aqui testemunhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Concluído?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, eu não estou entendendo o porquê do senhor estar se exaltando, a gente está a uma distância que eu consigo ouvir o senhor perfeitamente, tá bom?

(O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: “Certo. Não por mim...”)

De verdade, eu não estou entendendo mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Questão de ordem.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Por que qual é... mas qual foi o problema? Eu fui, eu fui mal-educado com vossa excelência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas está aí gritando, não tem o porquê disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor se irrita com a minha intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não de forma alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...mas com a forma exaltada sim.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Então o senhor me desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até porque eu não estou entendendo ela.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Eu tenho, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ser pela máscara... o senhor quer tirar a máscara para falar?

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Não, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então está acatado o que o senhor...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – É que, infelizmente, a gente nem sempre tem uma empatia, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, mas eu não tenho problema...

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Mas eu não me importo, a minha profissão também, por uma questão de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, eu não tenho problema, eu simplesmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – Hum, hum. Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Uma questão de ordem aqui. Eu quero pedir ao senhor advogado, que é a segunda vez que ele vem querer tumultuar



o processo, e deixe-me aqui fazer uma defesa ao Deputado Milton. Ele não fez nenhuma acusação, ele está falando de um *e-mail* assinado pelo seu cliente, e que todos nós tivemos conhecimento, inclusive foi isso que nós Deputados aprovamos...

(O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva pega o microfone para falar.)

Ei, deixa eu falar!

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor tá faltando com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu falar aqui!

O SR. ÁLVARO OTÁVIO RIBEIRO DA SILVA – O senhor tá *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, corta o microfone dele! Corta o microfone dele! Aqui é a Assembleia Legislativa e a CPI!

O Deputado Milton Hobus não fez nenhum pré-julgamento, ele fala de um *e-mail* assinado pelo seu cliente e que resultou...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...no pedido desses Deputados todos pelo afastamento dele. Então, por favor, o senhor não vem para cá... eu não vou deixar qualquer Deputado ser agredido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, o que não vai acontecer aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...por uma opinião pública que... ou uma opinião do Parlamentar e o senhor querer fazer totalmente... que é uma, um pré-julgamento ou julgar. Nós não estamos pré-julgando nada, nós estamos inquirindo mesmo na condição de testemunha! Então, por favor... *psi...tá?* [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Bruna Maria Scalco]

(O senhor advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Pela ordem, o que quero colocar, vossa excelência...".)

Por favor, eu quero respeito aos Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já foi acatado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu poderia retomar a palavra?

[*O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "(Ininteligível) de Santa Catarina, apresentasse esse documento que o senhor está referindo (ininteligível)."*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Está no processo, inclusive!

(O senhor Álvaro Otávio Ribeiro da Silva manifesta-se fora do microfone: "Mostre aqui.")

Não, não, não precisa. Foi apresentado na sessão em que resultou o pedido de afastamento dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, de verdade, o senhor está se sentindo bem?

(Falas paralelas entre o Deputado Estadual Kennedy Nunes e o advogado Álvaro Otávio Ribeiro da Silva.)

Tá bem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Conclua, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu não sei por que a exaltação do defensor do depoente e agora eu estou com o carro parado, senhor advogado - desculpe, é que eu não ouvi o seu nome.



O *e-mail* é um documento, esse *e-mail* foi enviado para a caixa de *e-mail* oficial do Secretário Adjunto, doutor André Motta Ribeiro. Ele tem todo o direito de terceirizar pessoas para ler os seus *e-mails*, mas ele não tem o direito como gestor público de omitir um documento seu oficial de tamanha gravidade.

A pergunta que eu fiz é que providências ele tomou a partir do recebimento desse *e-mail* em sua caixa postal, e isso não é nenhuma ofensa, e se não fez nenhum encaminhamento ou terceiro a leitura, evidentemente, que é uma gestão temerária. Desculpe, mas é a minha opinião e eu quero que conste nos autos essa opinião, porque um gestor público tem que responder pelos seus atos, e o doutor André Motta, eu quero que ele responda o que ele fez ao receber esse *e-mail* e tomar conhecimento de um assunto tão grave como foi essa compra inexplicável de uma empresa sem *expertise* para vender os equipamentos.

Por favor, doutor André, o senhor pode repetir que providência o senhor teve quando tomou conhecimento desse *e-mail*?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu... eu tinha respondido, vou repetir: esse *e-mail* entrou no dia 03 de abril, às 17h, na caixa de *e-mail* do Adjunto. No dia 05, eu encaminhei esse *e-mail* de volta para a assessoria que encaminhasse para a nossa assessoria jurídica, porque o entendimento de gravidade desse *e-mail* eu não... não tinha, porque eu não abri os anexos, não é a minha atribuição fazer julgamento, eu não tenho essa *expertise*, por isso que tem Cojur e advogado dentro da nossa... nossa estrutura.

Ele foi encaminhado para parecer jurídico de uma estrutura que está vinculada ao ordenador primário da Pasta. Então, eu fiz um encaminhamento conforme é... a necessidade de que houvesse um olhar técnico sobre isso. Eu sou médico, eu não sou advogado e, por isso, nós temos a consultoria jurídica da Casa pra isso. Ele foi encaminhado para parecer jurídico e seguisse o seu rito que deveria ter sido seguido. É só isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E, novamente, outra pergunta, sobre essa possível oferta dessa empresa de São Paulo, que tem nos autos gravado o nome e eu não recordo, o senhor tomou conhecimento ou não? Por favor, só repita isso, desses mesmos equipamentos por R\$ 78 mil, antes de vocês terem comprado da Veigamed.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Qual é a empresa que o senhor tá se referindo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Uma empresa de São Paulo, que havia contado com a Exxomed... é Dial?... o seu Onofre falou, se vocês puderem me ajudar, pois eu não estou presencial, mas ele falou no depoimento ainda há pouco aqui na CPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Empresa DI...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Oi?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Empresa DI, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Isso, isso.

Ele só não disse para quem foi entregue essa proposta. A pergunta que eu lhe faço é se o senhor sabia dessa proposta ou não. É importante a gente saber quem recebeu essa proposta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, é... como Adjunto, eu não participo, como Adjunto, de processos de compra, porque tem uma estrutura da Secretaria que ela é montada justamente pra isso. Então, eu não sei de que proposta o senhor está falando, não tenho esse conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não participa do processo de compra, mas o senhor estava conversando com o senhor Leandro Estevo que era o representante da Exxomed para locar equipamentos para Santa Catarina.



Qual a diferença de participar de processo de compra e de locação, então?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na verdade, esse cidadão ele procurou para fazer uma... uma oferecer ajuda pro Estado e como ele já era fornecedor antigo, eu dei escuta a necessidade dele pra que fosse encaminhado pra área afim, mas não houve negociação alguma de minha parte com esse cidadão. Não é a minha atribuição fazer negociação de compras como Adjunto. Nós temos uma estrutura do Estado que faz isso. Então, eu... eu escutei a... eu recebi, fiz a escuta... a única manifestação de minha parte é de que o modelo, a modalidade de aluguel, como, por exemplo é... leitos privados, né, edital pra leito privado, não deixa de ser um aluguel, poderia, sim, ser considerado como estruturação de serviços. Agora, negociação, ver que tipo de equipamento, quantitativos, preços, não é da minha alçada, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k.

Doutor André, o senhor participava também das reuniões diárias do GRAC nesse período crítico do dia 17 até o dia 30 de março quando vocês se reuniam diariamente?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na verdade, não, porque o GRAC é uma estrutura que estava organizada é... separado do Coes. O GRAC é uma estrutura de várias outras estruturas pra dar apoio a catástrofes e pandemias e ali tínhamos representantes da Secretaria de Estado, do Coes, dentro do GRAC, mas eu não participava do GRAC porque eu estava numa outra função que era a de estruturação de serviços.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu vou lhe fazer, então, outra pergunta.

Tinha alguns Secretários que se reuniam diariamente com o Governador para posicionar o Governador e tomar decisões grandes, como a história do hospital, como a história dos ventiladores, porque o Estado mandou todo mundo ficar em casa no dia 17, justamente para que vocês pudessem comprar equipamentos e fazer... dotar os hospitais dos equipamentos para que, se tivesse demanda, pudesse atender a população.

O senhor participava dessas reuniões diárias com Governador?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O que aconteceu no dia 17, na verdade, foi um decreto para isolamento social pra várias questões, entre elas, a organização de leitos de terapia intensiva, mas não só isso.

O senhor deve estar falando do Colegiado de Secretários que se reúne com o Governador. Eu, como Adjunto, não participava do colegiado, apenas em algum momento específico para discutir um assunto que fosse de respeito do Coes ou da estruturação que estava sendo feita. Então, essas reuniões de colegiado com Governador, eu não participava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k.

E o senhor como intensivista, o senhor não foi consultado pelo seu Secretário e pela equipe para opinar com relação aos equipamentos para a unidade de terapia intensiva?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – As atribuições que eu estava exercendo eram bastante complexas e grandes, nós temos intensivistas e engenheiros clínicos com essa atribuição de fazer parecer. Não era a minha atribuição e eu não fazia parecer sobre equipamentos naquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor também não participou... a gente sabe que o Secretário Helton assinou os documentos da possibilidade de negociação com a Intelbras também, então?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Na Intelbras...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não conhece?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, a Intelbras, como superintendente hospitalar, que era a minha obrigação, apontar quantitativos de insumos e equipamentos, é... eu sim, eu participei da manifestação de quantitativos de equipamento e isso é fato, mas não da negociação dos equipamentos.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Certo, o.k.

Doutor André, o Secretário Helton, disse que vocês chegaram à conclusão que necessitariam abrir 713 leitos novos no Estado. Então, o senhor alega que participou da construção e da análise de dados para chegar a esse número, correto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Correto, mas esse número, na verdade, ele partiu muito mais de uma necessidade da gente abrir um quantitativo grande de terapia intensiva e esse número ele... ele foi... chegamos a esse número porque nós mapeamos os hospitais do Estado que teriam condições de colocar naquele primeiro momento estrutura de terapia intensiva.

Então, no primeiro planejamento do Coes e naquele momento que havia essa angústia de identificar quantitativos, chegou-se a esse número que nós partimos de 810 leitos de UTIs já instalados para mais 713 e, depois, durante o planejamento, foi mostrando os caminhos. Mas o planejamento inicial era exatamente esse: 713 baseado no que os hospitais, inclusive, manifestaram de condição técnica de absorver de construção de leitos novos, na ativação de leitos novos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deputado Milton...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E o senhor não participou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Só me permite, eu queria fazer uma ressalva.

O Secretário André disse que ele não abriu os anexos que vieram sobre a questão de poder importar ou não, mas está aqui em minhas mãos para o seu advogado ver.

(Mostra documento ao depoente e aos advogados.)

O ofício da Exxomed, ao doutor André, que é esse que foi falado. O senhor disse que não tinha aberto os anexos, por isso não soube da gravidade do processo, mas no ofício diz o seguinte *(Passa a ler)*: Venho informar esta empresa não tem a autorização para esta compra na fábrica e nem autorização para a venda e comercialização emitida pela Exxomed. Só para deixar claro, que isso não está nos anexos, mas está no ofício que o senhor leu, assinado pelo senhor Onofre Joaquim Rodrigues.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, quando o assunto ele extrapola a minha competência, eu volto a dizer, eu sou médico, eu não sou advogado, eu encaminho pra quem precisa olhar e definir se existe algum tipo de irregularidade. Nesse caso, nós temos consultoria jurídica pra isso, e eu não me lembro de ter visto algum documento comprovando essa irregu... não, isso aí é uma carta dizendo, mas eu não sei se tem algum documento aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Estava nos anexos. Eu só trouxe aqui porque...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu vou repetir pro senhor: eu encaminhei isso através de assessoria para a consultoria jurídica, porque nunca foi minha atribuição participar de processos de compra ou de definição de adequação de empresa, porque não é a minha... não é atribuição fazer esse tipo de... de ação naquele momento, como Adjunto. É só isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Só isso, Deputado Milton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Para finalizar, foi apresentado um quadro para todos os Deputados numa audiência pública, através do Secretário Helton e do Chefe da Defesa Civil, Coronel João Batista, um



documento onde dizia quantos leitos de UTI precisaríamos em cada região de Santa Catarina nos meses de abril, maio e junho.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E totalizava, segundo o Coronel João Batista, 2.659 leitos de UTI que era a necessidade do Estado.

O senhor pode me dizer como chegaram a esse número?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... de novo, né, quando nós iniciamos o processo de estruturação de serviços, como essa é um enfrentamento de uma pandemia nova e nós não tínhamos e não... naquele momento banco de dados para fazer projeções de cenário, só havia uma maneira de fazer isso, e só um instrumento estava sendo utilizado para calcular necessidades. Então, dentro de um modelo matemático que é desenvolvido pelo Nietta, dentro da Defesa Civil, que é uma estrutura que trabalha com a questão de transmissão urbana e de dados estatísticos, para fazer algum desenho de cenário, deveríamos buscar fora das fronteiras do Estado e do Brasil, dados pra que apontasse algum cenário. Infelizmente, infelizmente, essa foi uma construção que nós fizemos agora com o tempo, naquele momento houve um erro de... houve um exageramento na verdade dessa necessidade. Eu me lembro muito bem desse documento que apontava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Muito grande.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ... que apontava um número bastante grande, isso causou mais angústia e... e... mais medo nas pessoas, porque nós não teríamos estrutura o suficiente, mas era um modelo matemático, usando dados de outros países, porque nós não tínhamos esses dados, nós estávamos iniciando o enfrentamento. Hoje, nós temos dados bastante concretos e, de fato, houve uma supervalorização do quantitativo de leitos de UTI naquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Foi um erro estratégico do governo, na minha avaliação, aqui é opinião minha, se o senhor me permite, porque não se levou em conta... e eu acho que vocês deveriam ter ouvido algum epidemiologista que pudesse atestar isso, porque o mundo inteiro estava falando nisso.

O Estado de Santa Catarina é um Estado formado por pequenos Municípios na sua grande maioria e todos nós sabemos, nós leigos que não somos médicos nem especialistas da área, que esse vírus não estava em Santa Catarina, não estava no Brasil, ele veio, e quanto maior as cidades e com maior intercâmbio de países e de pessoas mais esse vírus tinha probabilidade de se proliferar. E o Estado de Santa Catarina é um modelo totalmente diferente. Eu, no dia 17, disse isso para o Estado de Santa Catarina, que o Estado poderia ter adotado medidas diferentes, porque iria demorar pra esse vírus atingir o volume que vocês estavam fazendo e não precisaria dessa histeria toda que se colocou, desse pânico todo que se colocou a partir das autoridades para a população.

Essa é minha opinião pessoal que eu externei no dia 17 e que ela se confirmou, porque até hoje em alguns Municípios nem um caso ainda temos. Então, tivemos um erro de avaliação muito grande dos gestores do nosso Estado Santa Catarina, que inclui vossa excelência também.

E hoje, na situação que nós nos encontramos, o senhor à frente da gestão da saúde... porque, lá no dia 17, vocês limitaram os serviços de acesso à saúde, à população para todas as outras patologias, e nós sabemos que muita gente morreu por isso. Doutor André, o senhor tem convicção disso, que muita gente morreu por vocês terem fechado serviços nos hospitais pelo Estado inteiro para reservar leitos e vagas para a UTI e leitos para a Covid-19?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Deputado, eu vou... eu respeito a sua opinião, e assim deve ser, mas eu vou me permitir discordar de tudo o que o senhor falou. Primeiro, que nós temos equipes bastante técnicas, equipes muito bem preparadas dentro da



Vigilância, são vários epidemiologistas, vários pneumologistas, pesquisadores, que apontavam para o mesmo cenário. Aquele momento era um momento de transmissão comunitária do vírus e, se a gente for olhar para as datas, percebe-se que a partir de vinte, vinte e pouco de março, houve uma aceleração da disseminação de casos por Santa Catarina. E hoje a gente só tem essa tranquilidade porque nós tomamos essa atitude no dia 17 de março, e ela foi acertada, sim, senhor.

Outros Estados que assim não o fizeram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu vou me permitir discordar do senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Mas eu... eu gostaria de terminar o meu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu vou discordar do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Mas eu gostaria de terminar só a minha fala porque quando o senhor estava falando, eu estava te escutando. Se o senhor me permitir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Pois não.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - É... outros Estados que assim não o fizeram, tiveram óbitos de pessoas sem acesso a serviços de saúde.

O que nós temos agora posto no Estado de Santa Catarina é uma... uma aparente tranquilidade de um vírus que ele ainda não mostrou toda a sua força e a gravidade dessa pandemia. E se o senhor está acompanhando e parece que é muito bem informado com os dados, o senhor consegue perceber que na última semana nós tivemos um acréscimo de 50% nos óbitos do Estado. Nós temos algumas regiões que há um aceleração dessa disseminação do vírus, e reforço, a gente agora está preparado, nós temos protocolos, nós entendemos de alguma forma como esse vírus se comporta e só estamos discutindo hoje essas questões que estamos discutindo, porque nós fomos competentes o suficiente para fazer o achatamento da curva.

E outra questão, o Estado não fechou o serviço essencial, e ninguém morreu por conta disso. O que o Estado fez foi adiar ambulatorios e cirurgias eletivas não tempo sensíveis. O que significa isso? Aquela cirurgia que o cidadão pode esperar pra fazer e não lhe traga nenhum tipo de prejuízo e vou lhe citar: cálculo na vesícula biliar que não está sintomático, é uma cirurgia que é eletiva? Sim. Ela é tempo sensível? Não, ela não é tempo sensível. Agora, cirurgias em neurocirurgia, cardiologia, oncologia principalmente, essas continuaram sendo realizadas pelo Estado de Santa Catarina, tanto é verdade, que quando nós buscamos estruturar serviços para o enfrentamento Covid, nós procuramos evitar os hospitais de alta complexidade nessas patologias, pra que elas, de forma alguma, fossem afetadas pela estruturação Covid. Um exemplo disso é o Cepon, que lá não foi estruturado serviço, porque precisava fazer o acompanhamento e o atendimento às pessoas. O Estado não determinou acesso do cidadão a serviço essencial, nós determinamos adiamento de cirurgias eletivas e as pessoas não morreram por falta de acesso a esses serviços no Estado de Santa Catarina. O senhor não tenha dúvida disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu vou lhe dar dados documentalmente. Nós temos cidadãos que tinham recomendação de cirurgia cardíaca, cardíaca, tá, com a artéria muito entupida, mas ele não entrou pela emergência do hospital, veio por uma indicação e por um exame, e o médico disse: "Olha, você tem que fazer essa cirurgia no máximo em trinta dias, porque você está correndo risco mesmo, as tuas artérias estão todas entupidas." E foi negada, foi negada a cirurgia, porque a argumentação é que não tinha leito de UTI, já normalmente é difícil ter um leito de UTI, e aqueles leitos reservados para a Covid não puderam ser utilizados para fazer a cirurgia nesse cidadão.

Gostaria que também o senhor aproveitasse - e assim eu vou encerrar as minhas perguntas - para explicar, e todos os Deputados conhecem a história, principalmente quem é



de Florianópolis, mas nós que estamos no interior sabemos por que a dificuldade Cepon em iniciar tratamentos de pacientes de câncer que têm um protocolo, que têm um tempo máximo de espera e essa espera hoje quintuplicou, sextuplicou, e as pessoas não estão tendo acesso ao início do tratamento do câncer.

O senhor poderia explicar isso para o povo de Santa Catarina?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... Deputado, eu preciso que o senhor aí realmente encaminhe o documento de paciente que teve indicação de cirurgia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Vou lhe encaminhar.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – De câncer, do Cepon, vou lhe encaminhar da cirurgia cardíaca.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu só gostaria de terminar a minha fala, Deputado.

É... porque não é essa, não foi essa a orientação do Estado. O Estado, como eu disse, suspendeu cirurgias eletivas não tempo sensíveis. Aqueles que precisavam operar as agendas estavam sendo mantidas.

A questão de acesso à Oncologia e outros serviços ela existe, existe um gargalo, nós estamos trabalhando pra que isso seja diminuído. É entendimento da Secretaria e do governo que filas pra alguns procedimentos elas não devem ser toleradas, mas esse dado que aumentou em cinco, seis ou dez vezes as filas o senhor precisa me mostrar, porque também não é essa a determinação da Secretaria. Muito pelo contrário, a nossa intenção é facilitar acesso, regionalizar acesso e qualificar serviço.

Então, eu preciso que o senhor mostre os dados, estou à disposição pra conversar com senhor sobre isso, acho que o diálogo construtivo....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou lhe entregar.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – ... acho que o diálogo construtivo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu vou lhe entregar isso, porque é muito sério...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E principalmente as pessoas que estão no interior do Estado...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Estou tentando terminar a minha fala, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Elas não têm a quem recorrer.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, na verdade elas têm a quem recorrer.

O nosso Estado, como o senhor bem disse, é muito bem servido de serviços de saúde e o Estado de Santa Catarina está regionalizando e abrindo serviços novos no Estado. Mas a gente precisa, sim... o diálogo e o entendimento das dificuldades é que vai fazer a gente organizar um serviço melhor ainda pro nosso cidadão. Estou à sua disposição pra nós conversarmos sobre isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Muito obrigado.

Eu estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Milton Hobus.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Gostaria de me inscrever, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Já está escrito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem.

Senhor André, a gente vem conversando aqui com os envolvidos nesse escândalo dessas compras irregulares, e todos que por aqui passaram: “Não sei, eu não sabia, eu não participa”. E nós temos essa missão aqui de trazer a verdade. Espero que essa conversa com o senhor seja esclarecedora e que a gente possa realmente trazer à tona esses fatos, porque está muito nebuloso.

O senhor tem consciência dessa compra escandalosa de R\$ 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos? Porque até agora está sem explicação quem autorizou, quem efetivamente organizou essa transição. O senhor tem consciência do escândalo que é esse caso dos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – É... eu... o senhor... eu acho que é de cada um entender e usar o adjetivo que tem que ser usado. Esse é um fato que está sendo investigado pelas autoridades, inclusive, eu preciso reforçar que quem abriu sindicância e denunciou que havia um problema foi o Estado de Santa Catarina. Essa informação ela veio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Mas isso após o *site* trazer esse escândalo, essa vergonha a público.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não tenho essa... essa... essa noção de temporariedade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Se o senhor olhar as datas, o senhor vai ver que é após o *site*.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – O.k.

Mas, de qualquer forma, o Estado fez e abriu essa sindicância pra tentar identificar e está tomando as ações jurídicas pra trazer de volta o recurso que foi empregado numa conta, numa compra de um equipamento que não foi totalmente entregue ou não foi entregue ao Estado. Eu entendo que esse é um problema que precisa, sim, ser investigado, ele precisa ser esclarecido, mas eu reafirmo que eu não tenho participação nessa compra; eu não sei quais foram os trâmites. Então, informações novas a respeito disso, eu não tenho condição de trazer aos senhores, por mais que eu quisesse trazer luz ao processo que também é de meu interesse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Bom, o senhor mesmo afirmou que tem consciência que é um processo de compras no mínimo estranho, irregular, são R\$ 33 milhões que se esvaíram em uma empresa fantasma, carioca, que na frente é uma casa de massagem, que até agora sumiu, foi uma ação popular que acabou fazendo voltar esse dinheiro. Então, é um momento que a gente busca esclarecimentos.

Eu só vou fazer uma ressalva aqui, senhor Presidente, com a afirmação do meu colega Ivan Naatz, sobre um brinco que a Márcia... Ela é uma funcionária de quarto escalão e, óbvio, nós estamos aqui na presença do senhor André que tinha um segundo, terceiro escalão e é, no mínimo, estranho... vou verbalizar e deixar aqui tudo bem esclarecido que uma funcionária, uma funcionária, tenha legalidade, uma caneta poderosa para fazer um processo de R\$ 33 milhões sendo pagos adiantados com uma empresa que só pediu 50%. Então, eu só quis dizer: olha, eu entendo que você foi laranja nesse processo, falando bem claro, bem prático.



Eu espero que você ajude a esclarecer a verdade até a fim de estimular a Márcia a dizer... entrega quem é o responsável por isso, quem é ocupado? Então, só para deixar bem claro aqui, a turma já está achando que eu estou defendendo a Márcia aqui, mas não, eu entendo que ela foi laranja nesse processo, espero que ela nos ajude a esclarecer, mas, ou seja, tem responsabilidade também, porque participou, estava ali. Então, no mínimo, não sou aqui jurista, mas ela tem responsabilidades aí nessa compra. Só para esclarecer.

Senhor André, o senhor disse que não participou da compra dos respiradores, mas o senhor afirma que pediram para especificar sobre um modelo, o senhor participou... em que momento o senhor entrou na compra desses respiradores falando sobre o modelo, quantitativo do modelo, enfim, em que momento o senhor chegou na compra desses respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não disse em nem um momento aqui que eu participei de escolhas de modelo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Ou seja, o senhor conhecia nada, não soube nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não é conhecia nada, Deputado, eu estava envolvido com a estruturação do enfrentamento do Covid, dos equipamentos de saúde do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Que inclui os respiradores.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – De protocolos, de treinamentos e quantitativo de equipamentos. Eu não participo de escolha de modelo, eu não participo de negociação com empresa, de maneira, de forma de pagamento e nem de valor. Nunca houve a participação do Adjunto, porque existe um órgão dentro da Secretaria, que é responsável por isso, que é a Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Bom, mas sendo específico, em que momento? Obviamente, isso mostra que o senhor está ativo, está dentro dos processos, conhece. Qual a informação que o senhor tinha sobre a compra desses respiradores, até onde é o seu conhecimento? É uma compra significativa, são R\$ 33 milhões, então, não é algo que passa despercebido, presumo que o senhor como Adjunto... e o senhor, desde a época que eu transitava mais próximo ao governo, a gente sabia que o senhor sempre foi o contato com algumas empresas mais próximas, sempre chegavam a Secretaria de saúde por intermédio do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Isso é uma afirmação sua. Não tem essa... esse fluxo de trabalho meu na Secretaria não era assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Têm filmagens suas, inúmeros... por exemplo, tem um *e-mail* que não é mandado ao Secretário, mas é mandado ao senhor. No mínimo, estranho, mas tudo bem, não vou entrar nesse caso.

Eu queria entender mais a sua participação, o senhor não tinha conhecimento nenhum, até onde era o seu conhecimento da compra desses respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não era atribuição do Adjunto se envolver com compras de equipamentos. Definição de estruturas, preparação da rede, contato com os hospitais, definir protocolos, trazer segurança, sim; identificar quantitativos também, mas participar de aquisição de equipamentos, principalmente nesse contrato aí, não é atribuição. Eu só tomei conhecimento quando ele se tornou público ou quando fui informado que houve uma abertura de sindicância por parte do Estado, porque haveria um apontamento em alguma compra que até então desconhecida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor Secretário Helton, em seu depoimento, afirmou ao Ministério Público que a compra de respiradores se iniciou na cotação da compra de locação dos leitos de UTI com a sua participação efetiva



junto ao empresário Leandro. Segundo ele, Leandro teria acesso livre à Secretaria da Saúde, com realização de reunião com você para tratar desses assuntos, dessas aquisições. O senhor inclusive, teria pedido ao Helton para que entrevistasse junto ao Badesc um apoio financeiro para a empresa, para a liberação de crédito, para a locação desses leitos de Estado em Santa Catarina. Você confirma essa afirmação do Secretário Helton?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, não confirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - No caso ele mentiu aqui?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não sei em qual foi o contexto que ele colocou isso, mas isso não... é... o único momento que eu tive alguma conversa com o Leandro, que era o fornecedor da Secretaria, foi nesse momento que eu já relatei aos senhores, que ele veio fazer uma oferta de ajuda e sugeriu a possibilidade de locação de equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse Leandro, trata-se do Leandro advogado que aqui esteve?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, esse é um outro... eu só conheço um Leandro nesse processo que é um fornecedor já de alguns anos da Secretaria, que foi esse que veio sugerir ou perguntar se havia interesse de locação de equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse Leandro Estevo é o que o senhor teve algumas reuniões na Defesa Civil?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Uma vez.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Têm algumas filmagens que mostra os senhores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deixa eu só esclarecer para ajudar. Na verdade, trata-se do Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Sim, sim. Não, ele está falando do Leandro Estevo. É bem importante que a gente venha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Estevo ou o Barros?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Não, eu estou falando do Leandro Estevo, que é da CMD Ortopedia. O outro Leandro eu não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo, só para deixar claro na ata, porque se a gente ficar tratando de Leandro pra cá, Leandro pra...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Pois é, esse é um problema, mas o outro Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o senhor se refere ao Leandro Estevo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Da CMD Ortopedia. É isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem.

Quem foi o responsável pela descrição do equipamento de compras, foi o senhor, seria isso?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor foi o responsável pela descrição do equipamento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO – Eu vou repetir mais uma vez, eu sou responsável pelo quantitativo, pela manifestação de quantidades. Agora, de descrição de equipamento não é atribuição, porque... porque existem dentro das estruturas “linkadas” à Superintendência em Gestão Administrativa, engenheiros clínicos e médicos que dão parecer a respeito de respirador. Isso não é atribuição do Adjunto nesse... nesse processo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor tinha conhecimento que a empresa Exxomed era a única fornecedora do modelo conhecido para a compra?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Como... eu não entendi a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor tinha consciência que a empresa Exxomed era a única fornecedora do modelo escolhido para a compra?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - É... a manifestação que eles fizeram depois, no final do processo, quando se tornou público que eu tive essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, a gente procura aqui através das perguntas ir esclarecendo esses fatos. A Exxomed... aí veio aquele caso que eu falei, ela enviou um *e-mail* e ao invés de enviar ao Secretário Helton, ela enviava para o senhor, no seu *e-mail* pessoal.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Pessoal não. Na verdade, no *e-mail* do Secretário Adjunto, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Mas... é normal que uma compra dessa... ou uma proposta dessa amplitude, em um momento como esse, seria enviada ao Secretário, mas por que ao senhor? Porque, ao que tudo indica nesse processo, o senhor tem uma participação ativa, por mais que o senhor diga que não sabe, que foi a equipe técnica, mas...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Eu não sei, eu não sei onde é que tão esses indicativos de participação ativa, e o fato de eles terem encaminhado para o meu *e-mail*, não significa que eu tinha conhecimento. Esse *e-mail* foi encaminhado pra Consultoria Jurídica, porque eu não tenho essa *expertise*, eu sou médico, de entender se havia algum problema ali. E assim como tantos outros, de ouvidoria são encaminhados para a Ouvidoria, questões de vigilantes são encaminhados para a Vigilância. Então, o fato de ser endereçado a mim não significa que eu participei disso, como, de fato, eu não participei. A partir do momento que isso chegou na caixa de *e-mail*, foi encaminhado para o órgão que deveria fazer o parecer técnico. Eu não sou advogado, eu sou médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Qual é a sua ligação com o senhor Cris Esmeraldino?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Com quem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Senhor Cris Esmeraldino.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO - Não conheço essa pessoa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O senhor não conhece. Certo.

Bom, senhor Presidente, eu me dou por satisfeito. Só faço uma afirmação final, uma opinião minha que vou manifestar. Que o apocalipse foi impedido pela ação do governo... Para mim foi queimada a largada, meio milhão de desempregados, um caos político, uma crise política, uma crise econômica terrível se agrava sobre o Estado pela ação. Então, eu quero muito que essa CPI chegue aos culpados, quem realmente... é triste: "A gente não sabe, eu não sei, eu não conheço, eu não estava, não era da minha competência." Espero muito que a gente chegue a um veredito, porque o nosso Estado está em estado de calamidade, a questão econômica... Então, desejo boa sorte aos colegas no trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não, Presidente.



Boa tarde, Secretário, senhor advogado.

O SR. ANDRÉ MOTT A RIBEIRO – Boa tarde, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A partir da sua posse como Secretário... vamos agora tratá-lo de Secretário, e não do tempo em que foi Adjunto.

O senhor tem feito contato com a empresa Veigamed?

O SR. ANDRÉ MOTT A RIBEIRO – Nenhum contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em relação à entrega dos...

O SR. ANDRÉ MOTT A RIBEIRO – Não, como Secretário, titular da Pasta, não. Não tenho contato com essa empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor tem a expectativa de que esses respiradores, os 150 restantes, sejam entregues ao Estado? O planejamento da Secretaria conta com esses 150 respiradores ainda?

O SR. ANDRÉ MOTT A RIBEIRO – Deputado, esse é um processo que está sendo investigado de diversas, por diversas autoridades, inclusive, policiais, n , e de adequação de processos, inclusive, pela Receita Federal.

Nós, quando eu assumi, já havia... já havia o processo em discussão dentro da Secretaria e do governo da adequação desses equipamentos e da viabilidade desse contrato. Então, em discussão com a Controladoria-Geral do Estado, a Secretaria Estadual da Saúde e a PGE, nós solicitamos, no dia 14 de maio, que esse contrato ele fosse... eu vou ler pro senhor aqui (*Passa a ler.*): “Em âmbito administrativo, as providências necessárias   rescisão do contrato objeto, informamos que oficiamos a Procuradoria-Geral do Estado para promoção de medidas judiciais voltadas ao ressarcimento dos recursos empregados.” Essa não... então, a partir desse dia, nós não contamos mais com esse quantitativo, sabedores que eles entregaram, n , ou trouxeram pra dentro do Estado de Santa Catarina, cinquenta equipamentos respiradores pulmonares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Importante essa sua manifestação, porque eu, em nenhum momento, tinha ouvido que a Secretaria, enfim, não contasse mais com a entrega desses respiradores. E a pergunta seguinte já foi respondida para saber quais as providências que o Estado já está adotando no sentido do ressarcimento desses valores.

Outra questão: os cinquenta respiradores que foram doados pela Receita Federal eles já foram certificados, se eles podem ser exatamente aqueles que o Estado adquiriu e se eles poderão ser utilizados para a UTI?

O SR. ANDRÉ MOTT A RIBEIRO – Houve uma apreensão de cinquenta respiradores, que eram respiradores que não constavam, me parece, em nenhum um documento de intenções, mas eram... são respiradores, que é o Shangrila 510S, são respiradores de transporte. O que... que nós estamos fazendo? Nós recebemos a doação da Receita Federal e esses equipamentos estão sendo testados pra que se verifique em que condições técnicas eles estão. Então, essa... esse teste está sendo feito acompanhado por equipes da Secretaria de Estado da Saúde e também por órgãos de controle externo pra que se determine a utilização ou não desses equipamentos, lembrando que o Shangrila 510 é um respirador de transporte que ele não atende ao paciente Covid, mas ele pode atender muito bem outras situações dentro do Estado. Então, se eles tiverem em perfeito funcionamento, eles vão ser utilizados aonde eles podem ser utilizados: em transporte de pacientes Samu, em transporte de pacientes para exames e em outros ambientes hospitalares, que não deixa de ser interessante, porque a gente pode realocar equipamentos mais robustos para enfrentamento Covid. Então, nesse momento, é um momento de teste pra ver se há adequação pra que se tenha segurança pra a utilização desses equipamentos.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A Secretaria da Saúde tem considerado que estes cinquenta respiradores fazem parte daqueles duzentos que foram adquiridos?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Na verdade, isso é uma doação da Receita Federal, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...que partiram da Veigamed?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, isso é uma apreensão da Receita Federal que fez uma doação para a Secretaria de Estado de Saúde. Então, eu entendo que isso não faz parte de contrato ou de entrega alguma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em vista disso, o Estado, então, faz um pedido de ressarcimento à empresa Veigamed do total dos valores que foram pagos, dos R\$ 33 milhões, é isso Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É essa a informação que se tem, é nesse... nesse norte que se está trabalhando, nós temos vários órgãos trabalhando nisso, inclusive externos da Secretaria para ressarcimento integral do recurso aos cofres públicos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, Secretário; obrigado, Presidente.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu que agradeço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mil perdões, Deputado.

Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos os senhores; boa tarde, Secretário André Motta.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Boa tarde, Deputado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — A Secretaria da Agricultura... a Secretaria da Saúde, desculpa, ela adquiriu duzentos respiradores, pagou 33 milhões, é... o senhor era o Secretário Adjunto da Secretaria da Saúde, hoje, o senhor é o Secretário titular.

Eu quero ser bem específico, é: qual foi a sua participação e o seu conhecimento na compra dos duzentos respiradores?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Nenhuma. O senhor sabia que eles iam comprar? Não sabia? O senhor não teve nenhum... nenhum... em momento nenhum, o Secretário Adjunto é, é, foi lhe perguntado: Nós vamos pagar adiantado, não devemos pagar? É, é, são duzentos respiradores é muito pouco, é bastante? Nada, nada, nada, nada, nada, o senhor não tem nenhum conhecimento?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Desta compra específica, nenhum, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Então, eu não tenho nada a perguntar, porque vou perguntar o quê? Eu quero esclarecer a questão da compra dos duzentos respiradores.

Eu estranho que o Secretário Adjunto, de uma Pasta importante como é a Secretaria da Saúde, numa compra de 33 milhões, o senhor não tenha tido conhecimento nenhum. Fica



aqui uma estranheza muito forte. E eu tenho certeza que todos aqueles que estão nos escutando, estão nos ouvindo, também estão estranhando muito.

Era isso, senhor Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência tinha se inscrito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, só, só me permita aqui.

Eu só tô aqui... é, no caso, o senhor André, ele não assina, não lê, não sabe dos produtos, não participa da reunião, terceirizar serviço. Qual é o seu papel efetivamente, hoje, como Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Olha, só...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor até está me ajudando a, a, encorpar essa questão do pedido de afastamento do senhor. O senhor está terceirizando trabalho.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu lamento muito que o senhor se... esteja... que, aqui, estejamos falando há duas horas de uma ação da Secretaria, que de fato não houve participação do Adjunto, quando nós temos outras dezenas de ações que estão trazando, trazendo segurança pro nosso Estado.

Isso nós vamos perceber nos próximos dias, Deputado, porque esse é um momento sério. É um momento sério das pessoas é, é dialogarem, entenderem a gravidade do problema, porque o coronavírus, a, a pandemia, que por alguns ela é menosprezada, ela vai chegar no nosso Estado. E a gente só vai ter condição de fazer esse enfrentamento por que foi estruturado serviço e nós trabalhamos muito pra isso, com o Estado inteiro. Inclusive, Concórdia foi uma cidade que esteve a ponto de entrar em colapso e, por, é, interferência direta, deste Secretário, e com o auxílio que foi dado, inclusive na discussão técnica do atendimento dos pacientes - eu sou médico emergencista também -, a gente conseguiu salvar muitas vidas lá.

Eu lamento é, que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Secretário, não...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO —... eu só, eu só, gostaria de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO —... não foi feito hospital de campanha, não veio aquisição de EPIs, não veio respiradores...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só gostaria de terminar meu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... desculpe, mas o senhor enrola.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não, estou enrolando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe nada, ou... no caso...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu preciso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O advogado pode se manifestar, vai embrabar, não quero deixar ele nervoso.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deixa, deixa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – É que ele não sabe de nada.

(O advogado Leandro Guerrero Guimarães pede uma questão de ordem.)

Advogado, eu... estou... me assegure a palavra, Presidente, né.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu posso terminar a minha fala, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – São 33 milhões, senhor Secretário, que se esvaíam e o senhor...



O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, eu preciso termi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO —... não participou, terceirizou trabalho.

A gente tem que reforçar o pedido de afastamento pela segurança do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para concluir, Deputado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Mas se o senhor não permitir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Conclui, Presidente, me considera satisfeito.

É como bem falou o Sopelsa, se ele não sabe, não tem por que nós prosseguirmos.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, assim, eu tô sendo tolhido do direito de responder ao Deputado. Ele já concluiu, na verdade, o que ele tem concluído a meu respeito.

Eu lamento muito isso, Deputado, lamento muito, porque não é essa a minha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sete milhões de catarinenses lamentam, senhor, pode ter certeza.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não tenho essa certeza que o senhor tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, vossa excelência está com palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu só quero, só quero fazer uma consideração.

Secretário Motta, a, a, a, nossa, a CPI, ela é pra tratar sobre os duzentos respiradores. Não estamos aqui, na CPI, avaliando o trabalho que a Secretaria fez, que está fazendo ou que deixou de fazer.

Eu quero dizer que tem muitos pontos positivos, tem muitos pontos positivos, mas o debate aqui, o esclarecimento que precisa ser feito aqui, é a compra de duzentos respiradores, o pagamento adiantado de 33 três milhões para uma empresa que, até agora, não entregou nenhum equipamento, os que foram entregues não são objeto daquela compra.

É, e o senhor, como Secretário Adjunto, fez todas as afirmações, em todas as perguntas, que o senhor não tinha conhecimento nenhum. E eu tenho o direito de dizer que isso me estranha, muito. E as pessoas também, os catarinenses também, o senhor pode ter certeza, estão estranhando isso.

Era essa a minha consideração, sem ofender.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Respeito a sua opinião, Deputado, mas de fato não é atribuição do Adjunto se envolver em compras. Existe um rito dentro da Secretaria que não partici... que não passava pela Pasta do Adjunto.

Mas se esse é só o assunto, eu lamento, porque nós temos bastante coisas importantes a tratar no Estado, inclusive, de diálogo com essa Casa, porque nós temos responsabilidades com o povo, com o cidadão. E ele está correndo risco, e se nós não dialogarmos para construir segurança pra nossa... sociedade catarinense, nós vamos ter um impacto bastante importante nesse... nesse enfrentamento. Lamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para concluir, senhor Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado.

É, eu ouvi atentamente todos os meus colegas, ouvi também a observação do senhor, e eu queria voltar lá, nas reuniões, mas antes de falar das reuniões, eu queria que o senhor compreendesse o processo.



Nós ouvimos, aqui, o Matheus Hoffmann, que era o Secretário Adjunto da Casa Civil. A Casa Civil, ela é a mente do governo, é a cabeça, o corpo, o braço, os olhos do governo. Matheus Hoffmann, é o Secretário Adjunto... nós estamos vivendo um processo de Covid, temos compra emergencial, profis... Secretário, Decreto de calamidade. Nós estamos vivendo a calamidade. Nós não estamos dentro de um processo normal. Nós estamos vivendo a calamidade.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, veio o Matheus Hoffmann, aqui, Secretário Adjunto da Casa Civil, que, como eu disse, é o braço e os membros do governo, e disse que não participou de nenhuma, de nenhuma compra, nada, que tratasse da preparação do Estado para as vítimas do Covid. Como muito bem acho que disse Deputado Kennedy, disse o Deputado Amin e outros Deputados falaram aqui, nós ficamos em casa, os catarinenses ficaram em casa, perdermos 450 mil empregos, como falou o Deputado Milton Hobus, vamos ter uma crise sem precedente em Santa Catarina, no Brasil...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — No mundo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —... no mundo, pra que vocês, os gestores, preparassem a estrutura hospitalar...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não só hospitalar, mas sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor, o senhor, por favor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... né...também. A estrutura hospitalar, vamos falar aqui só da estrutura hospitalar que é a pauta do senhor.

Aí, o Matheus Hoffmann, Secretário Adjunto, veio aqui e disse: “Eu não participei de reunião nenhuma sobre compra de equipamentos, sobre como vamos tratar, emergencial, nada!” Eu vou repetir, para o senhor lembrar, nós estamos em calamidade, processo calamidade: “Não participei de reunião nenhuma.”

Aí, veio o Douglas Borba, aqui, Secretário da Casa Civil, e disse que não participou de reunião nenhuma. Não participou de reunião nenhuma. Eu ouvi aqui, o Secretário Helton Zeferino, da Saúde, Deputado Kennedy, da Saúde, também não participou de reunião nenhuma.

Agora, vem o senhor, aqui, e diz para CPI que não participou de reunião nenhuma...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não foi isso que eu disse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, até agora eu fiz a introdução. Agora eu vou fazer a pergunta pro senhor. Vou fazer a pergunta pro senhor: qual foi a instrução que o governador do Estado deu pra vocês? O governador sentou vocês todos numa sala e de uma instrução: Olha, pessoal, vamos fazer assim, assim, assim. A estrutura vai ser essa. Ele pegou o batu... lá, como é que é? Aquele negócio de maestro lá? A batuta e disse: Pessoal, é assim, assim, assim, vamos fazer assim, esse é o cor... vamos mostrar aqui na parede o que está acontecendo, essa vai ser a nossa estrutura.

Eu quero saber se o governador teve essa ação com vocês?

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Pela ordem, Presidente.

Vossa excelência, volto a dizer, como a todos eu já disse, tem o direito absoluto de fazer o julgamento que quiser. Só não se considera correto o senhor fazer uma introdução, presunçosa, acerca de todos os acontecimentos dos fatos que o senhor domina, dando a entender que ele teria que ter conhecimento dos fatos que senhor não está se dando por convencido ou aceitando a informação dele.

Só que a testemunha não está aqui pra aceitar o, o, a sua opinião, o seu conhecimento, está aqui para relatar fatos.



Então, vou reiterar pra vossa excelência, Presidente desta Comissão, que peça, por uma questão de respeito e urbanidade, que todos os integrantes façam suas perguntas de maneira clara, objetiva e direta. E que deixem por momento da rela... da conclusão dessa CPI para externarem as suas opiniões pessoais acerca da conduta, ou da participação dele ou dos fatos relacionados a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Registrado.

Deputado, concluo a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, não, não, não, não. Doutor, eu sou advogada também. Sou seu colega de profissão. Já sentei muitas vezes nessa cadeira aí. Eu sei o que tô fazendo. Eu sei o que tô fazendo, o senhor não está lidando com um menino aqui.

É, doutor, eu falava toda essa introdução, o senhor quer que eu repita ou senhor entendeu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, eu só quero dizer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, por que se o senhor quer que eu repita ou posso repetir?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A fala que o Helton não participou, que o Matheus Hoffmann não participou, que todo mundo não participou. Aí eu perguntei pro senhor seguinte, eu vou repetir já que seu advogado não compreendeu muito bem...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k., eu aguardo a sua repetição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber se o governador sentou na mesa com todos, inclusive o senhor, e passou as orientações de como ia acontecer às compras dos equipamentos? O governador pegou a batuta e mostrou pros Secretários, pra todo mundo, pro senhor, como é que era pra fazer?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, quando o senhor fala que não participamos de reunião nenhuma, eu não consigo entender o que o senhor está dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas o senhor...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só... posso terminar? Eu fiquei esperando o senhor falar esse tempo todo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou aqui desde às 10 horas esperando o senhor falar, doutor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu também, fiquei uma hora e meia, lá fora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que o senhor tem... nós precisamos saber.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Mas eu estou dando todas as informações que tenho para esclarecer o que pode ser esclarecido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então eu vou perguntar simples para ser direto...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu posso terminar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Houve essa reunião? Teve?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que reunião, senhor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ã?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que reunião o senhor fala?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essas reuniões de instrução, de procedimentos, de, di, di, di protocolos, di instrução?

A minha casa está pegando fogo, eu tenho que reconstruir ela. Olha, está pegando fogo...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor, doutor, a casa está pegando fogo! Vamos sentar todo mundo aqui, e vão saber como é que a gente vai fazer para apagar, por onde vamos começar. O que que a gente vai fazer pra, pra enfrentar, pro fogo terminar, pra salvar a criança que está no andar de cima, que está no andar de baixo. Como é que nós vamos fazer? O governador fez reuniões com vocês?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, o Governador ele fez o decreto 17 de março determinando uma série de ações, inclusive de isolamento social que os senhores discordam.

(O senhor Relator conversa com o Deputado Estadual Felipe Estevão e o depoente para de falar.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Fez em 17 de março, só o decreto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, é que eu estava falando, eu acho que o senhor perdeu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor pode repetir.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, tá!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que nós estamos tão estarecidos, doutor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está o quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente está tão estarecido...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu também estou estarecido com... é, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com o que vocês falam pra gente, é, que eu, como catarinense, que recolha os impostos... a energia elétrica que está ligada aqui, ó *(Gesticula com as mãos mostrando as lâmpadas.)*, tá pagando ICMS para Santa Catarina...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu estava tentando responder a sua pergunta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor pode responder, por favor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É, é, está muito complicado, porque quando se diz que não se participa de reunião nenhuma, aí, foge um pouquinho do escopo da conversa, né? Até porque reuniões, elas existem para tratar de vários assuntos, diversos assuntos.

O governador Moisés tem uma preocupação muito clara com as pessoas e com a segurança das pessoas deste Estado. Tanto é verdade que, apesar da crítica dos senhores, no dia 17 de março ele determinou, com um decreto duro, o isolamento social em Santa Catarina. E foi um momento em que nós tivemos maior êxito nesse enfrentamento da pandemia, que os senhores ainda insistem em acreditar que ela não existe, ou que não vai chegar com a força que ela vai chegar.

Então, essa determinação ela é suficiente para o seu colegiado, Secretários e cada na sua atribuição, tomar as atitudes que precisam ser tomadas para proteger a sociedade de todas as formas, que essa sempre foi a intenção do governo, do governo do Estado e das Secretarias. É impressionante que pra, da fronteira pra fora do nosso Estado, nós somos apontados como um exemplo no enfrentamento, nós somos apontados elogiosamente pela capacidade de gestão da crise, e a gente não consiga perceber que se nós não pararmos para dialogar e construir processos claros, nós iremos sofrer. Iremos sofrer perdas, perdas graves, Deputados.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu, eu compreendo tudo que o senhor está falando. Eu compreendo tudo que o senhor está falando.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vejo todo dia isso aí na televisão. Toda hora tem um especialista, doutor, na televisão dizendo que a gente tem que pegar sol, sabe?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor está comparando a estrutura do Coes da Secretaria com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todo dia eu vejo alguém na televisão dizendo que a solução é pegar sol.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, assim, doutor, eu quero saber especificamente qual foi a orientação que o governo, que o governador, que a vice-governadora, o *staff* do governo deu pra vocês? Ou não deu? É só isso que eu quero que o senhor responda. O governador não deu, e se deu, o que lhe deu?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O governador determinou no dia 17 de março, isolamento social, baseado em informações muito claras do agravamento da doença. E, a partir de então, cada Secretaria se estruturou, dentro da sua atribuição, pra trazer segurança pro nosso povo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cada um podia fazer o que queria?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é o que queria, mas é trabalhar dentro de uma organização de enfrentamento de uma pandemia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Senhor Deputado, eu gostaria de terminar de falar.

Na estruturação de uma, de um enfrentamento de uma pandemia, que nunca foi vista em nenhum lugar do mundo. A gente está lidando com uma crise que ela é, é, única na história da humanidade, por quê? Nunca mais nós vamos ser os mesmos depois dessa crise.

E, aliás, a gente está perdendo uma ótima oportunidade de repensar algumas coisas na nossa vida do cotidiano...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É o senhor vai ter oportunidade de vir aqui, esses dias, para falar sobre isso. Mas, é assim ó...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Tomara, que bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é assim ó, o senhor já ouviu a expressão...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já respondi a sua pergunta então.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor já ouviu a expressão, ouviu expressão: “É na tempestade que se conhece o marinheiro.”

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já vi várias expressões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor já ouviu essa expressão?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu já ouvi várias expressões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor sabe do que eu tô falando?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu não sei o que o senhor pretende falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor sabe. O senhor, o senhor é um homem inteligente. O senhor sabe do que eu tô falando.



A questão é o seguinte, é, já compreendi, compreendi... é, e, vou advertir o governo, não devia, não devia, mas vou, Deputado (*dirige-se ao Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima*), vou. Essa estratégia de que não sabia é ruim, é errada...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é uma estratégia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, senhor. O senhor vai falar quando eu perguntar.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES — Não. Pela ordem, excelência, pela ordem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Essa estratégia... essa estratégia do senhor...

Por favor, Deputado (*dirige-se ao Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima*), corte o microfone dele, porque eu não fiz pergunta nenhuma pra ele.

Olha aqui, essa estratégia de dizer que o governo não participou, eu não devia, vou repetir, porque o advogado me atrapalhou, mas... errada. Vocês estão numa estratégia de defesa errada, porque... ele... é num momento de crise que tem que governar, que tem que liderar, que tem que falar isso.

Então, por isso, que os Deputados estão todos falando isso. Todos nós estamos falando isso. Mas enfim, enfim... A Comissão Especial de Compras da Licitação, que também acompanha o processo de compras da Covid, muito bem Presidida pelo Deputado Marcos Vieira, a quem a Assembleia Legislativa só tem homenagens a prestar, ela elaborou uma investigação e, e, apresentou para os Deputados o pedido de afastamento do senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo? Esse pedido foi discutido em plenário e foi votado por quarenta Deputados, inclusive a líder do governo votou pro senhor sair.

Eu pergunto - diante do que o senhor disse aqui, pra nós, que não viu, não acompanhou, não fez, não participou, não olhou, não acompanhou, que não era papel do senhor, que o senhor não ouviu -, o senhor se sente confortável e acha que Santa Catarina está segura sendo o senhor Secretário da Saúde diante dessa pandemia?

(*O depoente, senhor André Motta Ribeiro, conversa com seu advogado Leandro Guerrero Guimarães.*)

O senhor pode responder ou o senhor tem que alugar pra responder. É uma pergunta que o senhor tem que responder.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES — Pela ordem. Ele está...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É o senhor que vai responder, não é o seu advogado, é o senhor que é o Secretário, é o senhor que é o Secretário, não é o seu advogado.

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

O seu advogado ganha o seu dinheiro, o senhor ganha dinheiro do Estado. Eu quero saber do senhor, se o senhor conhece, se o senhor se sente seguro pra continuar o Secretário da Saúde diante de tudo isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor, é o seguinte, se ele tiver alguma dúvida, ele consulta o senhor. O senhor não responde pergunta aqui. Quem está respondendo, quem responde perguntas aqui é ele.

(*O advogado Leandro Guerrero Guimarães continua manifestando-se fora do microfone. Ininteligível.*)

E nós estamos conduzindo ela aqui de forma harmônica e educada, de forma harmônica e educada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Preciso...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –... e vai permanecer desta forma.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E está concedida.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Então, vossa excelência me concede a ordem.

Volto a repetir o que eu já disse várias vezes, o nobre Deputado fez agora uma colocação sobre como que ficou a situação das votações internas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está discorrendo em torno da resposta dele.

O SR. LEANDRO GUERRERO GUIMARÃES – Não, não, não. Eu estou mostrando como ele não fez uma pergunta. Ele fez um discurso político sem fazer uma pergunta clara e objetiva sobre o tema desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Corta o microfone dele para mim, por gentileza.

O senhor está discorrendo aqui...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais alguma pergunta, Deputado Ivan Naatz?

(O advogado Leandro Guerrero Guimarães continua manifestando-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, peraí, eu vou repetir, né, por que o senhor... nós estamos falando de político para político, político para político.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, eu não sou político.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor é político. O senhor é Secretário de Estado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Posso lhe responder?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor diz que não é político? O senhor é o quê?

Deputado, Secretário, Secretário, eu ouvi, eu ouvi, o que o senhor falou aqui. Eu escrevi... o senhor costuma dizer o seguinte: Eu não sou advogado, eu não sou isso, eu não sou aquilo, eu sou médico. Pra ser Secretário precisa ser tudo. Precisa ser Deputado, precisa ser político, precisa ser pouco advogado, precisa ser um pouco administrador, precisa ser um pouco médico. Aliás, para ser Secretário da Saúde sequer médico precisa ser, porque nós tivemos históricos de muito bons Secretários aqui, que nem médicos não eram...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — O senhor vai perguntar ou me acusar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que a pessoa precisa saber? Ter noção do que está fazendo.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber se o senhor sabe que, tem noção do que está fazendo?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu tenho noção, tenho condição de fazer o trabalho que me propus, se não tivesse não estaria sentado aqui, na frente dos senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor André Ribeiro, o senhor teve acesso, tá, ao depoimento, ou assistir ao depoimento, ou através da vossa defesa foi, assistiu o depoimento das outras testemunhas que por aqui passaram?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não assisti.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não ouviu. Não foi... não recebeu nenhum tipo de orientação?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não ouviu nada?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não. Não ouviu os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... no dia de ontem houve um veto presidencial. O nosso Presidente, graças a Deus, Jair Messias Bolsonaro, o qual trabalhei muito pra ele estar lá, ele vetou, ontem, um veto da Câmara dos Deputados Federais da, do repasse de recursos financeiro aos Estados. Justamente é... é... dos que estão sendo mais atingidos pela Covid-19. O senhor sabe o porquê desse veto?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Onze Estados da Federação e 530 processos de compras feitas de forma irregular. E isso acaba acarretando no quê? De que o governo federal ele vai enviar o recurso... o senhor Rodrigo Maia estava falando ontem, na televisão, né, por que que não está sendo dis... o motivo é esse.

Nós, nós, eu estou sendo atingido, a família do senhor vai ser atingida também, todos nós seremos atingidos, por isso. O governo federal vai enviar recurso... o Presidente veta justamente por isso. Por isso que eu dou uma certa importância, é, é, é, eu, eu, particularmente, dou uma certa importância para esta CPI e vejo todos os nossos colegas dando uma importância enorme. Nós estamos sendo privados de receber recursos porque vários Estados da federação, como eu disse, 530 processo de compras irregulares... E é isso que está fre... servindo de dispositivo de frenagem pra que esses recursos cheguem até a gente aqui.

Desses 33 milhões, né, é, é, a pedido da Deputada Ana Campagnolo, ontem, ela recebeu resposta, inclusive da própria Secretaria, que na época ali, os Poderes aqui, em Santa Catarina, disponibilizaram recursos pro Estado. O, o, o, o, 20 milhões desta Casa foram para lá, desses 17 milhões foram utilizados inclusive pra poder ir... pra, pra fazer a compra dos respiradores. Também fomos prejudicados nisso, porque na verdade esse dinheiro ele realmente desapareceu.

Por isso que eu digo assim, muitas vezes, doutor, e agora falo com senhor também e as pessoas se exaltam aqui, porque eu, eu, vou falar pro senhor, eu não consigo fazer uma média aqui, mas aqui na frente tem umas 450, 470 mil pessoas sentadas, aqui, na frente do senhor, aqui. E todas essas pessoas têm o nosso número de WhatsApp, têm as nossas redes sociais e acessam. E o senhor acompanha a rede social, sei muito bem disso, como eles são cruéis, ali, perguntando: e o respirador? O respirador? Então, então, cria essa coisas, já agravado pelo medo da morte, que a perspectiva da morte é bem pior do que a morte.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Morrer é tão bom, não é? Pior é ficar esperando a morte.

Concluindo, é... eu não sei em qual momento, não eu não sei em qual momento mesmo ali, que houve um contato do senhor com o Secretário Helton Zeferino, que deve ter iniciado lá no começo de uma amizade ou de um conhecimento próprio por ter trabalhado junto, enfim, pro senhor receber o convite, ali, pra ser o Adjunto dele, não é. O adjunto ali é um substantivo masculino que é utilizado pra dizer auxiliar ou aquele que substitua ele, na ausência dele mesmo ali. Auxiliar.

Eu também não vou pelo... eu não vou fazer... não ser mais um Deputado a fazer a mesma pergunta para o senhor se sabia ou não, mas quando o... uma realidade do ex-Secretário Helton é que ele foi afastado, foi exonerado da função dele e também foi exonerado de outras funções que ele exercia no Estado na condição de conselheiro.



O senhor também exerce funções de conselheiro, além da função de Secretário de Estado?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Conselheiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não tenho essa função de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor só recebe um salário de Secretário?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — De Secretário de Estado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor não é mais conselheiro da Cidasc? Casan?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, senhor, eu sou concursado do Estado como médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — ... e recebo como Secretário um valor correspondente a esse, que, aliás, é bem menos do que as pessoas imaginam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Eu só preciso fazer um comentário antes, se o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, só, só pra concluir e, depois, vou dar, sim, pro senhor ali, um tempo ali para as breves considerações, que gente gosta de trazer a calma a situação ali, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Claro, claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor vê o quanto que nós já fomos prejudicados nisso, também não vou elencar ali que não são 410, tá senhor (*dirige-se ao Deputado-Relator Ivan Naatz*), última, a Fies, a, a ... Fecomércio, dados ali que já chegam passando frouxo dos 530 mil desempregados. Isso também, também dados do próprio governo do Estado.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não é, então a gente não vai entrar nessa área, porque não é essa aqui.

Mas de forma específica mesmo, quando o se... quando ele falou assim: Meu amigo... o senhor tinha amizade com o Secretário Helton?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando ele falou assim: fui exonerado. Ele falou assim. O senhor não perguntou assim: Qual o motivo da exoneração?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Na verdade, ele se exonerou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele se exonerou? E ele falou assim: me exonerei por causa disso.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ele me ligou pra dizer o motivo e nós conversamos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que deve ter sido montada uma estrutura, até como eu falei pra ele assim, o militar, ele chega ali na função que ele estava ali dentro - se ele foi, passou 28 anos dentro da caserna, né?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E ele, lá dentro ele aprendeu a confiar na equipe dele. Eu acredito que seja esse o grande erro do Helton: a confiar nas pessoas.

Achar que: Olha, eu mando fazer, cumpro a missão, viro as costas. Eu acho que vai ser feito da melhor forma possível, como eu faria, né.



O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E ele deve ter passado, olha secre... meu Adjunto ou sei lá, o responsável pela compra, porque eu... eu também tenho... já, absoluta certeza, que é a única responsabilidade do senhor era o quantitativo pra compra de equipamentos, né. Quantitativo esse que também não deveria ser levado em consideração, porque ele usava a mesma base de cálculo daqueles mortos. Olha, se vai morrer mil eu vou comprar cem, né, ou...

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é essa... não é essa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Necessariamente não é dessa forma. Tá bom.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não é dessa forma, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá bom.

Quando ele... o senhor não vê um esquema... se eu fosse... nós estamos falando aqui agora, e, detalhe, talvez o senhor pode estar dando uma ajuda para Santa Catarina e uma ajuda para esta Comissão que pode ser que, que é, que pode ser que mude o curso da coisa. Pode ser que mude a história do Estado de Santa Catarina aqui, agora, neste momento aqui. Olha a responsabilidade. O senhor não viu é, é, o que o senhor interpreta desse mal feito dessa compra aqui? O senhor chegar e falar assim: Olha eu acredito que o fulano, dá um exemplo, né, que o Douglas pegou o Leandro pela mão tentou fazer uma compra ou ele não tentou, forçou, ligou pro fulano. Onde que foi o erro? É justamente isso: onde que foi o erro dessa compra noite no entendimento do senhor? Por isso que eu fiz toda essa síntese dizendo o tanto que Santa Catarina está perdendo com isso. Recurso federal não está vindo. Santa Catarina aparecia na televisão, porque era a festa Cidade das Flores, festas alemãs, hoje, é da corrupção, né?

Então, tanto que Santa Catarina está perdendo com isso, e que contribuição que o senhor pode dar. Falar assim: Olha eu vim aqui pra ajudar a CPI e olha eu vou dizer pra vocês aqui o que aconteceu de errado, no meu entendimento.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Deputado, primeiro que, das milhares de ações e compras do Estado de Santa Catarina, um está sendo investigado. E por estar sendo investigado por órgãos competentes que ainda não chegaram na conclusão du, de o que de fato aconteceu, eu não tenho opinião e nem direito de emitir opinião. Está sendo investigado pelo, pelo Ministério Público, pela polícia, pelos órgãos de controle que ainda não tiveram o seu parecer.

E... nós cometemos alguns erros nesse caminho e eu acho que esses erros, talvez, eles nunca mais possam ser consertados, que é de identificar culpados, colocar a pena e já condená-los, sem finalização de processo investigativo. E esse erro eu não vou cometer. Eu acredito na idoneidade das pessoas é, se, é... sei da capacidade dessas pessoas de trabalho, mas existe uma investigação em andamento, que não chegou a nenhuma conclusão até esse momento. Eu não eu não tenho opinião a emitir a respeito disso por que não tenho detalhamento desses, dessa investigação.

O único problema apontado e foi identificado como se, como, no mínimo, uma questão suspeita, o Estado abriu uma sindicância para tentar identificar os culpados. Então, pessoas que tem essa competência para investigar, assim o estão fazendo. E eu espero que se chegue a uma conclusão, o mais rápido possível, porque nós estamos abraçados a esse problema há quarenta dias e tem muita coisa pra gente construir.

E, reforço pro senhor, das milhares de ações de compras, e outras, que foram feitos pelo Estado de Santa Catarina, essa é apontada como exemplo de corrupção de um governo que não merece isso. É um governo que prima pela lisura e pela clareza dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São 17 o número de processos que se encontram em investigação e por que, por que tô dizendo isso aí? Porque



realmente é um número, né, existem 17 processos, mas isso... não, não, não, não vou entrar ali, no caso ali.

Como eu disse é, essa é a contribuição que o senhor pode dar para essa CPI?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Se esse é o assunto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, e... agora. Onde houve a falha, o senhor não vai, não quer se antecipar julgamento, tudo bem.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não quer se... O senhor acha que... houve algum tipo de injustiça feita com o Helton Zeferino?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Injustiça? Eu acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A única pessoa que pode ter praticado alguma injustiça com ele é quem está acima dele, ou o senhor acha que é a opinião pública, a sociedade?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não, mas na verdade, é, mas na verdade, assim ó, houve já, como eu disse, a gente está cometendo alguns erros nesse processo que é de apontar culpado e já dizer que ele... é, de apontar a culpa e já dá o veredito, né?

O Secretário Helton, ele teve é... é, a atitude honrada de se exonerar para não prejudicar o processo da Secretaria de Estado da Saúde, que é uma, uma Secretaria que é feita por pessoas idôneas e competentes, num momento grave da nossa história. Se houvesse é, prejuízo da estrutura, e é isso que nós queremos evitar, é só por isso que eu estou aqui, pra tratar esse assunto de uma forma técnica, pra trazer segurança pras pessoas, nós vamos... teríamos problemas bastante graves no futuro. Eu espero que não, não tenhamos, que a gente continue nessa construção de sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só... somente para a conclusão e, posteriormente ali, eu vou dar o tempo para o senhor poder fazer as considerações finais, ou dizer algo mais que seja, que pode ser útil pra... E é bom porque o senhor é um homem público, senhor tem que... tá aqui, se explicando. Isso é bom. Faz bem pro Estado de Santa Catarina isso.

É, é, no Estado do Rio de Janeiro havia uma, uma, um demonstrativo de número de mortos. No Estado do Rio de Janeiro morria-se tanto... o Prefeito, isso pro governo do Estado ele apresentava um número, e o governo... e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, através do Prefeito Crivella, adotou maior uma outra medida de demonstrativo ali, é aquilo que está no, no, na, no, na no Atestado de Óbito, aquilo que é a causa da morte, que somente o médico pode preencher ali, porque ele é um do... o Atestado de Óbito é um documento como qualquer outro, como uma Certidão de Casamento, enfim, tudo isso. Lá no Atestado de Óbito está escrito assim: causa da morte. O governo do Estado lá, ele colocou... ele chegou, em alguns casos que não deveria, por exemplo, o sujeito morreu de falência renal, de, de, o rim dele parou de funcionar, ou seja, o médico ia lá e colocava, e se ele tivesse é, é, contaminado com Covid-19, ele ia anexo a isso aí, porque não foi a causa da morte. Foi a paralisia dos rins, mas mesmo ele estando contaminado. Tem uma diferença muito grande isso. Eu estar contaminado e, por exemplo, cair da laje.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Ah, sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Né, tem essa diferença. Só no Estado do Rio de Janeiro, quando o, o, Deputado Kennedy Nunes, quando foi feita essa mudança de demonstrativos, diminuiu 1.112 mortes, 1.112 mortos não eram mais...

(O Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Desmorti... não, é... *(Ri.)* Desculpa, não foi mais apresentado dessa forma... em alguma... essa é minha última pergunta e... em algum momento o governo do Estado de Santa Catarina, o governador, ou próprio antes, o atual Secretário, na época, Secretário



Helton Zeferino passou algum tipo de recomendação em relação a adulterar número de mortes no Estado de Santa Catarina ou de atribuir mortos à Covid-19, que não eram é, é, vítimas da Covid-19, simplesmente pessoas que estavam com 98 anos é, é, sofriam de câncer, tuberculose, Aids, é, enfim, unha encravada, aí, depois, contraiu a Covid e a morte foi atribuída a Covid? Foi feita alguma orientação assim: tem que constar?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Absolutamente, não. E aí importante que a gente diga, Deputado, que esse é um vírus que ele tem um acometimento sistêmico, ele é um vírus grave, é uma doença grave. Paciente que adquire Covid e tem insuficiência renal, que precisa fazer diálise, que tem insuficiência hepática, que pode ter uma neuropatia inflamatória, uma arritmia cardíaca, cardíaca ou algum choque causado pela vasculatura periférica, ela tem, sim, que ser atribuída, atribuída ao Covid, até porque, os óbitos - eu vou terminar, não é o que cai da laje - até porque os óbitos são testados. Diagnóstico de Covid por quadro clínico é um percentual ínfimo no Estado de Santa Catarina. Ele é confirmado por testagem e, aí, eu me permito dizer, que nós temos uma equipe de profissionais médicos extremamente capacitada dentro da Secretaria de Estado e no nossos hospitais.

É, é, então, quando a gente fala em números em Santa Catarina, e nós, durante esses 75 dias de enfrentamento, além de tudo que foi feito, nós construímos inteligência digital em saúde capaz de nos mostrar claramente a realidade dessa doença no Estado, por vários mecanismos, várias, é... vários grupos de estudo, pessoas conceituadas, universidades, matemáticos, médicos, pesquisadores.

Então, o Estado de Santa Catarina, hoje, tem ferramentas disponíveis inclusive é... com profundidade suficiente pra tomada de decisão, sendo disponibilizadas para todos os Prefeitos do, do Estado, porque nós entendemos a gravidade desse problema. Essa doença ela se disseminou de forma desigual do Estado e a gente precisa do olhar do gestor local pra nós, nos ajudar a entender quais são as melhores ações pra o enfrentamento.

Nós temos o índice de transmissibilidade, transmissibilidade, que é o tal do RT, é, é, que ele tem um impacto absurdo é, é, na curva de disseminação da doença. A gente vinha numa situação bastante confortável...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu vou passar as considerações finais para o senhor.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Desculpe eu achei que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, não, não, não, não, não, era só pra falar...

Então não houve uma orientação do governador?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seguindo um grupo de governadores em todo o Brasil pra adulterar número de mortes?

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não. Seria só isso.

O senhor tem um tempo agora para fazer as considerações finais.

O SR. ANDRÉ MOTTA RIBEIRO — Então, como eu estava lhe dizendo, essa a doença ela teve uma, uma, uma disseminação desigual no Estado de Santa Catarina. Assim como a gente tem cidades que têm pouco acometimentos, nós temos cidades que estão sofrendo com uma quantidade de doentes e também é, de óbitos bastante grande.

Esse é o momento de nós olharmos com seriedade pro trabalho da Secretaria, que é um trabalho sério e capaz, pra que a gente consiga tomar as decisões que precisam ser tomadas.

É, é, reforçando, nos últimos dez dias, ou uma semana, nós tivemos um aumento de mais de 50% de óbitos no Estado. E tudo que nós não queremos é que isso aumente. Esse é o indicador que se utiliza para definir recursos? Não. Ele apenas um deles. Nós temos hoje no



mundo 400 mil pessoas que morreram é, confirmadamente ou... é atestada por Covid. E há, é, um estudo da Universidade da PUC do Rio de Janeiro e do Hospital das Clínicas de São Paulo, que diz que a subnotificação, que é ao contrário, a subnotificação de casos da Covid, em algumas regiões do Brasil, chega a 90%.

Então quando a gente fala um país que perdeu 33 mil habitantes por Covid, talvez a gente tenha o impacto, é bem provável, no quantitativo muito maior disso.

Eu reforço aqui a minha crença na qualidade do trabalho, na necessidade da forma como foi feita, e tenho convicção de que se nós seguirmos nesse caminho, conseguirmos é, trazer para o diálogo a construção todas as forças da sociedade, nós vamos chegar lá na frente com uma, um Estado com menos sofrimento, tanto na questão saúde, quanto na questão economia, porque todos os dias a gente acorda e dorme pensando da mesma coisa: O que fazer pra não pender a balança nem prum lado, lado e nem pra outro.

E o senhor não tenha dúvida, os senhores não tenham dúvidas, da capacidade técnica da Secretaria de Estado da Saúde, que é ordenadora desse processo.

Eu agradeço a oportunidade aos senhores, e lamento que as minhas é, é, colocações não possam ter esclarecido é, uma situação que de fato eu não teria como esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Secretário. Estão dispensados. Muito obrigado.

(O senhor André Motta Ribeiro deixa o recinto, acompanhado de seus advogados.)

Consulto vossas excelências se teriam algo mais a ser acrescentado?

(Nenhum Deputado manifesta desejo de acrescentar algo.)

Eu gostaria de convidar todos os Deputados para que, após o encerramento da reunião da CPI, permaneçam aqui, inclusive os que nos acompanham de forma remota permaneçam no *link*, para fazermos uma pequena reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião, convocando os senhores Deputados para a próxima terça-feira, às 17h.

Boa tarde a todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito boa-tarde a todas, muito boa-tarde a todos, àqueles que nos acompanham pela TVAL, àqueles que nos ouvem pela Rádio Digital Alesc e também àqueles que nos acompanham pelas respectivas mídias digitais.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado João Amin, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Milton Hobus e o Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota.

Também se encontram nesta sala, a quem desejamos as boas-vindas, a Deputada Estadual Ana Campagnolo, a Deputada Federal Caroline de Toni e o Deputado Estadual Laércio Schuster.

Vou colocar em discussão e votação a ata da 5ª Reunião encaminhada aos senhores Deputados por meio de aplicativo de mensagens e também por *e-mail*.

Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo que a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Senhores Deputados, recebemos uma correspondências dos procuradores do senhor Douglas Borba encaminhando boletim elaborado por pesquisadores do Nietta, Núcleo de Inovação e Inteligência Analítica da Defesa Civil de Santa Catarina, apresentando os possíveis cenários da Covid-19 no Estado de Santa Catarina. Solicito à assessoria que faça a juntada aos autos.

Recebemos também dos procuradores da senhora Márcia Regina Geremias Pauli esclarecimentos para afastar de seu depoimento qualquer sombra de dúvida a respeito de sua veracidade ou credibilidade, o que já fizemos chegar aos Deputados-membros, conforme requerido pelos procuradores. Foi encaminhado a suas excelência, os senhores Deputados.

Recebemos ainda o Ofício SEA nº 1.383, de 2020, da Secretaria de Estado da Administração, informando que o desentranhamento das páginas de 2 a 18, solicitado por vossas excelências, do Processo 37.070, de 2020, deu-se pela servidora Débora Brum, analista técnico em gestão e promoção da saúde.



E, por último, informo ainda o recebimento, após o envio das convocações aos senhores Deputados, de manifestações dos procuradores do senhor Douglas Borba informando que ele tem interesse em participar da acareação, desde que autorizado pelo Poder Judiciário.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente as testemunhas. *(Pausa.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, há um requerimento do Relator extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já se encontra aqui na mesa comigo.

Requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, que solicita juntada aos autos do Processo nº 39.977/2020, contendo oito laudas para auxiliar os trabalhos desta Comissão.

(O senhor Douglas Borba adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.)

Requerimento de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando que seja do Poder Judiciário autorizada e determinada a condição do senhor Douglas Borba para participar da acareação.

Requerimento extrapauta do Deputado Ivan Naatz, solicitando a oitiva do excelentíssimo senhor Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como estão.

Aprovados.

Encaminho à assessoria os requerimentos e as correspondências.

Senhores Deputados, vamos aguardar a chegada das outras duas testemunhas para as informações preliminares. *(Pausa.)*

(A senhora Márcia Regina Geremias Pauli adentra o recinto, acompanhada de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.) (Pausa.)

(O senhor Helton de Souza Zeferino adentra o recinto, acompanhado de seus advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.)

Para conhecimento de todos aqueles que nos acompanham, comparecem aqui nesta sala o senhor Douglas Borba, a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e o senhor Helton de Souza Zeferino para serem acareados referente aos fatos relatados na 5ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo em vista divergências havidas em seus depoimentos, com fulcro no artigo 229, do Código de Processo Penal.

Consulto, de forma coletiva, os senhores e a senhora, se sabem por que foram convidados a fazer parte desta reunião na tarde de hoje?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Douglas Borba, para que os taquígrafos possam fazer o registro, peço que o senhor fale o seu nome completo, idade, profissão, lugar onde exerce a sua atividade, local de nascimento e seu endereço, o mais próximo possível do microfone.

O SR. DOUGLAS BORBA — Douglas Borba, brasileiro, casado, 35 anos, residente à rua Bento Francisco nº 1.260, advogado, exerço a profissão no Município de Biguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Márcia Regina Pauli.



A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Márcia Regina Geremias Pauli, residente à rua Vento Sul nº 772, casada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Helton de Souza Zeferino, residente e domiciliado à rua Francelina Domingos de Jesus, 520, São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pergunto aos senhores se estão acompanhados de advogados?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Helton, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhora Márcia, a senhora assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

A SRA MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Douglas, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca das divergências entre os depoimentos, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembramos os senhores e a senhora que todos têm o direito de permanecer calados (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*) ou de não responder às perguntas, mas eu gostaria de pedir a gentileza que expressassem essa vontade, tendo em vista que o silêncio não é indicativo de resposta.

Às senhoras e aos senhores que nos acompanham como testemunhas e também aos advogados que os defendem, que os acompanham, quero comunicar que não serão permitidas ou toleradas por esta presidência acusações mútuas e enfrentamento entre as testemunhas ouvidas. Os acareados serão perguntados apenas pelos Deputados, membros natos desta Comissão.

Os advogados de defesa poderão fazer uso da palavra desde que permitido pela presidência, através da manifestação de “pela ordem” ou a pedido do seu cliente. Como a senhora e os senhores estão de costas para os seus advogados, podemos convencionar que um gesto de mão serve para o pedido. Estamos acordados, senhor advogados? (*Os advogados aquiescem.*) Os senhores advogados poderão também manter uma conversa particular com seu cliente, desde que seja um contato breve, não exagerando no número de vezes que isso aconteça. Então, se quiserem manter um contato com o seu cliente, poderão se levantar ou se dirigir até a sala ao lado e num breve contato dissipar qualquer dúvida que apareça.

Concluídas essas orientações, passo a palavra ao Relator, Deputado Ivan Naatz.

Antes, porém, os advogados do senhor Helton, por gentileza...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — São os mesmos da ata passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São os mesmos da ata passada, contudo vou pedir aos senhores (*dirige-se aos advogados*) que peguem o microfone e façam o registro: nome, número da OAB e UF da OAB.



O SR. NOEL BARATIERI — Boa noite, senhor Presidente. Noel Baratieri, advogado catarinense, OAB 16.462, OAB Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. NOEL BARATIERI — Obrigado, excelência, bom trabalho pra vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para todos nós.

O SR. MAICON JOSÉ ANTUNES — Senhoras e senhores, boa noite a todos.

Meu nome é Maicon José Antunes, advogado, OAB 39.011, aqui de Santa Catarina.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Senhor Presidente, senhor Relator, senhores Deputados, senhoras e senhores, Nelson Juliano Schaefer Martins, OAB Santa Catarina 3.016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. DIEGO CARDOSO SCHAEFER MARTINS — Boa noite, senhores Deputados. Diego Cardoso Schaefer Martins, OAB Santa Catarina 54.872.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. GIANCARLO CASTELAN — Peço licença, senhor Presidente. Cumprimento vossa excelência na presidência dos trabalhos, os eminentes Deputados aqui presentes, todos os presentes também. Giancarlo Castelan, OAB 7.082, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, doutor.

O SR. PAULO CESAR SCHMITT — Boa noite, senhor Presidente, demais Parlamentares e demais pessoas que acompanham. Meu nome é Paulo Cesar Schmitt, OAB 25.638, SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

Senhores, mais uma vez me dirigindo às testemunhas, dispensam-se comentários, ou acenos de cabeça, ou meneios de cabeça enquanto uma das testemunhas estiver fazendo uso da palavra, bem como expressões jocosas, enfim, qualquer tipo de reação que possa atrapalhar os nossos trabalhos. Vamos manter o respeito e a tranquilidade durante todo o processo hoje nesta tarde.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados que nos acompanham aqui no auditório, senhores depoentes, senhores advogados, sociedade catarinense, muito boa-noite.

Senhor Presidente e senhores Deputados, eu confesso que a gente está entrando num processo complexo, difícil de ser produzido, que é a acareação, mas eu tenho certeza que todos nós estamos imbuídos aqui no objetivo de descobrir a verdade.

O processo de acareação tem um objetivo, contrapor as informações que chegaram até a CPI através dos depoimentos de vocês (*dirige-se aos três depoentes*) e não há intenção nossa de fazer nenhuma espécie de contraponto dos debates. Nós vamos dar crédito àqueles que a gente acha dá mais... que receberão o crédito. Então o objetivo da nossa CPI é para que a gente possa sobrepor quem tem mais crédito naquilo que fala.

Eu, antes de começar especificamente o processo de divergências, de acareação propriamente dita, reputo interessante, senhor Presidente, questionar os três (*dirige-se aos três depoentes*), pelo prazo de até cinco minutos, se alguém gostaria de falar com os Deputados algo que não foi falado, que julgue importante a CPI saber e que ainda não soube. Alguma declaração, algum fato, alguma participação, alguma intervenção, algo que a CPI não sabe (*o advogado Nelson Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*), que a polícia não



sabe, que nós não sabemos porque vocês não falaram, mas que vocês julgam importante a CPI saber.

Então consulto os três se têm interesse de fazer algum esclarecimento nesse sentido.

(O advogado Giancarlo Castelan fala com o depoente Douglas Borba.)

Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, senhores Deputados, boa noite.

É... eu gostaria de trazer informações aos senhores, obviamente que nós estamos com algumas informações que são recentes, é... dos últimos dias, e que... na minha opinião, fazem com que nós tenhamos aqui uma outra interpretação desse processo.

Desde o início do... dos nossos trabalhos nós temos ouvido é... que a empresa Veigamed ela foi apresentada no dia 22 de março, é... está nos autos, através de um encaminhamento de um contato, através do... do então Secretário Douglas pra Márcia. É... de acordo com as últimas informações que nós recebemos, através de um... é... de um compilado com informações que o Ministério Público fez, o que se percebe é que a empresa Veigamed ela entra nesse processo no dia 27 de março. Na verdade nós tínhamos até então algumas propostas de trabalho que estavam sendo apresentadas pelo então Fábio Guasti. O Fábio Guasti... enfim, nós temos algumas conversas que são públicas e que os senhores certamente tiveram acesso, onde ele faz oferta de alguns modelos, de algumas... é... de alguns equipamentos e insumos e no dia 26 de março é, ou melhor, no dia 24 de março é... é perguntado a ele é... a respeito de fechar uma proposta: e se nós fecharmos uma proposta? Ele diz que a coisa fica mais fácil, porque ele vai trazer de avião, vai trazer direto, enfim. E aí, então, pra ser exato às 21h40min existe uma informação dela através de telefone pra ele: pode me mandar. 24 de março.

No dia 26 de março nós temos aquela fala então, aquela ligação, onde o Secretário da Saúde tenta fazer um... uma redução dos valores que foram apresentados pela empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Me permite interromper?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor falou que recebeu dia 24, mas quem? Quem recebeu isso aí?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. Recebi, não, essas informações estão nos autos. Essas informações estão nos autos, dia 24... é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem falou?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, figura 10, página 136, figura 10, página 136 da informação do Ministério Público, parte 1, é... nós temos às 21h39min uma comunicação entre a Márcia, a senhora Márcia e o seu Fábio, onde lá se pergunta, se faz essa pergunta: se fecharmos uma proposta? O Fábio responde: fica mais fácil, enfim, que ele vai trazer de avião ou coisa que o valha, e aí às 21h40min então: pode me enviar.

No dia 26, quando eu faço contato então com a empresa é... no sentido de tentar diminuir o valor, é... naquele momento, dia 26, a empresa que havia mandado a proposta era a empresa Trading... é... Brazilian Trading. Dia 26, Brazilian Trading era a empresa que iria fornecer os equipamentos. Neste mesmo dia 26, às 23h, o senhor Fábio Guasti é... envia alguns documentos da empresa Veigamed baseado numa proposta de venda de bombas de infusão. Neste mesmo dia, logo depois, 23h10min, salvo engano, no minuto seguinte ele manda um áudio e nesse áudio ele informa que a empresa Simas Drake estava tendo alguns problemas por conta da... por conta da... da entrega em Santa Catarina, que não teria como fazer a entrega, enfim, e ele informa que provavelmente vai ter que trocar a empresa e que diz, inclusive: pode até ser que seja a Veigamed. Isso no dia 26.

No dia 27, às nove e vinte e seis da manhã, ele manda um novo áudio e nesse áudio ele diz: pede pra substituir a proposta, ou melhor, ele pede, né? Ele pede pra substituir a



proposta da Brazilian Trading pela da Veigamed. Às 10h35min ele envia os dados bancários e já nesse mesmo dia, às 15h58min ele começa a cobrar pagamento (*o advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli*).

Então, na verdade, aquela ideia de que nós teríamos a Veigamed participando lá desde o dia 22 ela não é verdadeira. A Veigamed ela entra nesse rito a partir do dia 27 de março, às... pra ser mais exato, a partir das 9h26min, que é quando ele faz a substituição é... da empresa, que seria a fornecedora.

Só pra deixar... Esclarecer os senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado.

É... Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA — Boa tarde, senhor Presidente, cumprimento também os demais Parlamentares, Deputado-Relator, demais Parlamentares que se encontram aqui presentes presencialmente e também o nosso Deputado Sopelsa, que está acompanhando em *home office*.

Bom, senhores, é... diante desse novo e importante detalhe trazido pelo ex-Secretário Helton Zeferino, que vem a corroborar de fato todos os depoimentos já prestados por mim desde o início, espontaneamente, no dia 2 no Ministério Público, repetindo a mesma... as mesmas informações no dia 9 no Ministério Público e mais recentemente nessa CPI há uma semana, eu apenas faço questão de registrar e reiterar que não há qualquer conversa entre Douglas e Márcia ou entre Douglas e Helton e muito menos entre Douglas e terceiros durante esse interstício de tempo de 24 de março a 1º de abril, que é onde se deu toda essa negociação é... feita.

Então apenas fazer o, o, o registro e vou fazer, e fato novo provocado pelo Relator, vou fazer juntar é... relato na CPI, né, relato com as provas de... com as provas de todos os fatos alegados ainda na terça-feira passada (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*). Só não o fiz antes, como me propus aqui diante de todos os senhores, por conta da acareação, né, então pra não adiantar essas provas aos senhores, que naturalmente por ser uma CPI pública esses documentos também se tornariam de conhecimento público, estão só não o fiz antes pra preservar este importante momento de acareação entre os três envolvidos, mas faremos juntar é... ainda essa semana todos os documentos a essa CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de fazer a... a inclusão de um fato novo (*consulta seus documentos*), que... embora em outras declarações o Secretário Helton tenha afirmado que na Secretaria de Estado da Saúde nunca se fez pagamento antecipado, eu gostaria que conste nos autos o Processo 11.825, de 2019, de março de 2019, que trata sobre o pagamento antecipado e naquele momento se discute ali, acho que foi uma... uma ordem judicial, mas que tem ali toda a descrição do rito, como se deu o pagamento antecipado, então já colocado na SES desde março de 2019, portanto anterior à minha estada na Superintendência. Á... de certo ele esqueceu.

Também conforme relato da bombeira militar, ex-gerente de Orçamento, senhora Fernanda Gabriela, em seu depoimento ao Ministério Público ela relata é... uma ligação feita pro Secretário Helton onde ela alerta sobre os pagamentos antecipados e dá algumas... algumas... alguns esclarecimentos (*o advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino*), até uma ligação feita dela para o Secretário Helton, não é, com esse tema.

Eu pergunto aos senhores, não sei se é possível dar algum esclarecimento sobre o que foi colocada agora aqui, nesse momento, ou não é pertinente... não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, a senhora tem...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem? Ah, tá.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...liberdade para falar o que achar que tem que falar neste tempo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O que os senhores descreveram, né, os depoentes, ele consta dos autos do processo, é... os prospectos que foram encaminhados eu, já no dia 22, conforme o relato que eu já prestei, as provas que eu já prestei aos órgãos, é... descreveram exatamente essa circunstância. Não é novidade, não é fato novo que Brazilian Trading foi substituída por Veigamed e que os prospectos eles foram, sim, encaminhados no dia 22 pelo senhor Douglas e que a Veigamed foi substituída pela Brazilian Trading. Isso já desde o dia 29, no meu primeiro depoimento eu já coloquei e consta nos autos. Isso não é fato novo.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se é importante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Antes de começar a acareação em si, eu peço até licença ao Relator, ao Presidente e aos demais membros da CPI, e também aos depoentes, mais especificamente à senhora Márcia e ao senhor Douglas, nesta ordem — pontualmente obviamente todos têm o direito de permanecer calados e não responderem —, mas nesta semana que se passou de terça-feira passada até hoje, os dois, tanto a Márcia quanto o Douglas, vocês se lembraram do Deputado mencionado por vocês aqui na CPI?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Senhor Deputado, eu não tive acesso em mãos ao meu equipamento celular para fazer a pesquisa. Eu não sei se é possível eu fazer alguma sugestão aqui, mas o período entre 26 de março e 10 de abril é... se os senhores, eu não sei dessa possibilidade, se os senhores aventam essa possibilidade de pedir, então, às autoridades que faça o levantamento de qual o Deputado, qual o gabinete fez a ligação para aquele aparelho que lá está e eles vão relatar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, Deputado, é... eu tive o cuidado de buscar essas... essas conversas como, como, como me comprometi anteriormente aqui, é... na verdade já havia deixado claro ao Presidente que não foi em relação aos respiradores, né, que as conversas de Deputados não foram em relação à aquisição de ventiladores, mas houveram pelo menos quatro contatos que ainda estão no meu equipamento telefônico, é... todos republicano como sempre foi com todos os quarenta Deputados dessa Casa, né, é... contados no... contatos no sentido de promover ajuda, ou algum, ou promover alguma indicação ao Estado de algo que o Estado de repente ou pudesse é... é... necessitar. São eles: é... uma doação do Município de Joinville pelo Deputado Fernando Krelling, através de uma empresa que agora me falha o nome, de álcool em gel, que eu dei o devido encaminhamento à Secretaria da Defesa Civil pra que lá fosse recebido; também uma mensagem do Deputado Vicente Caropreso com uma solicitação da empresa é... Malwee, de Jaraguá do Sul, pra que ela pudesse operar com capacidade superior a 50% de servidores pra que pudesse produzir aventais, né, e aí foi dado o devido encaminhamento ao Coes e lá o Secretário Helton promoveu a autorização pra que a Malwee pudesse, então, produzir aventais pra fornecer ao nosso Estado; é, o terceiro contato foi com o Deputado Fernando Vampiro, é... o Deputado Fernando Vampiro fez contato comigo colocando à disposição uma série de empresas ou... era meio que... acho que era através da Associação Comercial de Criciúma, né, pelo que eu entendi no teor da mensagem, é... que tem grande *expertise* na importação pra se colocar à disposição do que o, o, os ca... do que os catarinenses pude... precisassem buscar no exterior eles se colocaram à disposição de fazer isso, tal qual foi feito com o processo da Intelbras, tão bem conhecido por todos os senhores; e um quarto que menciona Deputado, mas que não foi o próprio Deputado que fez contato comigo, é... esse quarto aí não sei se, se o senhor... é... é... usaram o...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria do caso dos respiradores.

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, o caso dos respiradores eu já deixei claro na terça-feira passada que não, e esses são os outros contatos que foram recebidos durante o episódio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então pra mim basta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Relator, só comunicando a presença do Deputado Felipe Estevão. Seja bem-vindo, Deputado. E também comunicando que foi entregue a esta presidência um requerimento do eminente Deputado Jessé Lopes solicitando a perícia nos telefones para que seja analisada a ligação que foi recebida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, terminada essa fase, muito obrigado a cada um de vocês, vou passar especificamente para a fase dos desencontros que a gente tem, né? Eu preciso saber quem é o responsável pelo pagamento antecipado, até agora a gente não conseguiu identificar quem foi o responsável pelo pagamento antecipado.

A servidora Márcia afirmou em depoimento que a decisão pela compra direta, por meio de dispensa de licitação e pagamento antecipado, é discricionário do Secretário Helton, e que ela era ordenador daquela dispensa, já que a alça da SGA era o valor superior a 5 milhões.

Eu vou ler aqui o que a senhora disse, para recordar. A senhora disse: “Então, é... no meu ponto de vista, a decisão por ato discricionário é do Secretário Helton, que era o ordenador daquela despesa. Ele decidiu por aquela compra direta, por meio de uma dispensa de licitação”, partindo do princípio de que o prazo de entrega era melhor. E eu perguntei: “Então, a senhora acredita que a escolha...”, e a senhora disse: “Acredito.” Continuei: “... entre um e outro deriva da entrega?” E respondeu: “Acredito. Foi isso que aconteceu (...).”

De outra banda, o ex-Secretário Helton afirma que não houve em nenhum momento autorização pelo gabinete do Secretário de pagamento antecipado. O que existe nos autos é uma nota certificada de um equipamento que sequer chegou, onde se tem um pedido da servidora Márcia e temos uma assinatura da nota fiscal da própria servidora, no caso a servidora Márcia. O Helton Zeferino disse aos Deputados o seguinte, perguntado se foi ele que ordenou o pagamento antecipado: “Não. A Secretaria... volto a dizer pro senhor, nós só temos que deixar claro as coisas, aconteceu o pagamento antecipado? Não. Na verdade, não foi nem pagamento antecipado, nós tivemos uma nota certificada, uma nota certificada com a... descrição de um equipamento que sequer chegou. Então aqui nós temos, é, nesse momento aqui nós temos um processo de fraude, né?” Estou lendo *ipsis litteris*, né? “O senhor sabe disso, o senhor que é advogado, o senhor sabe disso, isso aí é uma fraude.

Então, a partir do momento que alguém certifica algo que não chegou, nós temos aqui não é pagamento antecipado, isso é uma fraude.

E, segundo, lembrando que... qual é a assinatura do Secretário nesse processo? Qual é a participação do Secretário? A partir do momento que eu saio de uma dispensa de mais de 5 milhões... por isso ela passou no gabinete, e o senhor mesmo já colocou, outros pagamentos antecipados aconteceram, e aconteceram realmente, e sequer passaram pelo gabinete.” No caso gabinete, o senhor (*dirige-se ao senhor Helton de Souza Zeferino*) se referia ao gabinete do Secretário.

(O senhor Helton de Souza Zeferino faz que sim com a cabeça.)

“Então nós não temos em momento algum deste processo autorização para pagamento antecipado. Isso não aconteceu. O que aconteceu foi decisão de alguns... algumas pessoas que resolveram pagar esse, esse processo de forma antecipada. Mas não que foi autorização do gabinete, isso é uma inverdade, isso não aconteceu, em momento algum do processo está descrito.”

(O depoente Douglas Borba conversa com seus advogados.)



Eu perguntei: “Tá. Mas quem deu essa autorização para o pagamento antecipado?” e o senhor respondeu, senhor Helton: “Pelo que nós temos nos autos, pelo que nós temos nos autos, os senhores também já tiveram acesso, o que nós temos aqui é uma situação de um processo de pagamento, onde nós temos um pedido da servidora Márcia e temos aqui uma assinatura nessa nota fiscal da servidora Márcia, que encaminha pro pagamento.”

E, por fim, eu perguntei à servidora Márcia Regina a respeito desse pagamento antecipado, se ela sabia do processo de compras, e ela respondeu: “Eu sabia do processo de compras? Eu sabia. Eu sabia que o pagamento era antecipado? Todos sabíamos. Eu vou dar o nome de três pessoas que sabiam diretamente ao meu lado: Secretário Helton, a Márcia, Zé Florêncio, Gerência de Orçamento, Comandante lá do Corpo de Bombeiros e o Tiago também. Toda a estrutura foi montada (...).” E etc., e a senhora fala da Secretaria da Saúde.

(O senhor Douglas Borba conversa com seus advogados.)

Muito bem, então eu preciso esclarecer isso aqui. O Secretário Helton diz que não deu ordem de pagamento, a senhora *(dirige-se à senhora Márcia Regina Geremias Pauli)* disse que deu ordem de pagamento, então é preciso que vocês esclareçam isso para a CPI.

A senhora Márcia com a palavra.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gostaria de esclarecer que depois de uma intensa pesquisa que eu fiz sobre os pagamentos antecipados de 2019, eu constatei que o rito para o pagamento, tanto antecipado como ordinário, ele não se alterou durante o... a... a crise, durante o período da Covid, ele manteve-se o mesmo, certo? Então a instrução daqueles processos que decorrem estritamente no... na Coordenadoria do Fundo, que é diretamente subordinada ao gabinete do Secretário Helton e não à Márcia, não à Superintendência, Coordenação do Fundo com as suas Gerências são subordinadas ao gabinete do Secretário Helton, não é subordinada à SGA. Esse rito não alterou, isso eu constatei. É o mesmo rito, seja pagamento antecipado ou pagamento ordinário, o rito permaneceu o mesmo, e foi assim que decorreu.

É... de acordo com as delegações que o senhor próprio já mencionou, Portarias 532 e 533, portaria de delegação cujo Secretário Helton, em 2019, assim definiu, publicou, esta delegação, como já foi dito, até 5 milhões a autorização pra que eu assine as dispensas de licitação para contratar, eu tenho autonomia até 5 milhões; a partir dali o ordenador primário é que tem a autonomia.

É... outra questão que eu gostaria de colocar, como eu já mencionei há pouco, foi o processo que eu já coloquei e também o depoimento da bombeira militar, dona Fernanda, tá certo?

É... outra informação importante é que o pagamento antecipado ele foi condição mínima pra evolução da proposta. A Superintendência ela não originou a compra, ela não negociou a compra e ela não pagou. Na negociação já estava colocado pelo fornecedor condição mínima para a proposta ao pagar, a frase, né: pagando, as peças já chegam entre 5 e 7 de abril *(lê seus documentos)*.

Em sua coletiva, juntamente com Governador, o Secretário Helton, no minuto 29 e 46 segundos: o Governador já informou a vocês, temos em processo de aquisição mais de 76 milhões, esses 76 milhões envolvem EPIs e equipamentos pra UTL. Temos a previsão já de entrega dos ventiladores na primeira semana de abril, entre 5 e 7, o que perfaz aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora tem a data?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 30/3/2020, minuto 29 e 46 segundos, o que perfaz aí uma compra de mais de trezentos ventiladores – aí ele se referia a duzentos, estes investigados, e mais cem da Intelbras, mesmo *modus operandi*.

(O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.)

Primeiro negocia, define, após exe... manda executar a compra. Sempre foi esse o *modus operandi* do Secretário Helton.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então a senhora confirma aos membros da CPI que a ordem para pagamento foi do Secretário Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. Por um limite de valor, a autonomia era dele; a execução, o apertar do botão, Cofes e suas Gerências, execução operacional; autorização só pode ser do Secretário Helton, não pode ser de mais ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado.

Secretário Helton, o senhor gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

Bom, senhores Deputados, é... eu acho que é importante a gente resgatar um pouquinho do que aqui já se passou inclusive, até pra que a gente tenha clareza dos fatos. Bom, então vamos é... primeiro nos debruçarmos sobre algumas coisas que já vinham acontecendo na Secretaria (*folheia documentos*).

Eu tenho comigo aqui três processos, três processo de dispensa de licitação abaixo de R\$ 5 milhões – esses aqui são três de cerca de nove que aconteceram. Nesses processos, vamos pegar por exemplo aqui uma compra de cardioversores, são equipamentos que dão descarga elétrica pra recobrar é... movimento cardíaco de pacientes. Nesse processo resultou uma Dispensa de Licitação 764, valor: R\$ 984 mil, ou seja, até o limite de R\$ 5 milhões; forma de contratação – todas as dispensas têm esse texto: a presente dispensa de licitação será efetivada por meio da emissão de ordem de fornecimento. E por que da ordem de fornecimento? Porque de acordo com a 8.666, artigo 64, a ordem de fornecimento ela se equivale a um contrato administrativo.

Bom, temos a assinatura da senhora Márcia neste processo no dia 31 de março, às 17h.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, Secretário, me permite só um...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Já, já vamos chegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque a gente já sabe que acima de 5 milhões ela tinha autonomia...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, não. Mas por que eu estou falando isso, Deputado? Já vou chegar, tá aqui na ordem de fornecimento.

A ordem de fornecimento que foi emitida desta compra, ela tem um destaque importante, a empresa solicita pagamento antecipado. Está aqui, está descrito aqui. Então, ou seja, a ordem de fornecimento, que é o meu contrato administrativo, ela já cita pagamento antecipado. Foi feito pagamento antecipado dessa nota? Sim, foi feito.

(O advogado Giancarlo Castelan fala com o senhor Douglas Borba.)

Esse pagamento foi feito, ordenado, foi... na verdade emitida a ordem bancária no dia 2 de maio... de abril e este equipamento ele adentra ao nosso almoxarifado no dia 13 de maio.

Mais um processo, camas hospitalares. DL 675, valor de R\$ 242 mil, também assinado pela servidora Márcia, agora lá no dia 20 de março. Importante, a empresa é... a Ordem de Fornecimento 313 a empresa informou forma de pagamento à vista. Então tá no trecho já da... da ordem de fornecimento que este pagamento é a vista, R\$ 242,9 mil. Nota fiscal emitida, lá no dia 23 de março, assinada pela servidora Márcia no dia 24, ordem de fornecimento no dia 2 de abril e adentrou no nosso almoxarifado posteriormente a isso – eu não tenho aqui a data exata, porque esse pro... essa folha aqui eu acabei perdendo, mas se os senhores precisarem eu posso acostar aos autos.

Compra de ventiladores pulmonares. Primeira compra, né, tão é... a tão badalada compra da Edera, Araranguá.

(A senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça.)

Nós temos aqui o processo então do... que foi autuado lá no dia 18 de março, temos uma ordem de... uma Dispensa de Licitação 670 com duas ordens de fornecimento, uma de 1



milhão 253 mil e uma de 2 milhões e 200 mil, que perfaz aqui um total de 3 milhões 453 mil, foi assinada pela senhora Márcia no dia 19 de março e a Ordem de Fornecimento 304 e 305, que são as duas... 304 e 305, que são as duas ordens que foram emitidas... é...

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Importante, a empresa informou que o pedido era à vista. Está aqui, na ordem de fornecimento consta isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor, é que é o seguinte, o senhor tem que aproveitar o tempo para falar especificamente... Já compreendi.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas eu tô, mas eu tô aproveitando, Deputado. O que eu quero dizer é só, só pra gente ter uma estraté... uma ideia de como é que estavam sendo os processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, falando especificamente do Processo 37.070... Posso continuar? 37.070, então nós temos aí a emissão, o encaminhamento para o gabinete do Secretário da DL 754, essa DL ela vem acompanhada de um parecer jurídico, esse parecer jurídico ele não fala em momento algum de pagamento antecipado, ela faz a mesma citação, forma de contratação: será efetivada por meio da emissão de ordem de fornecimento.

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.)

A Ordem de Fornecimento 343, que foi emitida referente a esta compra, ela fala em prazo de entrega, ela fala em condições de pagamento, ela fala local da entrega, que essa entrega tem um cronograma de pagamentos de cem unidades até o dia 5... de entre 5 e 7 de abril e mais cem unidades até o dia 30 de abril, e ela não faz menção em momento algum ao pagamento antecipado ou pagamento à vista.

Bom, é... continuando *(continua lendo documentos)*. Quando nós pegamos esse processo é... que se tornou público, que foi é.. construído pelo Gaeco e Polícia Civil, é... como eu já citei, mas volto a reforçar, já no dia 27 de março o senhor Fábio é... faz uma comunicação com a senhora Márcia e já começa a cobrar pagamento, dia 27 de abril, desculpe, de março, dia 27 de março sequer nós tínhamos parecer jurídica, o parecer jurídica desse processo é do dia 29 de março e no dia 27 ele já estava cobrando pagamento.

No dia 31, então eu tenho a assinatura desse... dessa ordem de fornecimento no dia 30 de março, às 14h37min. No dia 31 de março o senhor Fábio é... às 14h52min encaminha uma mensagem pra senhora Márcia onde ele coloca, ele fala, né, a respeito da nota fiscal, é pra ela levar, o... fala para a Márcia levar... Desculpe, a fala dele é: pra levar a nota fiscal para o José Florêncio. E ele diz assim, isso aí eu coloquei entre aspas porque foi a fala dele: faz ele fazer o pagamento e me dá essa ordem por aqui.

Então, ou seja, nós tínhamos aqui neste dia 30 a minha assinatura de ordem de fornecimento que não se relacionava à pagamento antecipado. Nós temos o dia 31 onde ele, através de mensagens de telefone, ele praticamente dá uma ordem aqui, né: faz ele fazer o pagamento e me dá essa ordem aqui. Que é a ordem de pagamento.

Nesse lapso temporal aqui nós temos uma emissão de uma nota fiscal ou de duas notas fiscais, né, nós temos duas notas de 16 milhões e 500 mil, que na conversa que nós estivemos aqui ou o que se presencia pelo menos nos autos que o Gaeco produziu, nós não temos em que momento essa nota fiscal ela foi pedida. Quem pediu a emissão da nota fiscal? O que eu sei é que às 14h52 ele faz a menção ou quase que a determinação para que ele... pra que a senhora Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele quem?



O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Ele o Fábio, o Fábio Guasti. Ele faz quase que uma determinação pra que esse pagamento seja realizado. Estas notas fiscais elas foram emitidas no dia 31, às onze e trinta e sete da manhã, então alguém, né, nós temos que isso... pra que nós possamos esclarecer isso, alguém solicitou essas notas fiscais pra ele (*o senhor Douglas Borba conversa com seus advogados*). Quem pediu essas notas? Essas notas chegaram através de que *e-mail*, ela veio através de *e-mail*, ela veio através de um WhatsApp, ela veio?... Qual foi o meio que essa nota ela chegou é... na Secretaria?

Ã... é importante também relatar que nós tivemos... algumas conversas, algumas conversas que estão nesse processo também que são importantes, até pra gente esclarecer esse... essa situação. É... como eu disse, então no dia 27, página 140 desses autos, nós temos a pressão... o primeiro início de pressão no sentido de pagamento antecipado. No dia... na página 144 dos autos do Ministério Público nós temos aquela quase que determinação, ó, leva a nota lá pra ele pra que ele pague e me manda a ordem por aqui. Na página 148 desses mesmos autos tem uma fala da senhora Márcia onde ela se refere, né, da seguinte forma: o Secretário está sobrecarregado, eu preciso blindar, mitigar os problemas; quando as coisas fogem do controle, a sensação de incompetência bate. As coisas fogem do controle... o que fugiu do controle?

(*O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins conversa com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.*)

Página 154, figura 41, uma fala da senhora Márcia também: nós perdemos tempo, tomamos decisões desamparadas de rito com as garantias de entrega que não ocorreram; estou comprometendo a assistência, estou comprometendo a assistência, sou muito incompetente, fica a lição.

(*O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, o senhor me permite?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu preciso compreender que a Márcia tinha poderes para poder fazer isso.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, é... só pra gente entender. É que nós temos um processo que ele é, é, é, ele acontece independente do órgão ao qual nós estejamos. A gente não pode confundir momentos do processo administrativo. O processo administrativo ele tem um ato que é autorização de abertura do processo, de compra, né, vamos falar de compra, especificamente de compra, até R\$ 5 milhões, seja ele uma licitação, seja ele uma dispensa de licitação, é... uma ata de registro de preço, a superintendente ou o superintendente de Gestão Administrativa ele tem delegação pra tal. Acima de R\$ 5 milhões, todo ato de compra, todo ato de licitação, todo ato de ata de registro de preço, obrigatoriamente ele passa pelo gabinete do Secretário, pra que o gabinete... que o Secretário olhe esse processo, autorize o seguimento desse processo de compra, ele retorna pro setor competente.

Quando nós temos uma... uma compra, seja ela qual for, acima de R\$ 5 milhões, vamos imaginar que eu comprei é... luvas, essa luva é uma ata de registro de preço. A partir do momento que é celebrado esse contrato, ele volte novamente pro gabinete do Secretário, por quê? Porque tá acima de R\$ 5 milhões. Esse é o rito normal da Secretaria, mas mesmo esta compra de luvas, compramos, sei lá, R\$ 20 milhões em luvas. O Secretário, a partir do momento que ele assine o contrato, não é o Secretário que recebe uma nota fiscal, não é ele que recebe uma nota fiscal que é encaminhada pro setor competente, e aí nós temos que ver qual é o setor competente, dependendo da compra ela pode ir pruma unidade hospitalar, dependendo da compra ela pode ir pro centro de distribuição, enfim, nós temos algumas estruturas dentro da Secretaria.



Mas, efetivamente, efetivamente, aquela compra lá, vamos pegar um exemplo, um exemplo clássico aqui, né, R\$ 16 milhões, respiradores. Nós tínhamos aqui uma... uma... uma dispensa de licitação que já referia lá na dispensa de licitação pra onde iria, aonde seria a entrega desses equipamentos; a entrega desses equipamentos seria no nosso almoxarifado. Está lá, a ordem de fornecimento já diz, endereço de entrega, e cita lá o endereço nosso, do almoxarifado. Quando ele chega lá, esta... esse equipamento, seja ele qual for, no caso aqui os respiradores, alguém vai pegar essa nota fiscal, vai conferir se... bom, aqui tá falando é... ventilador pulmonar para cuidados intensivos com PIP mínimo de 30.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que... Secretário Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Fala... Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu fiz uma pergunta para o senhor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se ela tinha condições de ordenar esse pagamento sem que ele passasse pelo senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela tinha condições?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que tinha?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Tanto ela como qualquer um no almoxarifado, por quê? Porque nós já temos uma despesa que foi realizada. Essa despesa realizada ela só faz agora o quê? Quem recebe o equipamento, ele confere se esse equipamento ele tá adequado ou não, uma vez estando adequado, rito, rito, é se autua um processo, esse processo uma vez autuado a nota fiscal ela é incluída no processo, essa nota fiscal ela é assinada no Sistema de Gerenciamento de Processos Eletrônicos, SGPE (*a senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que não com a cabeça*). Uma vez que se assine essa nota, uma vez que a nota esteja assinada, essa nota ela precisa ser incluída no Sigef, que é o sistema financeiro, que necessariamente não vai ser incluída pela pessoa que assinou. Por quê? A pessoa que faz a inserção desse documento lá no Sigef ela apenas ela vai conferir, bom, se aquele... se eu tenho uma nota fiscal onde alguém aqui está certificando, através da sua assinatura, que esse produto ele está entregue, eu vou incluir no Sigef.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, em resumo, o senhor entende que uma vez certificada a nota fiscal pela servidora Márcia, de que o produto foi entregue, ou supõe, o departamento financeiro vai fazer o pagamento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom...

Um outro ponto que eu... A Márcia afirma e o senhor Douglas indicou o Leandro Barros para todos os... para tratar dos respiradores.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Presidente, eu gostaria, numa questão de ordem, de requerer a vossa excelência que permitisse que a nossa cliente se manifestasse sobre a resposta do Secretário Helton, uma vez que se ela receber um outro questionamento envolvendo contradição com o Secretário Douglas, ela terá que enfrentar duas respostas, e isso pode confundir a honrada Comissão Parlamentar.

Por isso requero a vossa excelência que a Márcia primeiro responda o questionamento envolvendo a manifestação do Secretário Helton.

O SR. NOEL BARATIERI — Questão de ordem, senhor Presidente.



Então se for deferida, nós queremos tempo, uma réplica para... que cada um tem o seu tempo, a dona Márcia pôde expor, o ex-Secretário pôde expor, então é igualdade de tratamento. Não há como deferir mais prazo pra dona Márcia continuar falando.

Questão... foi levantado os ponto, cada um pôde fazer a sua sustentação...

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor pode tirar a máscara, fica mais fácil para a gente entender.

O SR. NOEL BARATIERI — Então, Presidente foi dado o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. NOEL BARATIERI — ...a dona Márcia pôde falar, o ex-Secretário pôde falar, então agora vamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos, vamos...

O SR. NOEL BARATIERI — Se for dado mais tempo, nós também, a defesa está pedindo mais tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos estabelecer então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vamos definir o seguinte: dois minutos para cada um deles...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Senhor Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que seja feito, até porque... é uma questão de tempo, tá, não de...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Sua excelência, eu compreendo, mas por uma questão de ordem também, eu quero interferir, senhor Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.
[Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS — Não se trata de réplica ao que a dona Márcia disse, porque o senhor Relator formulou um novo questionamento ao Secretário Helton, ele falou sobre um fato diferente, e por isso que a senhora Márcia tem o direito de contrapor-se àquilo que o Secretário Helton acabou de trazer notadamente, porque são dados e informações novas.

O SR. NOEL BARATIERI — Excelência, questão de ordem, não há nenhum fato novo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um minuto, doutor...

O SR. NOEL BARATIERI — ...a questão é sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um minuto, doutor... doutor...

O SR. NOEL BARATIERI — ...ele autorizou ou não o pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor...

O SR. NOEL BARATIERI — ...essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu já entendi.

O SR. NOEL BARATIERI — Tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. NOEL BARATIERI — Não há nenhum... nenhuma pergunta nova *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A senhora tem dois minutos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria...



O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Senhor Presidente, uma questão de ordem. O Secretário Helton falou muito mais que dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – ...e o tema que ela vai abordar levará mais do que esse tempo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acredito que todos os outros Deputados ali vão abordar em torno desse tema, né? Então se ela, de forma bem pontual, puder dizer na oportunidade que ela tiver, ela vai ter a oportunidade de ficar o tempo que ela considerar necessário.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Eu peço, senhor Presidente, que seja registrado meu protesto, no sentido de que ela tenha o mesmo tempo, no mínimo, que o senhor Secretário Helton se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está registrado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nos processos relacionados pelo Secretário Helton em que houve o pagamento antecipado abaixo de 5 milhões, todos foram entregues, é, esqueceu de colocar isso. O pagamento antecipado foi feito... eles foram entregues. É... aquele processo... é... a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Viu, dona Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – São dois minutos, mas não é uma... algo assim, que é desesperador.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, eu não preciso falar tão rápido. (Ri.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ficar tranquila, tá? Aqui...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tá.

O Secretário, também no relato dele, ele colocou ali algumas partes da fala, né, que tava lá na conversa do WhatsApp, porém ele omitiu uma parte importante, em que no momento em que o Fábio questiona do pagamento imediatamente eu passo o contato do... do José Florêncio. Isso ele omitiu ali durante a, o relato dele, tem isto lá também. No meio daquela conversa, que ele acabou de relatar, tem eu passando: ah, pagamento? Fala com o Zé Florêncio. E passei o contato do Zé Florêncio.

Outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode falar calmamente mesmo, tá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Como eu falei, se precisar estender os dois minutos ali...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O.k. Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até porque a taquígrafa ali não consegue acompanhar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, perdão. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá, bom?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Outra questão, é o seguinte, é... e lá, e também, tem uma... menção do José Florêncio... Fábio faz uma exigência, está nos autos, Fábio... na folha 17, Fábio faz exigências a José Florêncio, é... pressionando ele sobre o pagamento. Então não foi só a Márcia, né, pressionou o José Florêncio, está nos autos também essa comprovação da, da pressão do Fábio no José Florêncio, também via WhatsApp, também telefone. É isso que eu gostaria de mencionar.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ex-Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, só pra... é, pra também registrar, que... o José Florêncio ele recebe o contato... ou é encaminhado o contato dele é... para o senhor Fábio, conforme folhas 29, é... no dia 31 de março. É... e a partir daí então ele tem o contato do José Florêncio. Até então, do dia 27 em diante, que é quando começa a pressão, é... as conversas elas acontecem entre a senhora Márcia... José Florêncio ele entra no dia 31 de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ficou claro, Deputado Ivan Naatz? Vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado. Nós vamos ouvir aqui o José Florêncio na próxima terça, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quinta-feira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, quinta é feriado. Próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, é. Terça-feira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos ouvir o José Florêncio aqui para esclarecer esses fatos.

Bom, a Márcia afirma que o senhor Douglas indicou o Leandro Barros para tratar dos respiradores, interagindo entre os compradores e a Secretaria da Saúde. Eu preciso saber por que... que critérios... Eu não compreendi muito bem, dentro dos depoimentos que vocês fizeram há uma contradição, porque o Douglas disse aqui que não indicou o Leandro Barros e nem... mal conhecia o Leandro Barros, falou que não indicou ele, que simplesmente passou uma mensagem no dia 22 e isso se... isso ficou por ali, nessa mensagem. Foi o que o Douglas Borba disse ao final, inclusive, nos seus esclarecimentos finais aqui, quando falou com a CPI.

Eu perguntei, a respeito do seu Leandro Barros à Márcia Pauli: qual é a pressão que a senhora sentia? E a senhora Márcia respondeu o seguinte: “É sim. O Secretário Douglas era uma... sempre foi uma pessoa que falava em nome do governo, e aí a gente tinha que dar total é... prioridade.

O Leandro, ele sempre para nós, foi esse articulador entre os fornecedores, é... apoiando o que o Secretário Douglas tinha de intenção de fa... de fomentar, né, de fazer aquele fomento, seja em testes rápidos, respiradores. Ele, entre os fornecedores e o Estado, ele era essa pessoa articulando pra que a gente impulsioneasse, então, os nossos processos.”

Então eu falei para a senhora: “Senhora, o Leandro disse aqui para a CPI que ele nunca fez negócios com governo.” Aí a senhora responde: “É, eu tive a oportunidade de escutar também.” Mais tarde eu pergunto para a senhora: “É ele disse que nunca fez negócios com governo, nunca vendeu, nunca... Interessante, então ele surgiu assim como...”. E a senhora disse o seguinte: “É, ele sempre fez essa articulação, né, os fornecedores estavam aqui, o Leandro estava aqui no meio, e o Secretário Douglas o colocou em total interação conosco naquela, naquela influência.”

(O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.)

O Douglas negou essa informação, disse que não tinha nenhuma interferência dele com o Leandro Barros. Depois o Douglas, em depoimento, disse aqui para a CPI: “Eu fiz a indicação ou fiz o encaminhamento dos... do senhor Leandro de Barros no dia 2 de abril para tratar especificamente da questão de EPis.” Então eu disse: “Não, não. Dia 22 o senhor já mandou uma mensagem apresentando ele, dia 22 ou dia 23. Dia 22... O senhor apresentou ele dia 22, nós temos uma mensagem.” E o Douglas disse o seguinte: “Não, se buscar a mensagem, Deputado, me permita aqui corrigi-lo ou então trazer a verdade. Se mostrar a mensagem, que é comparativa, não sei se tem pra colocar, se colocar aquela mensagem ela traz um protótipo que eu encaminhei, e aí a mensagem que eu digo o seguinte: ‘Leandro falará



com você'." A senhora responde: "Já estamos em contato." Foi o que o Douglas disse aqui para nós.

O Douglas também disse para nós que não é verdade que as duas... o Douglas disse o seguinte... Eu perguntei: Douglas, o senhor confirma o contato com o Leandro Barros no dia 23? E ele disse para mim o seguinte: "Não, a verdade são as... as... as duas são verdades. O Leandro vinha em contato comigo, na verdade me procurou já lá no começo é... lá no dia 20, 21, 22, não lembro, e foi naquele momento que eu... que eu canalizei pra Márcia, né, e a Márcia disse: nós já estamos em contato. Ela já estava em contato com o Leandro."

Muito bem, o Douglas nega que tenha apresentado, senão aquela mensagem do WhatsApp. Eu pergunto ao senhor Douglas Borba: o senhor confirma esses fatos, porque eles são negados pela Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA – Pois bem, Presidente, é, confirmo e vou tentar deixar um pouco mais claro pra... pra que seja de compreensão de todos, né?

É, primeiro lá no dia 22, é, de março, o Secretário Helton, que era o coordenador do Grupo Gestão de crise, encaminhou uma mensagem para todos nós que compúnhamos esse ge... esse comitê de gestão de crise, é, dizendo que o Estado estava com dificuldades de adquirir uma série de equipamentos, uma série de produtos, uma série, enfim, estava aquele momento tumultuado no mercado, como todos nós sabemos que aconteceu naquele interstício de tempo.

A partir daí, é, e isso também está comprovado aqui, essa mensagem que foi encaminhada lá, a partir daí eu solicitei ao Secretário Helton com quem nós deveríamos reportar ou a quem nós deveríamos reportar as propostas que chegavam de todo lu... de todo lugar, é... como dito por todos, é... nesse, nesse, nesse processo. Todos os depoimentos, mais de quarenta depoimentos, é, tomados já pelo Deic, diziam que as propostas vinham de vários Secretários de Estado, vinham de fornecedores, vinham de tudo quanto é lugar.

Pois bem, é, naquele momento o Secretário Helton optou, obviamente, por canalizar na pessoa responsável ou no setor responsável pelas compras do Estado que é, da Saúde, que é a Superintendência de Gestão Administrativa. A partir dali eu já tinha, é... alguns contatos que já haviam me procurado e que eu não tinha dado vazão ou que eu tinha dado vazão ao Secretário Helton, e a partir daquele momento, ao invés de direcionar essas propostas ao Secretário Helton eu passei então a direcionar à, é... servidora... é... servidora Márcia.

O Leandro foi mais um destes contatos, é aí que eu quero chegar, não foi o único. E eu trago aqui (*consulta seus documentos*), vou juntar também a vossas excelências aqui, é, trago não só o Leandro, trago o Cacá Pavanello, lá de Jaraguá do Sul, que tava produzindo máscaras, que me mandou mensagem, acho que o Deputado Milton deve conhecer, ex-Vereador de Jaraguá do Sul, um grande empresário da cidade de Jaraguá do Sul. É... também, é... um telefone aqui, código 79, era assim que a gente recebia, senhores, ó (*mostra o documento*), chegava no meu telefone, meu telefone era público, chegava assim o telefone, daqui a pouco 79, código 79, não sei nem de onde é, encaminha à servidora Márcia. Daqui a pouco chegava, é, proposta da Exgen, posposta não, protótipo, encaminhava. Chegava também Leo Byrro, proprietário da Cremer, ali de Blumenau, Deputado Laércio deve conhecer, proprietário da Cremer, empresa catarinense aqui, também mandava. É... pra citar alguns, né? Cacá Pavanello, como já falei, BM Import Export também, oferecendo ventiladores, oferecendo *kits*, oferecendo... enfim, o que mais que temos aqui... ou seja, uma série.

O que que acontecia, Deputado? O Leandro foi mais um destes que procurou a mim, porque me conhecia. De fato, né, já disse qual é a relação, eu de fato tenho uma relação pessoal, de uma pessoa que mora em Biguaçu, que é uma cidade pequena, é uma cidade que a gente ainda conserva os valores, é, da proximidade de todos que moram no mesmo... na mesma cidade. Tenho uma relação cordial com o Leandro, de fato, tenho um relacionamento



pessoal, é, com o Leandro, mas nunca negocia com o Leandro. Ele era mais um dos fornecedores que se apresentou. Como todos outros que eu narrei aqui, eu fiz o encaminhamento pra onde o próprio gestor da crise ordenou que fosse feito, que era a Superintendência de Gestão Administrativa.

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.)

A partir do momento que eu canalizo esses contatos, esses protótipos pra Superintendência de Gestão Administrativa, do caso dos respiradores, eu saio de cena, tanto é que eu não converso sobre respiradores... aliás, eu não converso sobre nada com a servidora Márcia do dia 25 de março ao dia 1º de abril, isso tá também nos autos e consta no nosso histórico de conversa.

Aquela semana, que foi a semana, coincidentemente foi a semana da aquisição desses duzentos respiradores, nós não conversamos, nós... não trocamos nenhuma mensagem, nenhuma ligação, nós simplesmente não nos falamos. Então, é... é... eu confirmo, né, confirmo o que eu já disse aqui, mais uma vez eu digo a minha versão não mudou desde o início disso tudo, né? O Leandro foi, sim, mais um, mais uma das pessoas que eu encaminhei para o setor competente, que é a superintendente... a Superintendência de Gestão Administrativa.

É, e é importante, pra finalizar a minha parte, é importante dizer que encaminhei aquele protótipo, que tá aqui (*mostra o documento*), que é um protótipo da Vent-Logos, no dia 22, protótipo da Vent-Logos, de um produto que sequer... e aí eu fiz questão de comparar com o descritivo do que a Saúde precisava, tecnicamente eu não entendia, mas agora eu aprendi... estou entendendo um pouco sobre respirador. Esse protótipo, que eu mandei, sequer atende às necessidades do Estado naquele momento, porque esse respirador aqui, que eu enviei, que foi um protótipo que eu recebi e enviei, é um ventilador de transporte, de uma marca Vent-Logos S-21, né? Totalmente diferente do respirador adquirido pelo Estado, né, que é de marca diferente, que é, enfim, que, que, que não é, de fato, nenhum dos protótipos que eu encaminhei.

Então pra ficar claro que, é... sim, é, é, eu passei o contato de... eu perguntei pra Márcia, é... eu, eu disse a Márcia, no dia 22, se o Leandro... que o Leandro faria contato com ela, ela disse: Já estamos em contato. A partir dali, é, eu não passei o contato do Leandro pra ela, porque eu disse, ah, se já estão em contato, deixa eles em contato. Como eu disse, é mais um fornecedor, deixa lá... a avaliação técnica, a escolha, é da Secretaria de Estado da Saúde.

E aí num segundo episódio, lá no dia 2 de abril, narrado, é, é, por vossa excelência, Relator, aí eu nem lembrava mais (*ri*) que o Leandro já estava em contato com ela e no episódio do EPI eu passo o contato do Leandro pra ela, pra tratar da questão do EPI, que aí é, é outra situação e não a dos respiradores.

Espero ter esclarecido, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria só de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Você compreendeu bem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A minha pergunta, a fala...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, perfeitamente.

Eu gostaria de... manifestar que não muda, né? Na verdade o Secretário Douglas ele afirma que realmente ele passou o contato e... a partir dali o Leandro passa a fazer a... os contatos conosco. Então ele, no meu ponto de vista, ele confirmou tanto a passagem dos prospectos quanto o contato do Leandro (*o senhor Douglas Borba faz que não com a cabeça*) e isto só confirmou, não muda em nada o que eu coloquei e a minha afirmação continua.



É, gostaria de fazer um... ressaltar que foi com a permissão do Secretário Helton que o Secretário Douglas age... né, com... se veio pra... em contato com a SGA, com a SES, com essa interferência e com esse poderio que ele representa, como Secretário Chefe da Casa Civil, um homem do governo, um *staff* do governo, com essa autoridade.

Gostaria de mencionar o que o Secretário Helton falou em seu depoimento, se me permitem, rapidamente: (*lê*) Aos 32 minutos, no Ministério Público, o Secretário Helton expressou: decisão de governo. É... faz subentender que o Governador já havia sido consultado. Aos 33 minutos, Secretário Helton declara: É possível supor que a indicação do Chefe da Casa Civil, pra SGA, pra superintendente, era tido como encaminhamento necessário, pois o servidor entende que é decisão a ser cumprida. O Secretário Helton diz isso em seu depoimento ao Ministério Público.

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

Este... esta era o... este era o efeito de uma indicação do Secretário Helton, que foi colocado pelo Secretário, é, perdão, do Secretário Douglas, que foi colocado pelo Secretário Helton em contato comigo, como o Secretário Douglas acabou de afirmar.

Outra questão, quando o senhor coloca, é... desculpe, senhor Douglas, é... que repasse os fornecedores tem um ali, o senhor acabou de manifestar: Um até era de 79. Responsabilidade, responsabilidade, é, que nós deveríamos ter e não nos colocar à exposição daquilo que desconhecemos. É isso que eu gostaria de colocar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que eu tenho... desculpa...

O SR. NOEL BARATIERI – Presidente, questão de ordem, Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desculpe. Desculpe, senhor Douglas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga, doutor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desculpe, senhores.

O SR. RELATOR (Deputado Ivan Naatz) – Só um minutinho, só um minutinho, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode ir falando.

O SR. NOEL BARATIERI – Excelência, como o nome do meu cliente foi citado, eu tô pedindo, então, uma... pra que... o meu cliente possa também se manifestar acerca da... da exposição da senhora Márcia que cita o Secretário Douglas (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, isso é uma acareação e em dado momento todos eles serão citados durante todo o tempo eu acredito...

O SR. NOEL BARATIERI – Mas tem um ponto, excelência, que foi... que foi citado. Então se o senhor não quiser, eu gostaria que constasse em ata, né, essa... esse seu indeferimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, tão logo ali, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não é importante, eu não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...ele conclua a pergunta dele. E detalhe, não tem... eu não vejo relevância, até porque como é uma acareação, todos vão citar o nome de todos aqui durante todo o tempo.

O SR. NOEL BARATIERI – Excelência, eu vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu não estou entendendo o senhor.

O SR. NOEL BARATIERI – Com perdão, excelência, eu vejo relevância no seguinte... por que? O Secretário Helton, o ex-Secretário ele passou o sentido republicano, honesto, ímpar, o... ela era representante da SGA, superintendente e tal, não passou com nenhum... malícia, que não... e é isso que ele quer esclarecer...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI – ...que isso é importante para... que a sociedade catarinense tome esse conhecimento.

Então se ela depois... fez tratativas ilícitas, como está comprovado, daí o... ela que tem que assumir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, isso aí é uma suposição do senhor também, que conste em ata também. Conste em ata também a colocação do senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem falou?

O SR. NOEL BARATIERI – Bom, isso é o Gaeco que fala...

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Uma questão de ordem, eu requeiro que seja retirada dos registros desta Comissão a afirmação do meu nobre colega, doutor Noel, que acaba de afirmar algo que sequer a CPI ainda concluiu.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, isso não vai se transformar numa discussão entre advogados.

Eu já to... eu deixei isso claro no início da reunião, tá? Se quiser pegar o seu cliente orientar ele lá, para que ele retorne aqui, mais tarde depois da pergunta do Relator, assim que concluída, ele vai ter o tempo dele, que eu já falei que sim, eu já disse que sim, só que é preciso que se conclua a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente...

O SR. NOEL BARATIERI – Só pra fechar *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por gentileza...

O SR. NOEL BARATIERI – Viu, excelência, só pra terminar. Faço questão que faça o registro da minha fala. Tudo que eu tô falando aqui assino embaixo, tá, excelência?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está registrado.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Senhor Presidente, respeitosamente eu peço a palavra. Estou em silêncio até agora aguardando a autorização de vossa excelência, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Muito obrigado, excelência.

É... num plano de igualdade, é, considerando a situação anterior em que foi permitido que houvesse aqui uma manifestação, é... se não estou enganado, da... do ex- Secretário Helton em relação à fala da senhora Márcia, eu pediria também que desse plano de igualdade também fosse permitido ao meu cliente, o Douglas Borba, se manifestar a respeito da última fala da senhora Márcia, evidentemente assegurando a ela, se assim vossa excelência entender também necessário, por um princípio de paridade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O mesmo direito que for estendido aos demais vai ser estendido ao cliente do senhor também.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Então eu requeiro a vossa excelência que, por gentileza, conceda a palavra ao meu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas é necessário que ele conclua a pergunta...

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e que se tenha também o entendimento de todos que a gente está em três testemunhas.



O SR. GIANCARLO CASTELAN – Não, mas a respeito da última fala, excelência, da última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu tenho esse entendimento (*ininteligível*) vai ser considerado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Questão de ordem, vossa excelência.

O SR. GIANCARLO CASTELAN – Vossa excelência, entendeu?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy Nunes, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só gostaria de dizer... eu sei que é a primeira vez que acontece na história da Assembleia Legislativa uma acareação. Eu tomei o cuidado, senhor Presidente, de assistir algumas acareações que tomaram... e que fizeram parte lá no Congresso Nacional, entre elas o doleiro Youssef e a outra sobre o petróleo.

E lá, a conversa era dos membros da CPI com os acareados. Ponto. Os advogados lá não pediram questão de ordem, não falaram, até porque eu concordo quando vossa excelência diz que quando o advogado quer falar, pega e fala. Por quê? O que eu estou percebendo aqui é que daqui a pouco, e com todo respeito aos advogados que estão aqui, isso daqui vai virar um tribunal do júri, e nós não somos justiça. Isso aqui é uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então eu entendo, senhor Presidente, que não é de agora, mas lá da... eu entrei na última semana e o que eu vejo é que há uma ascensão, inclusive, dos advogados dos depoentes, em querer se manifestar mais do que os próprios depoentes. Eu entendo que é por bem, até porque nós estamos com, Deputado Milton, toda Santa Catarina querendo saber e eles estão querendo ouvir os três, com todo o respeito, não os advogados, estão querendo ouvir os três. E o que está acontecendo, Deputado João Amin? Nós estamos ainda na pergunta dos relatores, nós todos estamos, e se a todo momento começar a ter a intervenção dos advogados para querer tirar de ata, registrar em ata, fazer... nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu entendo que quem tem que falar aqui é o senhor Helton, a senhora Márcia e o senhor Douglas. E se, no caso, a senhora ou senhores falaram algo, e que eles queiram rebater, que seja feita acareação entre eles, até porque esta acareação entre eles é que vai fazer com que nós possamos ver quem está falando a verdade ou não. Então a minha questão é essa, senhor Presidente, que a partir de agora advogado não fala mais, nós falamos, se os advogados quiserem fazer, eles pedem lá, vão falar, mas que seja aberto o debate entre eles, para tirar essa acareação.

Eu entendo a preocupação dos advogados, porque um fala uma coisa e diz o outro... mas essa acareação tem que ter entre eles, e não mais os advogados falarem. Essa pelo menos é a minha colocação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores advogados, eu compreendo muito bem a posição de cada um de vocês, até porque sou um colega de profissão. Não acreditem que este Relator vai se deixar induzir por uma intervenção, por um caminho que está sendo andado, para voltar... muito pelo contrário, acho que se eu estiver caminhando por um lado e eu sentir que um dos senhores está tentando tirar o lado, eu vou chamar mais atenção para esse lado. Então talvez tem que ter cuidado com isso aí, porque o feitiço pode virar contra o feiticeiro. Também não vamos transformar isso aqui numa discussão de bancas de advogados, porque não é o nosso objetivo.



Eu estava concluindo o meu raciocínio, ia colocar o Secretário Helton na conversa, mas infelizmente fui interrompido pelos senhores e vou voltar atrás.

Eu queria mostrar para vocês a página...

O SR. DOUGLAS BORBA – Se me permite...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro.

O SR. DOUGLAS BORBA – Acho que na verdade o Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos aqui para conversar entre nós.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certo. Não, acho que o Presidente deferiu o pedido do doutor... Giancarlo Castelan pra que me desse a oportunidade de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar...

O SR. DOUGLAS BORBA – ...de falar sobre aquilo que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor vai falar. O senhor veio aqui para falar conosco e vai falar.

O SR. DOUGLAS BORBA – Obrigado, obrigado... Deputado, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu queria mostrar aqui...

O SR. DOUGLAS BORBA – Não, é sobre, sobre a pergunta anterior já feita, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a página 5, daí 99, 100. Um texto, ali para que vocês possam acompanhar a leitura, um trecho da ata.

(Utiliza imagens projetadas para auxiliar os seus questionamentos.)

O senhor Helton Zeferino falou aqui para a gente:

(Passa a ler)

“Bom, com relação à... ao Douglas, ou melhor, com relação ao Leandro a informação que eu tenho, a informação que a própria servidora Márcia me passou, ela... ela me informou que a empresa Veigamed ela foi encaminhada, é... através de um contato telefônico via WhatsApp pra ela, via Secretário, Douglas Borba. É, o Douglas me pediu, em certa, em certo momento, eu não sei recordar exatamente o dia, o contato da Márcia, é... que era responsável pelo nosso setor de compras. Eu passei, a partir de então acredito que ele deva, que ele tenha iniciado esse contato com ela. A Márcia, é... me... me relatou que ele fez, então, o encaminhamento da Veigamed, isso tá no telefone dela, inclusive.

É... o Leandro é um outro, é... é um outro fornecedor, né, que é encaminhado também, ou facilitador, né? Como ele... ele se diz, né? É... que é encaminhado também pro telefone da Márcia através do Douglas Borba. É... eu fiquei sabendo, é... logo após disso também que o Leandro acabava... teria um histórico dentro da Secretaria de ter sido um superintendente de planeja... planejamento de gestão, enfim, mas não foi na gestão atual, mas que já havia passado pela Secretaria. É... e o Leandro, inclusive ele é...”

Muito bem, o que eu quero dizer é o seguinte: a Márcia esteve aqui e disse que se sentiu pressionada, sentiu-se ameaçada, sentiu-se pressionada pelo Douglas para atender o Leandro, para atender a Veigamed, que ele falava em nome do Governador etc., etc. O Douglas nega, Márcia, o Douglas nega.

(O senhor Douglas Borba manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Só um minutinho, Douglas.

O Douglas nega. Eu preciso que a senhora deixe claro à CPI, qual foi a pressão que o Douglas fez para que a senhora atendesse o pedido da Veigamed, fizesse pagamentos... porque não pode se reduzir aquela mensagem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. É...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na minha concepção, né? Não estou fazendo nenhum julgamento de valor...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...mas se esse fato se resume a essa mensagem, a gente tem que explicar muita coisa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, o que eu quer... o que eu tenho a explicar, além do que já está nos autos, a fala constante do Secretário Douglas em nome do Governador, eu gostaria de ler, também está nos autos, uma passagem da minha conversa de WhatsApp com o senhor Douglas. Pode ser, senhores? *(Ininteligível.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O.k., com licença.

Um pouquinho pra mim localizar, por gentileza *(folheia documentos)*.

Eu não vou me recordar a data que que estava num *backup* lá da mensagem: *(lê)* Alguma novidade? Governador questionando. Hoje vamos pra Defesa Civil.

Isso é fala do... abre aspas, né, palavras do senhor Douglas. O senhor Douglas ele... sempre foi... assim, é... de perguntar, de cobrar. A... a... o Leandro onde entra nessa jogada, né, pressionando, tem também nas mensagens, ele está lá perguntando: E os respiradores? Deram certo os respiradores? E os respiradores?

A... o se... senhor Douglas mencionou há pouco que entre um período ali ele não fez sequer uma mensagem, porém, é... ele não se recorda, mas a concomitância entre a data do pagamento da Veigamed tem sim, tem sim mensagens lá e cobrança, inclusive telefonemas, tem sim.

Num dos telefonemas, num dos telefonemas, eu estava na minha casa, falei aqui ainda, no dia 2 de junho, ao lado com meu marido, coloquei ele pra ouvir, ele falou em excesso de preciosismo. E tem também, é... após esta frase, algo que eu também não disse ainda, porque a gente vai lembrando aos poucos, a mesma fala dele na continuação deste mesmo dia, ele fala: Vocês têm muito excesso de preciosismo. Fala a palavra preciosismo e também, é... uma frase no sentido de: Vocês não tem o que se preocupar, o governo jamais vai lhes, lhes desamparar. Esta frase foi dita por ele.

(O senhor Douglas Borba faz que não com a cabeça.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É nisso que se resume a pressão que a senhora sofreu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu, é... existe várias formas de fazer-se pressão. Para mim, uma autoridade desta, isto configura, para mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton, a respeito da participação do Douglas no processo da Veigamed, o senhor gostaria de fazer alguma intervenção?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade, é... essas comunicações existiram entre os dois, eu não... não participei. A minha única participação nesse processo foi no momento que o Douglas pediu o contato da Márcia e eu passei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas?

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, primeiro eu gostaria de... depois, é, é, deve ser questionado, mas enfim, só pra não perder o assunto, questionar em que momento, né, ao Secretário Helton, em que momento eu fiquei sabendo dessa aquisição da compra dos respiradores, né? Se ele lembra daquela reunião do dia 22 de... de abril, quando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Douglas, é...

O SR. DOUGLAS BORBA – ...ele chamou a reunião comigo e com o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu gostaria de pedir que o senhor conversasse com o Relator ou com a Presidência, e não com o seu ex-Secretário.

O SR. DOUGLAS BORBA – Não mas aí é, é... é porque diz respeito ao tema...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ã-hã, ã-hã.

O SR. DOUGLAS BORBA – E aí só pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DOUGLAS BORBA – Certamente ele deve ser questionado a respeito, né, mas enfim.

É, bom, algumas inconsistências e na verdade... na verdade (ri), inverdades na fala da servidora, infelizmente.

(A senhora Márcia Regina Geremias Pauli faz que não com a cabeça.)

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli e mostra o celular.)

É... primeiro, aquela fala que ela transcreve ali uma parte dizendo que, é... alguma notícia sobre, é... testes rápidos, o Governador questiona, é, porque nós estávamos, de fato, precisando de testes rápidos pra poder acessar à Defesa Civil, visto o movimento muito grande da Defesa Civil e nós precisávamos testar todas as pessoas que acessavam lá pra que não houvesse perigo ao chefe maior do Estado, que é o Governador do Estado de Santa Catarina.

Então foi um questionamento sobre, é, se o Estado já havia adquirido testes rápidos. Ela, ainda no decorrer dessa mensagem, eu lembro muito bem, me deu três alternativas, disse: Olha, Lacen, é... compra tal e compra tal. Daí eu, eu mando uma mensagem textual pra ela, que vou fazer juntar, que diz o seguinte: pode ser qualquer uma delas, só precisamos garantir a segurança do Governador. Isso está muito, muito claro, é, no, nas mensagens minhas com ela, então acho que não é tirar parte de falas, é, fora de contexto, pra justificar o injustificável, né?

É... outra situação, ela fala dessa conversa minha com ela, em relação ao Leandro, é importante que fique claro aqui, isso diz respeito à EPI, isso diz respeito exclusivamente à EPI. E esse contato se deu no dia 2 de abril, naquele episódio que eu já narrei a todos os senhores que era um processo de importação, que a Secretaria de Saúde queria fazer com o pagamento adiantado, que nós interferimos e que a partir daí o Leandro, mais uma vez, se apresentou como se pudesse ou como tendo uma solução de uma importadora que faria isso pro Estado.

Foi aí que de fato eu conversei com a servidora Márcia, então é importante a gente separar os assuntos aqui, não colocar tudo num balaio, Deputado, Relator, porque senão parece que... eu, em algum momento, pedi, é, pra contratar a Veigamed, o que é mentira, parece que algum momento eu pedi pra pagar Veigamed, que é mentira, né? Então é bom a gente separar muito bem esses assuntos e eu, e eu assumo de fato aqui os fatos em que eu pratiquei.

(O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.)

O fato que eu pratiquei em relação ao Leandro e à ligação, que foi aqui dita pela servidora Márcia, diz respeito à EPI, no dia que eu passei o contato do Leandro pra ela, que foi dia 2 de abril. Eu simplesmente não tratei de, de respiradores durante todo esse período, porque eu desconheço essa compra de respiradores da Veigamed. Eu tomei conhecimento dessa compra de respiradores da Veigamed no dia 22 de abril de 2020, é... numa reunião chamada pelo Secretário Helton na Defesa Civil, participaram eu, o Governador, Carlos Moisés, que pode confirmar, o chefe de gabinete, é... do, do Governador, senhor Márcio Ferreira, que pode confirma... confirmar e o próprio Secretário Helton Zeferino, que certamente vai lembrar e pode confirmar.

Nesta oportunidade o Secretário Helton abriu a reunião com a seguinte frase: Vocês querem problema? Temos um problemão a resolver, o Estado pagou 33 milhões por duzentos respiradores e não recebeu os respiradores. O que vamos fazer?



E a partir daí foi uma força-tarefa dentro do governo, e dou mais detalhes ainda, nesse mesmo momento o Secretário Helton disse o seguinte: Até aqui, ninguém sabia - e até aqui ninguém sabia, era ninguém, nem o Governador nem eu -, até aqui ninguém sabia, mas a partir de agora um repórter da Intercept fez contato com a Secretaria da Saúde - o Secretário vai lembrar -, e agora isso vai se tornar público, o que vamos fazer? Nesse momento, senhor Relator, nesse momento, senhor Presidente, eu tomei conhecimento da, é... compra dos duzentos respiradores da Veigamed.

Pra concluir ainda nesse rol que a... a servidora lista, é... só fazendo pontualmente. Primeiro, o Helton pediu ajuda pra indicar. Segundo, a Már... indicou a Márcia pra ser o canal, isso foi reforçado aqui por todos os servidores da Saúde que vocês já ouviram na CPI e todos aqueles que já foram ouvidos pela Deic também, que era a Márcia ou que era a SGA o local onde a gente deveria mandar tudo que recebia.

Foram repassados vários contatos para a servidora Márcia e eu ainda tive o cuidado, na minha situação, Deputado Milton, eu tive o cuidado de enviar pra ela uma mensagem no dia 24 de março, ou seja, antes de qualquer processo de compra desse, Deputado Kennedy, dizendo o seguinte: estou mandando tudo o que eu recebo - está aqui, vocês vão receber cópia - estou mandando tudo o que eu recebo, vocês filtrem aí.

Eu não poderia, enquanto servidor público, prevaricar de receber um possível fornecedor e guardar isso pra mim. Quando o gestor da crise, o Secretário Helton, disse: Gente, estamos com dificuldade. Qualquer pessoa que se apresentou nesse momento foi encaminhado para o setor responsável. Agora, o processo de escolha, o processo de compra, o processo de pagamento, pera lá, eu já tenho as responsabilidades dos meus na Casa Civil. Esse, essa responsabilidade de processo, esse, é uma responsabilidade única e exclusivamente da Secretaria de Estado da Saúde, não sei de quem e nem quero saber, mas é da Secretaria de Estado da Saúde.

Então dizer que eu tenho responsabilidade por transferir uma dezena, sei lá, de... de, de protótipos, de contatos, de pessoas que diziam ter a solução pra todos os problemas do Estado naquele... naquele momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Relator, deuse por satisfeito da pergunta?

O SR. DOUGLAS BORBA – ...então, é, dizer que eu tenho a responsabilidade, senhor Presidente, senhor Relator, é de fato uma, é, insensatez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom... Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Poderia falar rapidamente?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... de novo, reitero tudo que já relatei nos autos.

Segundo, gostaria de manifestar minha, é... minha admiração aqui com a declaração que eu escutei só agora do Secretário Douglas acerca dessa reunião do dia 22 com o Governador, muito me causa estranheza.

(O senhor Noel Baratieiri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.)

No próprio dia 2 ou 3 de abril, o Secretário Helton abriu o elevador, olhou pra minha frente e disse: Pagaram, acho... já sabem. Dali pra frente no dia 3, 2, 3 de abril, aquilo foi um verdadeiro temor, a informação do pagamento da Veigamed dentro da Defesa Civil.

Numa oportunidade eu perguntei ao, então, Secretário Helton: Secretário Helton, nós precisamos antever quem a gente poderia, né, ã, trazer. Ele falou em nome de autoridades investigativas, que eu não vou repetir aqui, pelo menos o nome de três. Na minha surpresa, quando eu cheguei a primeira vez no Gaeco, que eu fui declarar, o Gaeco disse pra mim que eles só ficaram sabendo por meio de Intercept, no dia 28. Ali eu soube da primeira inverdade proferida pelo, então, Secretário Helton. Gostaria de registrar isso nos autos.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a inverdade?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Porque o Secretário Helton falou em nome dessa... dessa instituição no dia. Ele relatou três instituições: PGE, Gaeco e Deic.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Posso? Obrigado, Deputado.

Só pra esclarecer também, é... eu já disse aqui durante a minha declaração, mas volto a afirmar, é... no dia 7 eu orientei, é... a servidora Márcia, através do seu WhatsApp...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 7 de que mês?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – 7 de abril, tá, prazo que findava o primeiro lote, a primeira entrega. Eu orientei a servidora Márcia pra que ingressa-se com a notificação de devolução de recursos. Essa notificação ela foi feita no dia 8.

É... também é importante os senhores tomarem conhecimento, e aí nós gostaríamos até de entender por que que isso aconteceu. No mesmo dia 7, às 19h11min, a mensagem que eu encaminhei pra ela, ela encaminhou para o Fábio Guasti, é... a mesma coisa (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*), dizendo que o... que eu orientei, que fosse feita a notificação para devolução dos recursos.

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli)

Então dia 8, nós iniciamos o prazo legal, que foi quando ela foi encaminhada, a notificação. Do dia 8 em diante nós temos cinco dias úteis, que são aqueles prazos regulamentares, eu já disse isso aqui também. No dia 15 eu fui à Procuradoria-Geral do Estado, acompanhado do doutor Gustavo, que é o consultor jurídico... era, eu não sei se é, continua sendo ainda, o consultor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde. Nesta reunião participaram o procurador-geral do Estado, o Alisson, o subprocurador-geral do Estado, doutor Laguna, tinha mais um procurador que eu não sei, não rela... não, não recordo agora exatamente, é... quem era o procurador.

É... ao retornar pra Secretaria, pra, é... Defesa Civil, nós tivemos, é... a *live* como os senhores dizem, né? A gente considerava como coletiva, mas, enfim, a *live* aconteceu, e logo depois que aconteceu a *live*, é... eu me reuni com o se... com o Governador do Estado e passei a situação: ó, estive na PGE, fiz isso, isso e isso, e... e a orientação da PGE é a seguinte, tá? Isso aconteceu.

A partir de então nós tivemos, então, a entrega da notificação da empresa no dia 16, a contranotificação da empresa, foi feita a avaliação. No dia 22 nós tivemos, é, a instauração da sindicância, de uma sindicância no dia 23, a segunda sindicância. No dia 24 foi feita a publicação da exoneração. No dia vinte... 27, é... foi feito a solicitação de investigação à Deic... no dia... desculpe, no dia 28, salvo engano, investigação à Deic, pelo período matutino. No dia 28 também foi encaminhado as informações à Controladoria- Geral do Estado. No dia 28 à tarde sai a informação da Intercept.

No dia 29 a Procuradoria-Geral do Estado ela é incitada através de um ofício ao qual, segundo consta no SGPE, esse ofício ele foi arquivado, então nós não tivemos continuidade deste ofício, é... junto à PGE, não sei informar por que, mas foi encaminhada lá pra PGE todo o relato do que aconteceu no 37.070, e solicitando que as providências administrativas e, e legais de, de forma a assegurar, é... o erário público, se fossem adotadas.

Então esse foi, a rotina da... dos procedimentos que foram adotados, é... e no dia 22, que é a reunião que o... o... o ex-Secretário da Casa Civil Douglas Borba ele cita, sim, nessa reunião, mas nós já tínhamos a ciência então da PGE no dia 15. E, à tarde, logo depois da coletiva também o Governador do Estado ele foi ciente porque eu estive na PGE e era justo, né, que eu tivesse informado qual foi a orientação que eu recebi.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Com licença, senhores. É possível?

Insisto em relatar que o Secretário acabou de não responder por que entre dia 2 ou 3, quando tem essa abordagem: pagou-se... 2 ou 3 de abril, não é 7 de abril! 7 de abril é a mensagem dele para mim... 2 ou 3 de abril, por que que naquele momento não tomou-se uma, uma decisão?

Na minha entrevista eu coloquei, gostaria de repetir aqui: o que se fez entre 2 de abril e 24 de abril, qual foi a estratégia traçada? Qual foi a estratégia traçada entre 2 de abril? Depois em relatos, até nos autos, eu per... eu percebo ali, vocês também, os senhores conseguem identificar, o pagamento na conta da Veigamed só entrou dia 3 de abril. Eu gostaria de registrar isso nos autos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, aí, é o objeto de investigação desta CPI, por que o Estado demorou tanto para providenciar o resgate do dinheiro, que obviamente isso permitiu que o dinheiro se esvaísse em decorrência do tempo. Este Relator já questionou o Secretário por ordem e disse: por que se demorou tanto? Já que se permitiu que o dinheiro... era muito tempo, né, para esvaziar os cofres, não se tomou a providência imediata.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Providência adotada no dia 8, né, Deputado. Só pra re... deixar registrado, dia 8 foi notificada a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas notificado... bom, não, nós não vamos fazer um debate aqui, né, por favor.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Sim, é importante, sim, mas eu não queria fazer, Deputado João Amin, um debate com a parte, porque... Como eu disse, o Estado demorou demais para agir e isso permitiu que o dinheiro desaparecesse.

Bom, para encerrar minha parte aqui e passar para os meus colegas, eu gostaria... eu não compreendi muito bem ainda e acho que tem uns desencontros de informações com relação à participação do Douglas Borba nesse processo. Certamente os meus colegas vão me ajudar, mas a Márcia Pauli disse que o Douglas Borba enviou mensagem sobre os respiradores da Veigamed; o Douglas afirma que entrou em contato no dia 22/3 somente para tratar de assuntos de EPI, é o que ele diz, que nunca tratou de respiradores com a Márcia; e o senhor Helton afirma que o Douglas pediu o contato da Márcia para tratar dos respiradores da Veigamed.

Eu vou recordar aqui o que disseram os senhores. Eu perguntei: alguém da Casa Civil? E a Márcia respondeu: “Ele... e, eu fiquei sabendo da informação dele, no dia 22, na primeira ligação. Neste dia 22, de manhã, o Secretário Douglas me liga e já compartilha uma mensagem do Secretário Helton no meu WhatsApp, pedindo, perguntando: Márcia, o Helton pediu ajuda, como posso ajudar? Falei assim o, uma outra coisa que eu gostaria de deixar claro aqui, bem claro aqui. Quando o Secretário Douglas me perguntou: como eu posso ajudar? A minha resposta foi: preciso de um grupo para apoiar as compras porque nós estamos sendo bombardeados aqui.”

A senhora segue: “10 horas da manhã, o Secretário Douglas me liga e pergun... compartilha... ele liga e, em seguida, ele já compartilha mensagem do Helton pedindo ajuda, e diz o seguinte: Como posso ajudar? Eu falei, nós precisamos de apoio aqui na, com o grupo de apoio aqui nas compras, porque nós estamos com fornecedores ditando regra, exorbitando preço, mantendo proposta, recebe... mantendo propostas que a gente não consegue fechar. Nós, nós estávamos, a nossa dificuldade era EPI nessa época. Nós estávamos com consumo de máscaras de procedimento cirúrgico muito elevado. Então a nossa grande, a nossa grande necessidade era EPI, nesse momento.”



E aí vem o que eu preciso saber. “Ele falou: Então é o seguinte, é, é, é... a partir de agora vou passar a encaminhar algumas propostas pra você”, e você se referia ao Douglas, “do que eu tô recebendo aqui, eu vou... nós vamos encaminhar algumas propostas de fornecedores que você pode ter, né, toda a tranquilidade com esses fornecedores. Além disso, nós temos, é, vou entrar em contato com Tasca, com Moisés e a gente vai ver o que a gente pode fazer pra ajudar.

Ele desligou o telefone, minutos depois, ele já compartilhou a mensagem do Secretário Helton, que está lá, no meu WhatsApp, e já me mandou um áudio - aí está em áudio, graças a Deus - falou assim: Acabei de falar com Moisés ele já está falando com alguns órgãos e o Tasca vai coordenar esse apoio pra você, está certo?

A partir dali ele já passou o contato do Leandro Barros, que é o colega que já teve aqui, e... a proposta... encaminhou também essa proposta a esse fornecedor da Veigamed, e ali começou transcorrer os contatos, tanto com o Douglas, tanta com o Leandro quanto com o Fábio Guasti.”

Permitam-me, senhores Deputados, é importante que se diga o que disse o Secretário Helton também a respeito disso: “Bom, com relação à... ao Douglas, ou melhor, com relação ao Leandro a informação que eu tenho, a informação que a própria servidora Márcia me passou, ela... ela me informou que a empresa Veigamed ela foi encaminhada, é... através de um contato telefônico via WhatsApp pra ela, via Secretário, Douglas Borba.” A senhora afirmou isso aqui, o que ele nega. “É, o Douglas me pediu, em certa, em certo momento, eu não sei recordar exatamente o dia, o contato da Márcia, é... que era responsável pelo nosso setor de compras. Eu passei, a partir de então acredito que ele deva, que ele tenha iniciado esse contato com ela. A Márcia, é... me... me relatou que ele fez, então, o encaminhamento da Veigamed, isso tá no telefone dela, inclusive.” Está falando o Helton Zeferino.

“É... o Leandro é um outro, é... é um outro fornecedor, né, que é encaminhado também, ou facilitador, né? Como ele... ele se diz, né? É... que é encaminhado também pro telefone da Márcia através do Douglas Borba.”

Já o Douglas Borba disse para os integrantes desta CPI que até... falou o Douglas Borba: “É, até porque esse fato que a servidora Márcia menciona, ela menciona a respeito dos EPIs, tá? Então ela... esse depoimento dela não... não é relacionado aos respiradores, é relacionado aos EPIs. Nessa oportunidade, aí é importante a gente rememorar um pouquinho, voltar lá no dia é... 22 de março quando o Secretário Helton Zeferino encaminha uma mensagem no grupo de gestão de crise do governo do Estado com o seguinte teor, é... ‘Penso que, neste momento, a equipe do GRAC precisa dedicar boa parte do esforço para localizar fornecedores de ventiladores e monitores. Sem isso não adianta prever leitos. Estamos com muita dificuldade para adquirir’. Então isso aconteceu no dia 22 de março, está aqui uma... uma cópia do *print* é... do grupo de WhatsApp, o grupo de gestão de crise.

Na sequência, o próprio Secretário Elton, aí em conversa privada comigo, me encaminha o contato da servidora Márcia falando o seguinte:”, está dizendo o Douglas, “Contato para esclarecimentos sobre o que precisamos. Segue’.

Ou seja, por que que eu trago (...) aqui é... pra justificar o meu contato com a Márcia, né?” Se resumiu a oferecer os EPIs. Foi isso que disse o Douglas.

(O senhor Douglas Borba faz que sim com a cabeça.)

A senhora disse que ele apresentou a Veigamed, o Helton diz que ele apresentou a Veigamed e o Douglas diz que só apresentou os EPIs.

Secretário Helton...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o senhor gostaria de esclarecer à Comissão?



O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Não, na verdade, é... a minha fala foi baseada justamente na pergunta que eu fiz pra servidora Márcia, quem havia encaminhado a empresa, é, que culminou com a contratação, e ela me relatou que foi o... o então Secretário da Casa Civil, Douglas Borba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA – Bom, primeiro é impo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – (*Ininteligível.*)

O SR. DOUGLAS BORBA – Primeiro é importante resgatar, lá no... no primeiro depoimento do Secretário Helton à Deic no dia 30/4, ele diz o seguinte quando perguntado se em algum momento veio algum agente político fazer indicações, ele diz o seguinte: (*lê*) Todos os dias chegam propostas de todos os lados, as pessoas são muito proativas, mas isso não faz com que seja desrespeitado o rito - fala do Helton - por mais que eu tenho uma proposta, eu preciso ver se ela é adequada - minuto 26 do depoimento do Secretário Helton na Deic, no dia 30/4. E ele continua: O processo foi mal instruído, tem falhas. Ele poderia até ser mal instruído, mas não poderia ter sido pago. Está aqui (*mostra documento*), depoimento do Secretário Helton do dia 30/4, lá na Deic.

Ou seja, mandar propostas ou mandar protótipos. Eu não mandei nem proposta, porque proposta é quanto tu coloca lá... é, endereçado a quem, o valor do produto, as condições de pagamento, o prazo de entrega. Isso é uma proposta. O que eu enviei, e não foi uma, foram duas, é... dois protótipos de respiradores, tá, são diferentes dos respiradores comprados pelo Estado, um da Vent-Logos e outro da BMX, que é o que chegaram pra mim e foram encaminhados pra lá.

É... e ainda que tivesse encaminhado qualquer protótipo que viesse a ser comprado pelo Estado, o próprio Secretário Helton diz e... e, e, e acerta no seu depoimento, ao dizer o seguinte: Olha, essa proposta pode vir de quem quer que seja, mas essa proposta deve obedecer os ritos. E a Secretária... a, a Superintendente Márcia, também no mesmo dia 30/4, é... perguntada de como a proposta da Veigamed apareceu, lá ela disse o seguinte: (*lê*) Começamos a receber propostas pelo WhatsApp, e-mail, telefone, papel, de tudo quanto é jeito, vinha até de Marte. Todos sabiam que o governo queria comprar e chegavam de algum modo mandando mensagens ou simplesmente mandando *prints* das propostas - está lá no minuto 15:45. Ela continua: Recebia propostas do Secretário Helton, Secretário Tasca, Secretário Douglas, Secretário Tiago, Secretário Leandro Lima, contatos da Vice-Governadora.

A proposta que o Douglas enviou é a mesma que o Fábio enviou, e aí começou este tumulto todo. E aí que eu quero dizer pros senhores que proposta é uma coisa e protótipo é outra coisa. Aquele pro... protótipo da Vent-Logos 21, se nós colocarmos no Google, Deputado Laércio, ventiladores, vai aparecer ali uma imagenzinha e tal. Alguém me mandou aquilo ali e eu mandei pra Márcia, e não passei o telefone de ninguém. Eu disse, sim: Leandro fará contato com você. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

Logo abaixo dessa, dessa mensagem, provavelmente, é uma pena que eu não tenho todas as conversas, o meu celular não admite tanta memória e... de fato, as mensagens que não são tão importantes eu, com frequência, faço o *backup* do meu celular e exige ali que seja é... diminuído o... a memória para poder fazer o *backup*.

Então, eu não sei de quem eu recebi aquele protótipo, não faço ideia, mas quando a servidora Márcia diz que já estava em contato com o Leandro, eu sequer passei contato! E se os senhores observarem aquela imagem da Vent-Logos, ela sequer tem número de contato telefônico... ela tem um e-mail, agora, se a Secretaria da Saúde mandou um e-mail pra aquele protótipo, se recebeu o contato de algum representante e a partir daí começou a fazer relação, aí eu não sei. É um processo... e eu repito, senhores, é um processo, pelas palavras do próprio Secretário Elton, que deve obedecer um rito e esse rito tá lá na Secretaria de Estado da Saúde!



Não está em mais nenhum local do governo! Está lá. Nós não podemos... eu usei essa frase terça-feira passada e é a mais absoluta verdade: nós não podemos transferir responsabilidades. Eu sou responsável, Deputado Felipe Estevão, por todos os processos de compra da Casa Civil do dia 1º de janeiro de 2019 a 10 de maio de 2020. Estes, eu sou responsável.

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli.)

Agora, porque num momento de crise, num momento de... em que o Estado necessitava é... de alternativas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor Douglas...

O SR. DOUGLAS BORBA — ... necessitava de quantidades...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Você vai ter oportunidade de conversar com os outros Deputados. Talvez você... eu não quero atrapalhar

O SR. DOUGLAS BORBA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como você vai conversar com os outros Deputados...

O SR. DOUGLAS BORBA — Agora tem um ponto que o Deputado perguntou... se o senhor me permite voltar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por favor. Se o senhor puder reduzir...

O SR. DOUGLAS BORBA — Em relação à ligação para a servidora Márcia. De fato, lá no dia 22, após o Secretário Helton me passar o telefone dela como a pessoa, o contato para esclarecimento do que precisamos, eu fiz contato com ela e eu vou transcrever, vou ler aqui a transcrição do áudio em que eu me apresento (*folheia documentos*): Márcia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Douglas...

Senhor presidente, se o senhor me permite...

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só pra não perder isso daí.

Você disse que ligou pra Márcia, que você vai falar, que eu o Coronel Helton passou o telefone. O senhor lembra qual foi, como surgiu essa conversa que ele passou o telefone da Márcia?

O SR. DOUGLAS BORBA — Sim, está aqui nos registros também, Deputado. Na verdade, é... o Helton mandou uma mensagem no Grupo de Gestão de Crise dizendo que o Estado estava muita dificuldade, certo? Essa mensagem foi mandada pelo Helton no próprio dia 22. Logo após, eu estava conversando com o Helton é... no particular sobre outros assuntos e, aí, é... um deles era... era relacionado a.. a equipamentos, enfim, e, aí, eu disse: Helton, é... qual é o contato que a gente deve mandar o que a gente recebe, porque estamos recebendo muita coisa e... e os próprios outros servidores e Secretários diziam: Douglas, pra onde a gente manda?

(O advogado Nelson Juliano Schaefer fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Eu indaguei o Secretário Helton. O Secretário Helton poderia naquele momento dizer o seguinte: Douglas, manda tudo pra mim que eu vou vendo aqui o que faço, mas ele delegou alguém da sua confiança, delegou alguém da sua equipe. E, aí, delegou o contato da Márcia.

Pois bem, eu faço a ligação pra Márcia... espero ter respondido, Deputado Kennedy. Eu faço a ligação pra Márcia é... a... de manhã, dizendo: Márcia, o que vocês estão precisando? Essa era a minha missão de ligar pra Márcia. Ela disse o seguinte: Douglas, a gente precisa de ajuda... a gente precisa de ajuda é... porque é um bombardeio, de fato, o que está acontecendo aqui e tal.



(A depoente Márcia Regina Geremias Pauli gesticula não com a cabeça.)

Então, a partir daí, é... eu sugiro a ela a criação de um grupo de compras pra que proteja a Secretaria da Saúde. Nós sugerimos isso a superintendente Márcia e, nesse momento, eu peço licença pra ela pra ligar para o Governador Moisés. Então, foram duas ligações minhas para a Márcia nessa manhã de domingo. Suspendo a ligação com ela, ligo para o Governador. Com o Governador, eu tenho uma conversa breve dizendo o seguinte: Governador, nós precisamos apoiar na Saúde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Veja só... Permita-me.

O SR. DOUGLAS BORBA — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor ligou para a Márcia, houve uma ligação de voz. O que eu vou falar aqui está no processo em que resultou a sua prisão. E diz aqui: apenas três minutos depois de encerrada a ligação de voz e a sequente troca de mensagem com Márcia e Douglas, às 11h12min o senhor não ligou para o Governador, o senhor ligou para o senhor Fábio Guasti que fez contato com a Márcia por meio do aplicativo de Whatsapp, encaminhando a mensagem que apresentava: "Bom dia, sou Fábio da Meuvale."

O SR. DOUGLAS BORBA — É... não... não há... na verdade, eu nunca fiz contato com o Fábio, eu não o conheço...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, mas eu estou falando aqui do documento que está... do Gaeco.

(O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.)

O SR. DOUGLAS BORBA — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por isso que me traz surpresa...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, eu tenho a comprovação também, Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ... senhor Presidente, porque ele disse que ligou para o Governador, mas o Gaeco aqui, conforme a ligação de telefone, diz que três minutos depois o senhor ligou para o senhor Fábio e logo em seguida foi mandada a mensagem: olá, eu sou o Fábio da Meuvale. Por favor, esclareça isso.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tudo bem, Deputado. Eu até consultei meus advogados aqui porque me parece que essa afirmação não está na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, sim, está.

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, enfim. Mas o que aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Está na página nove do pedido de prisão provisória da O₂, a segunda fase.

O SR. DOUGLAS BORBA — Mas o fato é que essa ligação não pode ter acontecido porque eu simplesmente não conheço o senhor Fábio Guasti, nunca conversei com ele, eu não sei nem quem é, e isso, na verdade, foi dito por mim e foi dito por ele também no depoimento, e, certamente, os senhores vão tomar o depoimento dele aqui também na CPI, não é? É uma das pessoas que, salvo engano, já foi requerida pra tomar o depoimento. Mas não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, eu só que fique registrado que essa minha posição está dentro da Operação O₂ na página nove do pedido de prisão.

O SR. DOUGLAS BORBA — Continuando aos fatos daquela manhã da ligação que o Deputado Ivan Naatz. Então, foram duas ligações pra servidora.

Então, foram duas ligações pra servidora: Essa primeira, onde ela me passe a demanda é... da criação, a gente conversa e converge no sentido da criação do grupo de compras. Eu ligo ao Governador, sugiro a ele, e o Governador, no mesmo dia, no domingo, faz contato com o Presidente do Tribunal de Contas, o doutor Adircélio, e faz contato com o



Procurador-Geral de Justiça, doutor Comin, é... e solicita a eles nomes para compor esse grupo de compras.

Eu volto a ligação para a Secretária Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário, é que assim, nós...

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Douglas, me desculpe, é que nós já conhecemos todo esse processo. A gente tem todas as informações, eu tenho tudo aqui. Na verdade, eu só quero cum...

O SR. DOUGLAS BORBA — Mas é que o senhor me perguntou sobre a ligação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu compreendo. O senhor não precisa fazer uma defesa prévia do seu processo aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu só preciso fazer uma contraposição entre o senhor e a Márcia.

O SR. DOUGLAS BORBA — É que o senhor disse que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E assim...

O SR. DOUGLAS BORBA — ... a ligação, o objeto da ligação, né, que é contraditório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Douglas, me desculpa. É que é assim, nós temos uma mensagem do senhor para a Márcia apresentando aqueles equipamentos que depois se transformaram em equipamentos da Veigamed. Até ali não eram. Imediatamente...

O SR. DOUGLAS BORBA — Nunca foram, nunca foram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Imediatamente, o Fábio Guasti passa essa a mensagem pra Márcia, com o mesmo equipamento! Foi questão de segundos, foi questão de minutos. É isso. É isso...

O SR. DOUGLAS BORBA — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É isso que intriga.

O SR. DOUGLAS BORBA — E eu estou dizendo pro senhor que não, que não fui eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas o senhor fez uma história redonda de duas horas e eu não entendi isso ainda!

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, é que eu preciso justificar a ligação pra Márcia. A Márcia disse que eu liguei pra ela pra apresentar isso, pelo o que está no depoimento dela, aí, e que mais uma vez é uma inverdade. Eu liguei pra ela pra montar esse grupo de ges... esse... essa... pra montar esse grupo de compras e os... e as provas estão aqui e vão ser juntadas pros senhores, né?

(A depoente Márcia Regina Geremias Pauli gesticula que não com a cabeça.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É...

O SR. DOUGLAS BORBA — Ela, inclusive, ela inclusive me agradece. Ela, inclusive, me agradece na sequência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, obrigado.

Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... do que o senhor relatou acerca do meu depoimento aqui e nas instituições eu ratifico cada, cada, menção.



É... pude ouvir agora novamente outras inverdades relatadas pelo Secretário Douglas; agora, ainda hoje, aqui, eu escuto inverdades.

É... o Secretário Douglas também menciona que conversa e lendo, fazendo a leitura do depoimento do Secretário Helton, ele reafirma, e isso é relatado pelo Secretário Helton, que o rito, ele é respeitado. Outra inverdade e agora inverdade expressa pelo Secretário Helton.

(O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.)

O *modus operandi*, é... de gestão, na crise, do Secretário Helton era invertido. Ele primeiro fechava a proposta, depois ele nos apresentava e seguia o rito. Exemplo, Intelbras. É mais um exemplo. Fora estes, eu tenho outros, que talvez não seja aqui... por orientação dos meus advogados eu não vou colocar isso hoje. São processos autuados que foram definidos. Um deles foi definido, inclusive, no dia em que o Governador declina do hospital de campanha, naquele dia, naquela, naquela coletiva. Cito o contrato com leitos de hospitais privados, que naquele dia, na coletiva, o Governador coloca R\$ 3 mil diária de leito. E sai-se dali, da coletiva, o Secretário Helton senta numa mesa - espero que todos os meus colegas estejam lembrando deste dia -, ele constrói um termo de referência: imprime lá - olhando pra mim -, imprime lá. Ele pegou o termo de referência... Secretário Helton... este mesmo que não compra, né, que não está envolvido em compra, diz ele.

Nós estamos falando aqui de leitos de UTI, nós estamos falando aqui não é de compra de soro e de algodão, nós estamos falando aqui de respiradores. A compra mais estratégica do combate a Covid-19, compra de respiradores.

O Secretário Helton negociou leitos de UTIs, o Secretário Helton escreveu o termo de referência numa mesa, que comigo éramos em mais quatro pessoas. Ele fez o termo de referência pra chegar, sabe-se Deus, nesses três mil.

Sai a equipe, depois do Governador falar em coletiva que eram R\$ 3 mil, sai-se todos a construir os R\$ 3 mil.

Este rito, por gentileza, os senhores me digam, os senhores que conhecem o rito administrativo, ele é seguido?

Este é só mais um exemplo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora, então, afirma a CPL... A senhora fez uma acusação firme.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu tenho provas....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De que o Secretário Helton construiu processos.

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O processo está autuado lá no SGP-e, Sistema de Gestão Eletrônica do Processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se eu entendi, se eu entendi, a senhora disse que ele construiu o procedimento e depois passava...

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Em coletiva...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... construiu o processo e depois...

SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Em coletiva, o Governador disse: a partir de hoje, não tem... né, declinamos por uma série de questões, que já estão lá relatadas, o hospital de campanha... declinou. O.k., o hospital de campanha sai, mas qual é a nossa alternativa? Contratação de leitos privados.

Ressalto que este processo em que o Secretário Helton construiu a mão, a mão, o termo de referência, que a secretária executiva aqui foi pra impressora pegar pra que ele pudesse rabiscar e, aí, a outra secretária do gabinete escrever em mesa junto com outros colegas que estão me ouvindo agora, este termo de referência, aí, com a diária de R\$ 3 mil, ele foi declarado antes da construção.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Declaro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Construí o processo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DOUGLAS BORBA — ... para depois, aí, encaminhar o procedimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ressalto uma coisa ainda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor me permite, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deixa só ela terminar...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A proposta encaminhada no dia 26 de março, pelo então hospital x pra contratar os leitos de UTI foi reiterada por e-mail pra ele... por ele para a SGA dizendo assim: segue proposta para fazer contrato. Assim! Dia 26 de março. E ficou... e ficou, e culminou com a construção de termo de referência com os punhos, mãos e dedos do Secretário de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro, nós temos que esclarecer algumas coisas que são ditas aqui que... parece que estamos levando uma situação de empurra pra lá, empurra pra cá.

É... nós temos que nos ater aos fatos... aos fatos, tá, nós temos que nos ater aos fatos. E os fatos que nós temos hoje, que é o foco da nossa CPI, são justamente o quê?: uma compra de respiradores, duzentos respiradores onde nós tivemos um processo que foi eivado de processos equivocados, mas que só aconteceu porque nós tivemos aqui uma fraude! Isso é uma fraude.

Alguém assinou uma nota de algo que não chegou. Não foram uma, foram duas. Obviamente, que quando a gente fala, por exemplo, em... nesse processo todo, todas as nossas falas nós temos que entender isso aqui ó (*mostra documento em mãos*). Por que eu, que não tinha competência para tal, o fiz? Por que eu que não tenho competência para tal certifiquei, encaminhei a nota e ainda fui buscar lá no meu financeiro: ó, essa nota ela tem que ser paga, essa nota tem que ser paga. Pergunta que sugiro aos senhores que façam ao José Florêncio. Naturalmente, né, se a determinação tivesse sido do 01, o homem da caneta poderosa, o homem da caneta poderosa teria feito isso: Ó, José Florêncio, é pra pagar. Seja por escrito, seja por WhatsApp. Não existe essa comunicação. A comunicação que existia, todas as minhas comunicações na Secretaria, em atos administrativos eram por escrito, justamente por isso.

Então, aqui nós temos um fato... é isso aqui que nós temos que explicar. Esse é o nosso... é o nosso x da questão: por que que uma nota, ou melhor, duas notas foram certificados no dia 1º de abril de 2020, às 8h18min da manhã de produtos que não chegaram e foram encaminhadas, obviamente, depois que eu certifico a nota, ela segue o rito normal de pagamento. É... por que essas notas foram certificadas? Essa é a pergunta da vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Superintendente Márcia, foi a senhora que certificou esses documentos, eu vi a sua assinatura nesses documentos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esses do... esses dois processos de pagamento, como já relatado - e o senhor bem lembrou - na... após o meu depoimento aqui no dia 6... é... no dia 2/6, eles iniciaram com uma comunicação interna que ela foi utilizada do processo de pagamento da Edera que foi assinada...

(*O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.*)

... uma única vez no dia 20 de março. Esta comunicação interna genérica que foi utilizada com assinatura ela serviu pra estartar o processo desses dois pagamentos da Veigamed de R\$ 16.500 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, foram fraudados?



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essas... esses documentos foram utilizados já com a CI assinada. Este processo foi instruído conforme o rito definido pelas gerências orçamentária e financeira do Cofes. Eles, de acordo com o depoimento da Débora, que eu tive acesso aos autos, a Débora relata que eles foram instruídos, dois colegas da SGA, foram instruídos pelas gerências financeira e de orçamento ligadas ao Cofes, ligadas ao gabinete como devem compor um... um processo. E aí ela explica que ela fez aquela utilização daquele processo da forma como foi orientada.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado Ivan, só por uma questão de ordem, né, só pra gente ter... é... pra que a gente também não tenha também uma confusão de datas e que documentos.

É... os processos que foram gerados são dois processos de pagamento de nota fiscal. Eu faço a autuação, eu apenso uma comunicação interna, que realmente é uma comunicação interna que foi utilizada em vários processos. Já falei isso aqui. Todos os pagamentos que foram feitos de forma antecipada utilizaram essa comunicação interna como documento original. Mas uma coisa ela é clara: eu tenho uma nota fiscal expedida no 31 de março; eu tenho uma nota fiscal certificada ou assinada no dia 1º de abril (*mostra documento*). O documento do dia 20 que deu origem aqui, que faz a solicitação de liquidação e pagamento, já foi explicado isso aqui em algumas ocasiões; é um documento, essa assinatura é do documento, essa assinatura não é do ato. Se eu tirar esse documento de um processo e colocar em outro, a assinatura vai continuar aqui. E vai dizer que: Ó, a assinatura, ela aconteceu no dia 20 de março, às 14h27min.

Mas nós estamos falando de outra coisa, que é a nota fiscal. É essa nota fiscal assinada, lá no dia 1º, que faz com que... que permite, né, na verdade, que... que a sequência ela aconteça, que é a certificação lá no Sigef, que aconteceu também no dia 1º, às 14h29min, pela... e aqui está identificado, né? Usuária que incluiu: Débora Brum. Atestador: Márcia. E por que que o atestador é a Márcia? Porque nós temos que voltar a nota fiscal e olhar quem assinou a nota fiscal. Esse aqui é o x da questão. E, a partir daqui, segue o encaminhamento de uma nota como diversas e milhares de notas da Secretaria que são encaminhadas pro Conse... pro... pra coordenação do Fundo Estadual de Saúde pra pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Márcia, você assinou esta nota?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso falar mais uma vez?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque essa nota é da Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... é... o Secretário Helton está colocando ali a assinatura da nota. Eu gostaria da materialidade da prova, né? Onde que está escrito que a assinatura da nota autoriza alguma coisa? Onde é que está escrito isso? Uma assinatura na nota, pediu assinatura da nota... Onde está escrito isto? É numa portaria, é numa lei, é num decreto? Onde que tá escrito isso? Eu não entendo!

(*O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que nós temos, nós temos os documentos aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O documento está comigo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, eu não levo em consideração o documento que a parte apresenta...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... porque eu tenho os documentos aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Né? Então, os membros da CPI também têm conhecimento desse documento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O segundo inscrito é o Deputado João Amin. Vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Boa noite a todos, Presidente, Relator, Vice-Presidente, Deputados, doutor Helton, senhora Márcia, Douglas, seus advogados, público que nos assiste.

Eu gostaria de pedir tanto para os advogados quanto para os depoentes que nós fôssemos mais tolerantes um uns com os outros...

(O advogado Noel Baratieri faz sinal positivo com as mãos.)

... e a gente pudesse tornar, pelo menos, esse meu momento um momento mais dinâmico. Se precisar falar uma, duas, três vezes, não precisa o advogado se levantar, não precisa pedir questão de ordem. A gente tornar isso aqui mais objetivo.

Eu acompanhei algumas acareações durante o final de semana. Talvez eu cometa alguns erros, mas o mais importante é que nós aqui tenhamos essa oportunidade para preencher as lacunas.

Eu tenho apenas quatro divergências.

Vou fazer isso dando oportunidade de vocês falarem, mas a gente tem que ser mais objetivo, ser menos truncado para preencher realmente as lacunas. Então, eu peço essa tolerância.

Eu vou começar pelo meu final que seria essa situação do Fábio Guasti que não ficou muito bem esclarecida... como uma divergência.

(O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o depoente Douglas Borba.)

Na verdade, Douglas Borba conhecia ou não Fábio Guasti, ambos presos preventivamente no último sábado? Essa é a pergunta que nós vamos responder, e eu vou contextualizar através dos depoimentos que vocês já prestaram.

O senhor Douglas nega conhecer o Fábio Guasti. Já a servidora Márcia, diz que foi colocada em contato com o Fábio por intermédio de Douglas. Por fim, o senhor Helton confirma a versão de Márcia.

É isso que nós temos, é essa divergência que nós temos.

(Utiliza imagens projetadas para auxiliar os seus questionamentos.)

Durante a última terça-feira, eu perguntei para a senhora Márcia: “Quem foi o representante da Veigamed que o Douglas colocou em contato com a senhora?” E a senhora respondeu: “O Fábio Guasti.”

A pergunta para o senhor Helton foi: “Senhor Helton, o Douglas ofereceu ajuda ao senhor ou pediu ajuda em algum desses processos da Secretaria da Saúde durante a pandemia?” O Helton respondeu: “Pedi ajuda?” E eu o contrapus: “Se ele pediu ajuda a alguma empresa ou ao senhor e se ele ofereceu algum tipo de ajuda?” O senhor Helton responde: “Não. Na verdade, ele me pediu o contato da Márcia, o qual foi encaminhado pra ele. A partir desse momento, ele passa então a fazer contato com a Márcia onde especificamente, neste processo dos respiradores, ele encaminha a proposta da Veigamed. E, em seguida, o Fábio, Fabio Guasti, salvo engano, ele passa a fazer contato com a Márcia.” Palavras do Helton. “É... em seguida, com o passar dos dias, ele também encaminha o contato



do Leandro, o advogado Leandro é... comum dos facilitadores, enfim, de... de... como ele próprio coloca, ele é um facilitador de compras (...)"

A pergunta que eu fiz ao Douglas Borba foi: senhor Douglas, o senhor nega conhecer o Fábio Guasti. Confirma isso? Ele respondeu que confirma. Então, como o senhor apresentou o Fábio Guasti à Márcia, conforme alegado por ela, se sequer o conhecia? Isso é mentira da senhora Márcia? Foi assim que eu perguntei. Ele respondeu: Não, não, conheço.

Pode começar com o senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Obrigado, Deputado, por trazer esse assunto, é importante de fato.

É... reafirmo não conhecer Fábio Guasti, nunca falei com ele, nunca conversei com ele, é... então, reafirmo o que já disse em todos os depoimentos até aqui.

É... me parece até, pelos todos depoimentos, eu assisti todos, tanto da Deic quanto da CPI, me parece até que o tal do Fábio Guasti, sequer era da Veigamed, né? Primeiro, era Brazilian Trading, depois era outra empresa. Enfim, parece que, na verdade, ele não tinha uma empresa, parece que era meio que um representante que correu tudo quanto é lado e ...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor pode manter mais objetividade?

O SR. DOUGLAS BORBA — ... e, pelo próprio MP, Deputado João, entre o dia 22 e 25 de março, a servidora Márcia e o Fábio Guasti trocaram diversas mensagens sobre diversas compras, enfim, é... sem qualquer participação minha ou de qualquer outro intermediário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

O SR. DOUGLAS BORBA — Tá claro?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sendo objetivo, o senhor ratifica o seu depoimento.

Vamos passar a palavra agora para o senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, Deputado, é... a minha fala é bem breve.

Na verdade, as informações que eu passei aqui na CPI e aquelas que eu já passei nos meus depoimentos são aquelas que eu perguntei, indaguei a servidora Márcia sobre quem teria encaminhado os contatos da Veigamed e ela me relatou que foi o... o então Secretário da Casa Civil Douglas Borba.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhora Márcia, então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ratifico. É... nos autos constam ali os contatos, data, hora, prospectos... Eu ratifico e já está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então, nós vamos manter essa divergência. Obrigado pela objetividade dos senhores.

(O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.)

É... a segunda divergência que eu gostaria de abordar é quem escolheu a Veigamed. Então, eu vou para os fatos.

Pelos depoimentos prestados pelos senhores a esta CPI, é possível nos depararmos com as divergências sobre o processo de escolha da empresa Veigamed. Em outras palavras, eu acredito que eu não preciso depois mencionar cada um dos nossos, das nossas conversas que já se constam em atas, mas se precisarem, eu faço isso para esclarecer os fatos.

A senhora Márcia afirmou que a escolha foi pelo senhor Helton. Senhora Márcia, você ratifica isso? O senhor Helton, o senhor afirmou que a escolha não foi feita pelo senhor conforme declarações que passo a ler e sobre as quais confi..., é... solicito confirmação.

A minha conversa, o depoimento do senhor Helton: "Como o senhor teve conhecimento da proposta da Veigamed?" O senhor Helton: "A proposta da Veigamed eu tive conhecimento, na verdade, através daquele momento em que a Márcia disse que conseguiu os



duzentos ventiladores.” Eu faço a seguinte pergunta: “E, aí, quem bateu o martelo?” O senhor Helton: “Não, não, é bater o martelo. A partir deste momento, chegamos no 165; a partir desse momento, o que que eu falei pra ele?: “Olha, então, a nossa Superintendência vai fazer contato com contigo pra verificar a tramitação normal. E essa tramitação normal passa pela análise da DLIC, passa pela análise jurídica, passa pela análise de documentação e de proposta.” Eu pergunto: “Mas quem é a pessoa que decidiu?” O senhor Helton me pergunta: “Decidiu o quê?” Decidiu “a compra.” O senhor Helton responde: “Então, naquele momento Deputado, nós tínhamos um valor de 165 mil. Esta compra...” Eu pergunto: “Então, foi o senhor.” O senhor Helton responde: “Não. Naquele momento nós chegamos no valor de 165 mil, que é o que ele definiu.” E, aí, eu pergunto: “E aí foi decidido a escolha da Veigamed?” O seu Helton responde: “Não, não foi decidido a escolha da Veigamed. O que eu decidi? A Superintendência de Gestão Administrativa vai fazer a tramitação agora desse processo que poderia culminar com uma nova proposta ou poderia simplesmente o equipamento... ser dito: “Ó, esse equipamento não serve.”

Com relação a esse assunto, o senhor Douglas disse que não tinha nenhum conhecimento do processo conforme trecho que segue...

Então, senhores, vocês podem me esclarecer quem escolheu a Veigamed? Por favor, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor Helton Zeferino. Na negociação, no dia 26, isso ficou bem definido. Após é... esta negociação, eu olhei para o doutor Helton, Secretário Helton à época e perguntei: Secretário - pela segunda vez -, nós vamos adquirir esses duzentos respiradores? Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ratifico tudo que já falei.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom. Deputado, só... fazendo uso, inclusive, do material que já foi apresentado pelo Ministério Público...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... é... nós tínhamos... nós tínhamos, então, aqui algumas conversas que começaram lá no dia 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas, senhor Helton, eu pediria para o senhor ser mais objetivo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Como eu disse e já ratifico, no dia 26 de março, nós tínhamos uma empresa que não era a Veigamed, que estava na negociação. A empresa que foi, no dia 26 de março, é... que era a proponente de entrega de equipamentos chamava-se *Brazilian Trading*.

Então, a ligação que então foi dita que o Secretário Helton fechou a negociação com a Veigamed... a Veigamed ela só entra nesse processo no dia 27. Está nos autos. Dia 27, pela manhã, o então empresário, médico, enfim, negociante Fábio Guasti ele solicita a troca da... da empresa que vai fazer a importação, porque ela diz que, enfim, que a *Brazilian Trading* não teria condições... Tem um arrazoado de coisas que está aqui no processo.

Então, naquele momento, dia 26, pra deixar bem claro pros senhores, a Veigamed, ela não existia nesse processo. Ele tem aqui ao longo do processo vários equipamentos e, dentre os quais, tá, pasmem os senhores, o Shangrila 510, foi uma das primeiras propostas. Preço unitário: R\$ 252,5 mil; Shangrila 510. Tá aqui, tá nos autos. Então, a empresa Veigamed, ela só entra neste processo no dia 27 de março, às nove e pouco da manhã, que ela é substituída pela empresa *Brazilian Trading*. Então, ou seja, é... quando dizem que o Helton fechou a negociação com a Veigamed, isso não é verdade, isso não é verdade. Por quê? A Veigamed, naquele momento, sequer existia. Ela entrou durante a noite, ele mandou uma mensagem às onze da noite: Ó, provavelmente, vou ter que trocar a empresa. E, de manhã, ele já fez a troca. E, por coincidência, esta Veigamed que foi feita a troca é aquela empresa que



no dia anterior, por volta das... *(pausa)*, enfim, não vou ter o horário aqui, mas ela mandou propostas de bombas de infusão. Ou seja, ele mandou toda a documentação da Veigamed com relação a bombas de infusão; depois ele relatou em áudio que poderia... que deveria, provavelmente ter que trocar a empresa que vai fazer o processo de importação e ainda disse no final: Olha, pode ser, inclusive, que seja a Veigamed. Isso foi às onze da noite.

Então, é... não... a Veigamed ela surge nesse processo no dia 27 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria... primeiro da Márcia novamente, se teria alguma...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, é que esse assunto eu não tenho a acrescentar, pois ele já foi colocado no início e eu já, né, contextualizei o que eu gostaria de falar.

(O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputados João e a todos. Bom, a fala dos... dos dois só confirma que essa escolha não foi minha. Um diz que foi do outro o outro diz que foi do um, mas ninguém disse que foi do Douglas.

Então, reforço que ninguém falou comigo sobre esse processo, seja pra confirmar, ou então pra avaliar, né, se eu que tinha indicado, então, de repente, alguém manda uma mensagem ou liga e diz: Douglas, ó, nós vamos comprar aí de um fornecedor aí, um dos tantos que tu mandou.

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a depoente Márcia Regina Geremias Pauli.)

Nós vamos comprar um desse aí. Tu confirma? Tu atesta? Tua avaliza? Eu jamais cometeria uma insanidade dessa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas, senhor Douglas, com relação ao conhecimento do Fábio Guasti também. Um joga pro outro e o outro joga pro um, e aqui nós estamos pra tentar esclarecer essas divergências.

Obrigado.

O meu terceiro apontamento é o seguinte: A pressão exercida pelo senhor Douglas Borba na Secretaria de Estado da Saúde, também com base nos depoimentos que os senhores prestaram aqui e o que nós tivemos acesso na Justiça: O senhor Helton afirmou que Douglas Borba fez pressão na Secretaria de Estado da Saúde pelo menos quatro vezes, sendo que Douglas afirma que essa Secretaria é uma ilha e que nem o Governador tem ingerência sobre ela.

Na pergunta que eu fiz ao senhor Helton, confirma o que disse no sentido de que Douglas Borba fez pressão na Secretaria de Estado da Saúde e assim foi a minha conversa o que o senhor Helton: "Sobre o Douglas, a Veigamed..." "Sim." "EPIs..." "Sim." "Mahatma Gandhi e a empresa que gere o Samu (...)" "Isso." E aí pergunto: "Se somar essas quatro pressões do Douglas, a gente está falando de R\$ 220 milhões. O que Douglas fez ao senhor com relação a esses quatro... Estou esquecendo alguma coisa?" O senhor Helton falou: "Não, não, é isso mesmo." E aí pergunto: "O que o Douglas Borba fez em relação a esses quatro tópicos?" Fala do senhor Helton: "Bom, na verdade, a pergunta que foi respondida no Gaeco é em que processos eu recordava em que houve participação do Douglas Borba ou do próprio advogado Leandro Barros. O.k.? Bom, então eu relatei uma informação lá pro Gaeco – isso tá no meu depoimento - lá do primeiro, lá do ano 2019 da empresa OZZ onde houve, sim, por parte do Secretário uma... uma necessidade ou, enfim, a expressão não seria necessidade, mas uma apresentação da necessidade de quitação de valores com a empresa, valores que hoje, provavelmente, devem girar aí na casa de R\$ 40 milhões."

Essa foi a minha fala, trecho da última terça-feira com o Secretário Helton. Já com o Secretário Douglas: senhor Douglas você afirma que não houve pressão? O senhor confirma



o que disse? E pergunto: “O Secretário Helton prestou um depoimento à polícia no domingo e na terça ele voltou à polícia para, segundo ele, reforçar alguns tópicos. Ao senhor, ele fez quatro graves acusações, né, de interferência e pressão: com relação à Veigamed, aos EPIs, à contratação do hospital de campanha da Mahatma Gandhi e ao pagamento de uma empresa, a OZZ, que gere o Samu. Esses quatro tópicos somam R\$ 220 milhões. Vamos lá. Qual o seu interesse que pagasse a gestão do Samu?” Douglas Borba: “Nenhum. (...) Ou sim ou não, e eu sempre usei essa expressão, ou sim ou não tem que ser dada uma resposta sobre uma... um ofício que é encaminhado pro Governador com teor tão grave, né? Então não houve qualquer pressão, esse assunto depois foi encaminhado, nem ficou comigo na Casa Civil, esse assunto ficou com o chefe de gabinete do Governador, senhor Márcio Ferreira, que ficou fazendo a interlocução entre as Secretarias envolvidas, que é a Secretaria da Saúde e a PGE. É... à Casa Civil coube tão somente fazer a tramitação desse processo.”

Os senhores podem esclarecer como foram as tratativas desse assunto e qual pressão houve ou não?

Senhor Helton, por favor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor está se referindo à OZZ?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Aos quatro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, vamos lá.

É... com relação à OZZ, nós temos uma empresa hoje que faz... é uma prestadora de serviços que faz a gestão do processo Samu no Estado e essa empresa ela vem remontando desde o início de 2019 pedidos reiterados de recursos financeiros, porque ela diz que está em desequilíbrio financeiro. Esses recursos eles... é... ou melhor, esses pedidos eles foram feitos em mais de uma dezena de ofícios onde eles reiteram os pedidos. É... chegou um dado momento do ano, que eu não sei exatamente agora recordar em que momento foi, que eles... é... eles já... eles deixaram de encaminhar o ofi... o pedido somente pra Secretaria de Estado da Saúde e começaram encaminhar também pra Casa Civil. Por quê? Não sei dizer. Depois, num terceiro momento, eles... além da Casa Civil, eles colocavam o nome do Governador e, obviamente, que ia pra Casa Civil. É... e como o senhor bem colocou, lá no final do ano, enfim, né, a monta que eles apresentavam...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eles quem, senhor Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Eles, a empresa OZZ, né, a empresa OZZ apresentando os seus pedidos, seus pleitos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É... lá no final do ano a monta já chegava em algo próximo de R\$ 40 milhões de valores a pagar. E eles apresentavam um outro valor de... valores futuros que diziam que o contrato pra que ele tivesse o equilíbrio adequado ele teria que ser... acrescido algo em torno de R\$ 4 milhões de um valor total hoje de um contrato que gira em torno de pouco menos de R\$ 12 milhões/mês.

Bom, a Secretaria de Estado, nós, enquanto Secretaria, obviamente, submetemos aquilo ao nosso... à nossa equipe técnica jurídica, enfim, não víamos nenhuma legalidade em pagar isso. Não víamos! Não tinha lógica o que eles apresentavam. E, obviamente, que eles insistiram, insistiram, insistiram conosco. Nós, né... não. Inclusive, pareceres que foram encaminhados à PGE, a PGE ratificando, dizendo que: Ó, não é devido. Chegou dado momento em que... é... eu fui encaminhado... fui solicitado à Casa Civil, no sentido de: Olha só, é... colocaram na mesa aí a questão da OZZ pra que a gente integralize lá os valores pendentes, enfim, porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Colocaram quem?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, colocaram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem colocou?



O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O Douglas se referindo pra mim, tá: “Ó, nós temos que... é fazer essa integralização aí dos valores da OZZ porque é... é um pedido que está sendo reiterado, é... existe o risco de eles pararem, nós já tivemos uma parada do Samu há algum tempo atrás, é... isso é muito ruim pro governo... Enfim.

É... e eu retirei, né, assim como reitero, e acho e acredito eu que a Secretaria ela não fez nenhum pagamento pra eles, de que não era devido. E enviaram, enfim, é... acabou culminando, sim, com esse processo aí que foi chamado pelo gabinete do Governador, a análise de todos esses processos. É... a Secretaria, neste momento, ela foi demandada no sentido de: Olha só, tudo que vocês tiverem aí de pedidos da empresa OZZ têm que ser respondidos, todos os ofícios, todos. E, aí, relataram todos os ofícios que a empresa havia encaminhado, nós fizemos esse trabalho, encaminhamos lá pro gabinete. É, mas de fato, sim, houve essa... essa conversa.

Com relação à OZZ, então, era isso.

Com relação... é... com relação aos respiradores, é aquilo que eu já falei pros senhores, a Márcia... é... faço as vezes da fala que elas teve comigo no sentido de, né, de quem apresentou, como apresentou, por que apresentou.

Com relação ao Hospital Mahatma Gandhi ou hospital de campanha, é... a fala que eu fiz foi justamente naquela pergunta que o senhor colocou, no sentido de... ou Douglas Borba ou Leandro Barros, né, nós temos aí uma... uma conversa que foi perguntada a respeito dos dois. E me perguntaram a respeito do Leandro Barros ser o advogado é que representa Mahatma Gandhi ou, enfim, o assessor, eu disse, né, mais uma vez, o Leandro Barros aparece nos processos, porque ele até então ele já tinha aparecido na questão dos próprios respiradores; ele apareceu na questão do hospital de campanha e mais à frente, né, um pouquinho mais à frente, a questão das compras dos EPIs também é... como um possível proponente a ser o facilitador, né, como ele coloca.

É... então, nessas quatro situações que eu relatei nos meus... nas minhas declarações onde nós tivemos ou a participação do Secretário Douglas ou a participação do então Leandro Barros, advogado, que se apresentava aí como facilitador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Essa questão dos respiradores, senhora Márcia, eu vou voltar à tona na sequência. Então, eu passaria para o Douglas e a gente volta. Obrigado.

O SR. DOUGLAS BORBA — Deputado, eu vejo que a ata foi *ipsis litteris* o que eu na terça-feira passada, né, em relação à OZZ. É... de fato, o gabinete do Governador e a Casa Civil quando recebem qualquer requerimento a gente tem como o dever e obrigação, né, fazer encaminhamento a todas as... todos os órgãos do governo, e foi isso que foi feito naquele momento à Secretaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas foi feito pressão?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, aliás... eu vou chegar lá, porque, na verdade, tanto no processo da Veigamed quanto no processo do hospital de campanha e quanto na OZZ, é... não foi afirmado aqui pelo Secretário Helton que houve pressão na fala dele... é... agora. Em nenhum momento, ele disse que houve pressão. O que houve, de fato, foram demandas que foram conversadas, mas em nenhum momento houve pressão dizendo: tem que ser feito, tem que fazer, tem que comprar, tem, né...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só, só, uma correção... só pra gente fazer uma correção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ele falou pressão, Douglas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só pra gente fazer uma correção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só deixa o Douglas...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ... finalizar eu já vou passar de novo para o senhor.

O SR. DOUGLAS BORBA — Então, em relação à OZZ a única coisa que nós fizemos foi o encaminhamento ao gabinete. O gabinete montou essa reunião multidisciplinar, né, por entender a gravidade é... desse fato do Samu e, a partir daí, a chefia de gabinete do Governador passou a tratar desse assunto que eu confesso que nem sei como está.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ele não falou a palavra pressão Douglas, porque eu mencionei o depoimento na Deic e eu mencionei que ele havia falado a pressão. Então, ouve a palavra pressão na minha pergunta a ele.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não entendi dessa forma, mas respeito o posicionamento do senhor, não entendo dessa forma.

Pois bem, é... em relação ao hospital de campanha, já foi atestada aqui que eu sequer participei. Inclusive, vossa excelência solicitou as imagens da reunião - não sei se já chegaram ou não - mas elas, certamente, vão atestar é... que eu não participei daquela reunião dita aqui por vocês é... onde vários agentes estavam na apresentação de alguém, né, que poderiam... Então, facilmente... não participei do processo e não tem como ter exercido pressão em algo que não participei.

Em relação à Veigamed, já disse que não conhecia é... sequer conhecia essa empresa e na... na pergunta anterior de vossa excelência ficou muito claro aqui que o processo de escolha se... se deu lá na Secretaria da Saúde. Não houve pressão, tanto pra escolha quanto para pagamento, né? Isso está muito claro aqui nas perguntas que antecederam.

E em relação aos EPIs, que, aí, sim, eu posso ter sido mal interpretado, aquilo que... que eles chamaram de pressão, que foi o único momento, aliás, lá em todos os depoimentos que eles mencionaram, e que professor Luiz Felipe teve aqui também, é... eu não trato como pressão, eu trato como resolutividade e agilidade nos processos do Estado. Se dá ou não dá, essa resposta tem que ser rápida, essa análise tem que ser rápida. E, naquele momento, sim, eu disse: Olha, isso nós precisamos definir hoje. Era quinta-feira santa - processo de EPI -, era quinta-feira santa, nós tínhamos sexta, sábado, domingo e o vírus não escolhe final de semana e nem feriado. O vírus está andando e, aí, a PGE queria 72 horas pra analisar a partir do primeiro dia útil, que é segunda-feira, vem segunda, terça, quarta, só ia ter uma semana depois o parecer sobre o processo se poderia dar ou não pra termos uma opção.

Então, naquele momento, eu cobrei agilidade, sim, mas lembrando quem trouxe à CGE, naquele dia, na compra... na compra, não... pra tratar de EPI fui eu. Eu liguei para o professor Luiz Felipe e disse: Luiz nós temos um caso aqui que precisamos de uma análise tua.

É... talvez, se esses chamamentos aos órgãos de controle tivessem sido feitos pela Secretaria da Saúde neste processo de compra dos respiradores, ninguém estaria aqui hoje e eu não estaria no local onde todos vocês sabem que eu me encontro atualmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Posso passar... senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, bem rapidinho, Deputado, pra gente não ser muito prolixo também.

Então, com relação à pressão, é... nós tivemos, então, essa primeira conversa que aconteceu lá na Casa Civil; depois disso nós tínhamos uma outra reunião a respeito da OZZ, porque a empresa ela não comunicou à Secretaria, mas ela comunicou diretamente à Casa Civil dizendo: olha só, é... nós vamos deixar de fazer a operação em determinado software porque eles não querem pagar. Foi provocada uma nova reunião, nessa reunião aí, sim, surge a questão do gabinete. É... e, a partir daí, nós tínhamos algumas tarefas a serem realizadas e algo que me chama a atenção - isso é fato, quem estava presente na reunião pode confirmar - é... é... foi relatada a seguinte forma: Olha só - pela assessora jurídica da Casa Civil -, mas a empresa ela tem o direito de receber resposta de todos os ofícios.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Qual o nome dela seu Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É Giglione (?), salvo engano. Era, na época, não sei se é ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A empresa ela tem direito de receber a resposta de todos os ofícios, inclusive, daqueles... é... referentes... enfim se citou a questão do décimo terceiro e hora extra, e férias, enfim. É... o que eu citei: Não, nós já encaminhamos, inclusive, a resposta pra empresa com a... o parecer da Procuradoria-Geral do Estado. Não é suficiente, nós temos que colocar por que nós estamos negando. E, enfim, não sei se foi coincidência, não sei se foi coincidência ou não, eu sei que, no dia seguinte, aporta na Secretaria de Estado um pedido da empresa solicitando que todos os ofícios encaminhados e citando um, dois, três, quatro, cinco sejam respondidos é... pela Secretaria de Estado da Saúde.

A partir daí nós estivemos, então, uma pressão, sim, especialmente, lá junto ao jurídico da Secretaria de Estado da Saúde no sentido: Ó as respostas têm que vim, as respostas têm que vim, isso é uma demanda, nós temos que encaminhar isso pro grupo de trabalho, nós temos que caminhar isso por grupo de trabalho.

E só pra destacar e pra finalizar minha fala, nós estamos falando de uma empresa que renovou o seu contrato por duas vezes. Se ela estivesse realmente numa situação em que ela disse que tem um negativo de R\$ 4 milhões ao mês, ela não teria renovado duas vezes um contrato com a Secretaria de Estado de Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito.

Antes de passar a palavra para a senhora Márcia, eu só...

(O senhor Douglas Borba fala fora do microfone com o Deputado João Amin.)

... não, mas aí eu tenho que passar... Pode só esperar para eu contextualizar a questão dos respiradores?

A pressão exercida por Douglas no processo então na compra dos respiradores em que ainda há divergências. Há divergências acerca da afirmação de que houve pressão do então chefe da Casa Civil Douglas Borba na Secretaria de Estado da Saúde. Enquanto Márcia Pauli alega ter havido essa pressão, Douglas, nega. A senhora Márcia Pauli fez as seguintes afirmações eu gostaria que fossem confirmadas por ela.

O Relator Ivan Naatz disse: “Bom, então entrou o Douglas Borba no dia 22...” A senhora Márcia Pauli: “Dia 22 às 10h17 da manhã.” O Relator Ivan Naatz: “Olha só. Então entrou o Douglas Borba, como ele entrou assim... ele entrou, é: olha, eu tenho essa empresa aqui, eu quero que vocês façam negócios com essa empresa. Eu vi os áudios, eu vi o texto.” E a senhora Márcia contribui: “Hum, hum.” O senhor Relator: “Eu preciso compreender - e os meus colegas da CPI também precisam compreender - o nível da pressão...” A senhora Márcia responde: “Sim.” O senhor Relator reafirma: “... o nível de direcionamento.” A senhora Márcia: “Certo.” O senhor Deputado Estadual Milton Hobus contribui: “O que não é muito comum um Secretário da Casa Civil se... interferir em orçamentos de outras Pastas, eu nunca vi isso.” A senhora Márcia Pauli: “Mas era a preocupação, isso acontecia.” Palavras da senhora Márcia. A senhora Márcia Geremias continua: “A partir do dia 23 de março, o Leandro já começou a conversar comigo através do WhatsApp.” Então, o senhor Deputado Milton Hobus contribui: “Já estava fazendo essas interlocuções dos...” Interrompida pela senhora Márcia: “... ligação e ele me perguntava sobre as... as... e os respiradores, né? Fechou os respiradores? Fechou os respiradores? Sim.”

E aí o senhor Douglas afirmou que não houve esse tipo de intervenção em suas declarações. O senhor confirma o que eu passo a ler?

E eu fiz a seguinte intervenção: “Em algum momento o senhor fez pressão, a palavra é essa mesmo, pressão, ao Secretário de Estado da Saúde ou à funcionária Márcia Pauli, para



pagamento, escolha de empresa, produção de documento, produção de edital?” O senhor Douglas afirma: “Em nenhum momento, Deputado.”

Então, como vocês podem perceber, é preciso esclarecer se houve ou não por parte do senhor Douglas Borba no processo relacionado, a pressão pela compra dos respiradores. Senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso me referir a uma relação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Se refira, se a gente for objetivo a senhora pode se referir ao que quiser, falar três quatro, vezes...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ... o Douglas também, o Helton também. Sem problema nenhum.

(O advogado Noel Baratieri fala com o depoente Helton de Souza Zeferino.)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — De algumas conversas que eu tive com o Secretário Helton a cerca dessa problemática, pagamento antecipado da Veigamed, numa delas, é me reporte a ele perguntando se a gente poderia conversar com senhor Douglas, chamá-lo, pois, afinal, ele tinha indicado, já bem no início. Três, dois, três... não vou saber o dia certo. É... qual o problema da gente conversar com ele? O senhor acha, Secretário, que ele não confirmaria, né, que ele não... que ele se oporia, né, ia se opor e alguma coisa assim? Ele vira pra mim: Não sei, não sei. E não...é... e não toma a iniciativa de chamar o senhor Douglas pra conversar.

Então, ali, eu fiquei muito confusa, porque que ele toma essa decisão. Pra mim, imaginei que ele não quisesse escândalo, enfim, que ele não quisesse subir isso, né, pra uma outra área de que teria algum problema interno, algum ruído com relação a essa compra que pra ele estaria tudo o.k.

Mas eu me recordo de ter tido esta conversa com ele. Não me recordo exatamente o dia. Ele vira pra mim diz: Não sei, não sei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com ele quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com o senhor Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Era isso que eu gostaria de mencionar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Douglas.

O SR. DOUGLAS BORBA — Bom, é... parece muito claro aqui... é... que não há qualquer participação tá minha nesse processo de contratação da Veigamed. É... reitero: entre o dia 25 de março e 1º de abril onde tudo aconteceu não houve qualquer conversa minha com a servidora a respeito, não houve qualquer conversa minha com o Secretário a respeito, tampouco houve essas conversas depois. A servidora traz um assunto importante aqui agora, que é... de repente por que não chamaram o Douglas logo depois que... que... deu problema, né, ou chamaram alguém, né? É... de repente... enfim, só comprova que eu só soube dessa compra no dia 22 de abril de 2020, nessa reunião em que participou eu, o Governador Carlos Moisés, o Chefe de Gabinete Márcio Ferreira e o Secretário Helton.

Então, não tenho muito mais a dizer em relação a esse assunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, Deputado, na verdade, é... nós estamos aqui (ri) parece que estamos correndo ao redor da mesma situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Enquanto não esclarecer a gente vai correr.



O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não, é que na verdade, Deputado, os fatos que o senhor relatou, dos quatro fatos, eu já disse o que aconteceu. Com relação à empresa do Samu, com relação à empresa dos respiradores, com relação ao hospital, ao suposto hospital de campanha que acabou não acontecendo, e, também, com relação aos EPIs.

Então, eu reafirmo aquilo que eu já coloquei nos meus depoimentos, no sentido de que, nessas quatro situações ou nós tivemos a participação direta do Secretário Douglas ou tivemos a participação do então advogado Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por favor, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de ratificar os meus depoimentos, a perícia do meu celular, encaminhamento das mensagens, a ocorrência das ligações. Ratificar tudo o que está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Presidente, por enquanto estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado João Amin.

Na sequência, o Deputado Valdir Cobalchini. Vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, senhores, senhora do depoente, servidora Márcia, ex-Secretário Helton, ex-Secretário Douglas, senhores advogados, hoje, pela manhã, o Tribunal de Contas, através de uma emissora de televisão, apresenta um estudo em que demonstra claramente que as compras dos respiradores foram superfaturadas. Todas as compras regulares no País e foi excetuada Santa Catarina, que não foi um processo regular; foi excetuado Rio de Janeiro, que não foi um processo regular; foi acentuado São Paulo. A média de preço estava entre 71 mil a 88 mil mais exatamente os respiradores que o Estado estava adquirindo. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

Na semana passada teve um depoente aqui representando a Exxomed que afirmou que se esses respiradores estivessem sido adquiridos diretamente pelo Estado, via Exxomed, poderiam ter chegado aqui por R\$ 78 mil. E os três depoentes afirmaram aqui que o processo de aquisição não seguiu o seu rito. O Secretário Helton disse que foi uma fraude, o ex-Secretário Douglas disse que foi desastroso e a servidora Márcia também disse que recebeu pressão e que quando alguém manda, alguém obedece.

O interessante nesse processo, e eu quero fazer uma pergunta, porque é espantoso que somente no dia 22 de abril, Deputado Milton, o Governador numa reunião teve acesso a essas informações. Ninguém, o Secretário da Casa Civil, o Secretário da Saúde... a servidora Márcia disse no seu depoimento que era impossível que o Governador não tivesse essas informações, e eu quero consultar vocês: ninguém falou com o Governador? Ninguém observou que...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Dia 15, Deputado, eu já coloquei. Logo depois que eu saí da Procuradoria-Geral do Estado informei o Governador. Dia 15.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Dia 15 de abril?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não ti...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não.

O SR. DOUGLAS BORBA — Eu não tinha conhecimento dessa informação, tô sabendo agora pelo Secretário Helton. Pra mim, o Governador tinha é, é, tinha essa informação no mesmo que eu, no dia 22 de abril, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso fazer uma colocação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gostaria de voltar no dia, por gentileza, coletiva ou *live* do Governador, onde ele coloca, falando da minha exoneração, do



gestor local, ele diz a frase, não vou me recordar o minuto: acabei de saber ontem. Esta *live* ocorreu entre o dia 29 ou 30, se não me engano, de abril. Gostaria que ficasse registrado nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tem algumas datas... Muito embora as perguntas já tenham sido feitas, mas agora é no detalhe, agora é no detalhe (*o senhor Douglas Borba fala com o advogado Paulo Cesar Schmitt*). Acho que o Relator foi muito bem, o Deputado João também e eu vou até poupar da leitura dos depoimentos, porque eles já foram aqui lidos. E as questões são parecidas, porque as divergências também... não são tantos os pontos que precisam ser esclarecidos.

Na data do dia 22 o Secretário Douglas encaminha todas as propostas, protótipos que estavam na Casa Civil. No dia 2 de abril houve a conversa via WhatsApp do Secretário Douglas com a servidora Márcia. A proposta da Veigamed – e hoje foi dito aqui no início da manifestação do Secretário Helton –, a proposta da Veigamed foi apresentada à Secretaria da Saúde pelo Secretário logo no início, quando chegou, foi apresentada pelo Secretário Douglas. Nesse dia 22, nessa papelada toda que você encaminhou, vossa excelência, o senhor encaminhou para a Saúde, constava lá a Veigamed?

O SR. DOUGLAS BORBA — Não, Deputado. Nenhum documento, de todos os documentos que eu encaminhei à servidora Márcia, é... nenhum é de nome da Veigamed e, mais que isso, de todas as propostas eu tive cuidado depois, junto com a minha assistência jurídica, todos os prospectos, enfim, de todas as marcas e tudo mais, o cuidado de acessar o Portal da Transparência do governo do Estado pra saber se alguma daquelas mercadorias tinham sido adquiridas. E não, de todos os protótipos, de todas as, as coisas que foram encaminhadas por mim pelo menos que chegavam na Casa Civil para o filtro da Secretaria da Saúde, nenhuma foi adquirida.

E só voltando ainda numa... na primeira questão que o senhor levanta das compras Sat... superfaturadas levantadas hoje pelo TCE, é importante dizer que em nenhum momento eu escolhi, como Casa Civil, em nenhum momento eu contratei e em nenhum momento eu paguei. Então os atos, inclusive leilão, que parece que houve, enfim, aconteceu tudo lá dentro da Secretaria da Saúde. Então... Eu de fato não tenho conhecimento técnico pra saber o preço, então não sei se esse relatório de fato é... enfim é assertivo nisso, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O que foi...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Desculpa, o senhor quer concluir o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Obrigada.

Eu gostaria só de ratificar também o valor alcançado, que não era R\$ 165 mil, era R\$ 169 mil. É... também gostaria de mencionar que eu na SGA, Márcia, SGA da SES, Superintendente de Gestão Administrativa, não origina a compra, não negociou a compra, não pagou a compra. Executou um processo de compra direta, seguido de uma dispensa de licitação conforme procedimento. Após a origem da quantidade, especificação que já estava valorada após a decisão.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, vamos voltar ao tema, mas eu sou obrigado a voltar ao tema é... pra gente esclarecer porque que isso tudo aconteceu. Nós temos que esclarecer isso, né?

Isso tudo aconteceu... nós poderíamos ter respiradores com 200, 300, 400 mil reais a unidade. Se eles tivessem sido entregues, teriam sido pagos. Eles não foram entregues. E nós temos uma nota fiscal assinada de recebimento. Por isso que eu falo, quando eu digo e reafirmo, a questão da, da fraude aqui está, né, eu tô atestando que alguma coisa chegou



quando não chegou. Eu não rece... eu recebi uma carga de banana, não veio carga de banana, mas tá aqui, tá assinado.

Então o senhor já tem acesso aos autos, enfim, eu tô sendo repetitivo, mas é importante a gente pontuar isso. Isso tudo é a mesma situação, né, e aí o Deputado Milton Hobus ele fez algumas, algumas proposições na oportunidade em que eu estive aqui anteriormente com relação à empresa Intelbras. É a mesma situação, igual, não muda nada. São dois processos quase que semelhantes. Aí a pergunta do Deputado Milton Hobus: por que um pagou e por que o outro não pagou? Porque não era pra pagar nenhum dos dois.

E digo mais, nós tínhamos uma promessa de... e hoje os senhores acompanharam na mídia que a Intelbras desistiu da venda, né? Por que que ela desistiu da venda? Porque ela não conseguiu a liberação da Anvisa pra conseguir fazer a importação. Então olha só, é... nessa mesma seara nós só temos que identificar, é... é... por isso que eu, eu volto ao processo, independente, né, e agora aqui uma questão de SGPE, alguns entendem que ela é inadequada, alguns entendem que ela é adequada, a questão desse processo aqui, dessa comunicação interna que tá datada no dia 20, ela é pouco ou quase nula dentro desse processo.

O documento mais importante desse processo aqui de... que foi autuado, dos dois processos que foram autuados, é a nota fiscal. Quando a nota fiscal ela tem o rece, o recebimento, a assinatura de alguém, tá se dizendo que esse produto chegou. E outra coisa é... ah, não tenho competência pra tal. Se não tem competência pra tal, por que o fez? Tá aqui, é público, os senhores têm e toda a população catarinense têm acesso ao processo. Se não tem competência para tal, por que o fez?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Secretário, me permite...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu acho isso aí fundamental, acho que essa parte fundamental da acareação, o Secretário Helton insiste nisso. Eu estou com o documento aqui na mão, eu tenho a assinatura da Márcia, eu tenho a certificação da Márcia no dia 1º de abril, às oito e dezoito da manhã certificando o recebimento dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O senhor está de posse de uma nota que foi assinada. Eu gostaria da materialidade, da declaração material de onde diz: nota assinada é autorização de pagamento. Eu gostaria que constasse nos autos.

Eu gostaria de mencionar a fala do Secretário Helton quando ele diz, abre aspas “fraude”. E fala essa palavra agora. Gostaria de retornar ao Processo 11.825, de 2019, de março de 2019, onde nós tivemos, dentro da Secretaria, não só este processo, mas outros no ano de 2019, onde a nota, a certificação e toda a instrução idêntica e de pagamento antecipado. Este, esta mesma ação.

Eu volto a lhes dizer, este processo foi instruído com estas peças e foi orientado pra seguir este formato pelas Gerências de Orçamento e Financeira do... da Coordenadoria do Fundo, vinculada diretamente ao gabinete do Secretário Helton.

(O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, eu vou, eu vou, eu sou obrigado a insistir nessa teoria, porque é mais ou menos o seguinte, olha só: algum de nós aqui está em cima de uma ponte e eu disser assim, não pula ou. Ou melhor: pula, pula da ponte. Tá, mas olha só, eu vou morrer. Não, mas pula, pula, pula porque eu acho que é o mais correto nesse momento.

Isso aqui pode parecer algo que... enfim, né, já se comentou como é que alguém tem a... quem é o dono da... isso se repetiu aqui, quem é que é o dono da caneta? A caneta



poderosa. Isso é material, pô, materializado (*mostra documento*), eu só consigo fazer o pagamento de alguma coisa quando alguém recebe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que ela poderia ter feito o pagamento se o senhor mandou fazer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas eu mandei aonde? Aonde é que tá materializado isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Um pouco mais adiante, Relator...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu também vou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia só fazer uma observação rápida?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei se permite, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pois não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso fazer uma observação rápida?

Esse processo, essa nota que o senhor tá vendo é no SGPE, o sistema de pagamento se chama Sigef, Sigef, não é esse sistema. Esse sistema que o senhor tem na mão com a minha assinatura, na mão, é SGPE, uma peça do SGPE assinada. O sistema da Fazenda que faz pagamentos de ordem e operacionalização da Gerência Financeira, Gerência de Orçamento, Coordenação do Fundo, chama Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Em relação ao pagamento, eu vou ler parte do depoimento da servidora Márcia: “Eu sabia do processo de compras? Eu sabia. Eu sabia que o pagamento era antecipado? Todos sabíamos. Eu vou dar o nome de três pessoas que sabiam diretamente ao meu lado (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*): Secretário Helton, a Márcia, Zé Florêncio”, e não sei se o Zé Florêncio é da Gerência de Orçamento ou se é mais uma pessoa.

(*O senhor Douglas Borba fala com seus advogados.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Coordenador do Fundo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Então tem ainda “Gerência de Orçamento, Comandante lá do Corpo de Bombeiros”, que eu imagino seja aquele que veio aqui depor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu, eu preciso corrigir. Esse Comandante do Corpo de Bombeiros que eu me refiro é o gerente Financeiro, o Tiago, eu não sei se ele também faz parte do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não, “e o Tiago também.”

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas tem aqui o Comandante lá do Corpo de Bombeiros.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Então na transcrição saiu um elemento a mais. Eu me referia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Talvez tenha sido o diretor de Licitações...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu me referia a Tiago...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... que era o Coronel do Corpo de Bombeiros.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...gerente Financeiro, gerente de financeiro. Não, aquele era o Carlos Charlie Maia, era outra diretoria. Não me referia àquele, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A senhora confirma então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Confirmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Que essas pessoas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Márcia, Secretário Helton, Coordenador do Fundo, gerente Financeiro e gerente de Orçamento, pelo menos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu preciso...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, só pra deixar claro, é... o Secretário Helton sabia. Eu volto a repetir: em que momento de toda essa tramitação aqueles documentos que passaram pelo gabinete do Secretário, leia-se parecer jurídico, dispensa de licitação e ordem de fornecimento, tratavam de pagamento antecipado ou pagamento à vista?

Diferentemente daqueles outros processos que eu já mostrei pros senhores aqui no início da nossa fala, que nós vamos, enfim, fazer constar aqui como prova pros senhores também, é... de pagamento antecipado ou pagamento à vista.

Segundo, nós temos aqui duas notas que foram certificadas ou assinadas. E essa nota assinada que gerou, que gerou a certificação e acho que é muito importante, os senhores terão a oportunidade de perguntar isso pra Débora Brum, ela vai estar aqui salvo engano na terça-feira que vem, essa pergunta ela é muito importante, por que ela fez isso? Quem orientou ela a fazer isso?

Nós tivemos (*ininteligível*) da tramitação, como eu já disse, coloquei pros senhores aqui lá no início da nossa fala, no dia 31 a empresa ela começa a cobrar ou ela quase determina, né? A empresa, não, o Fábio Guasti, ele quase determina: faz ele fazer o pagamento e me... me dá essa ordem aqui. Ele quase determina isso. Uma nota que foi emitida às onze e trinta e sete. Alguém pediu essa nota pra ele. Nós temos que esclarecer: quem pediu essa nota fiscal, ó, emite a nota e me encaminha.

E depois disso tudo, ah, emitiu a nota e encaminhou, alguém disse que recebeu, que tá escrito aqui ó: Márcia Regina Geremias Poli, Pauli, dia 1º de abril de 2020, às oito e dezoito com 39 segundos. A partir disto aqui, deste documento, é que uma outra servidora pega, insere no Sigef e encaminha pra pagamento. É isso que nós temos que esclarecer.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O Secretário Douglas, o ex-Secretário hoje, mas ainda quando Secretário, em seu depoimento, afirma que foi repassada orientação sobre cuidados nas compras e o não pagamento antecipado. O que foi negado, tanto pelo Secretário Helton quanto pela servidora Márcia, que tenham recebido tal orientação.

Eu quero indagar o Secretário Douglas se essa orientação foi formal, e se tem, pode disponibilizar à CPI cópia dessa orientação?

O SR. DOUGLAS BORBA — Foram alguns momentos na verdade, Deputado Cobalchini, né? Primeiro... Lá nas primeiras reuniões do grupo gestão de crise é... foi levantado, era... eram vários Secretários, como eu já narrei aqui todos que participaram e foram neces, foram narrados os cuidados que deveriam ser feitos nesse momento atípico, nesse momento excepcional, e que os órgãos de controle interno estariam à disposição pra ajudar neste processo, tanto a CGE quanto a SIG.

A partir daí a gente o, o, o que a gente viu foram atuações independentes, tanto da... da SIG quanto a CGE. Uma dele, uma delas foi no dia 25 de março, um contato da Secretária da Integridade e Governança com a... a ge, a Superintendente de Gestão Administrativa se



colocando à disposição pra contribuir na formatação do processo de compra dos respiradores da Aeonmed. Este processo que a gente tá falando.

Então a Secretaria de Integridade e Governança se colocou à disposição referendando, se referenciando, melhor dizendo, a co, a proposta comercial da Aeonmed VG70, Fundo Estadual de Saúde, no dia 25 de março. Que foi o início dessa negociação, se nós lembrarmos de todos os depoimentos o, o, o, o primeiro produto era VG70, depois mudou pra outro produto, enfim, mas já se referia a essa, a essa, a essa compra.

E mais que isso, mais do que estar expresso, Deputado, na verdade foi montado o grupo de compras mencionado lá no dia 22 de março. Então existia, de fato, um grupo de compras coordenado pelo então Secretário da Administração, Jorge Tasca, onde nós encaminhamos é... para ele os nomes a serem inseridos nesse grupo, a SIG, a CGE por parte do governo do Estado, junto com a SEA, Secretaria da Administração, e também a Secretaria da Saúde. Então eram os quatro órgãos do governo que faziam parte desse grupo, além dos órgãos externos, que aí é... o TCE e o MP também teriam pessoas nesse grupo. *(O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.)*

Então, na verdade, a, a orientação passada por nós, pelo Governador sobretudo, que nós deveríamos seguir, né, é que todas as compras do Estados deveriam ser debatidas nesse grupo. Isso foi uma orientação, e mais do que uma orientação, isso na, na verdade se tornou, Deputado Cobalchini, tangível, se tornou fato na medida em que foi montado de fato esse grupo. Tanto é que esta proposta desta compra chegou a ser discutida lá naquele grupo e, numa conversa individual da Naiara com a Márcia, foi solicitado o seguinte: queres alguma ajuda pontual para essa demanda dos dois fornecedores que você apresentou no grupo? Podemos produzir um relatório rápido. E essa... e essa resposta nunca foi encaminhada de volta à SIG.

Mais adiante... Isso foi no dia 25, no dia 27 a SIG produziu um documento com várias inconsistências de uma outra compra, da compra da Edera, apontando as inconsistências. Uma delas era o pagamento adiantado, e encaminhou à Secretaria de Estado da Saúde fazendo o alerta da impossibilidade de se fazer o pagamento adiantado *(o advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino)*. Isso também eu... eu faço, sim, é... constar depois no processo a íntegra desse processo da SIG com essa orientação à Secretaria da Saúde é... pedindo inclusive o prazo de 48 horas pra que a Secretaria da Saúde se manifestasse sobre aquela compra.

Isso daria no dia 29 de março, em tempo ainda de não serem feitos outros pagamentos adiantados. Mas ao invés das 48 horas para a resposta, a... aí a, a Secretaria da Saúde, enfim, o Jurídico, a Superintendência de Gestão Administrativa respondeu esse documento lá no dia 22 de abril, quase um mês depois da orientação.

Ah... mais um fato: houve uma reunião, perdão Deputado, mas é importante a gente dizer, houve uma reunião da CGE na Secretaria de Estado da Saúde, afirmada pelo próprio procura é... Controlador aqui, o Luiz Felipe, no dia 30 de março. Houve essa reunião lá, eu também não participei, na verdade esses processos de compra corriam lá na Secretaria da Saúde, mas o Luiz Felipe foi lá pra se inteirar, pra se colocar à disposição e tudo mais, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k., senhor Douglas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu gostaria de fazer algumas observações com relação a... a... a desc, à fala do... senhor Douglas.

É... Naiara 3D ou Naiara Facechild (?), era assim que ela estava salva no meu WhatsApp. Nossos WhatsApp eles foram, como eu já coloquei, passados pra muitos colegas. Ela estava salvo ali no meu WhatsApp com uma descrição diferente, portanto fazendo



referência, e nossa conversa começou com tratativas de EPI. É... a Naiara também, consegui falar com ela, acredito que lá entre o dia 18, 19 de abril apenas, por conta do que o, o senhor Douglas acabou de colocar com relação à análise do processo da Edera. Ela tinha encaminhado atra... pro gabinete e a resposta, ela tava... eu me comprometi com alguém da... do gabinete da Secretária Naiara, que nós tínhamos 48 horas ou 72 horas, não me recordo agora, pra responder.

Até neste dia, lá em abril, eu coloquei pra ela que eu estava à procura do telefone dela, e ela vai recordar desta ligação, nós ficamos bastante tempo, nós tivemos uma conversa longa, eu e a senhora Naiara. Naquele dia, tanto ela quanto eu a gente chegou a se emocionar com a dificuldade que a gente tava ali, ela vai se recordar disso agora. Naquele dia eu falei pra ela que o contato dela no meu WhatsApp estava salvo com Naiara 3D ou Naiara Facechild (?), então não fazia referência à Secretária, que eu estava à procura dela pra dizer que eu estava tentando cumprir o prazo de resposta da manifestação do processo da Edera. Ela disse: Márcia, embora eu não tenho como passar direto pra Secretaria, eu tenho que passar pra Cojur, não faço direto, lá dentro da Secretaria nós sempre tivemos esse ordenamento, nós não podíamos responder a outras Secretarias ou à PGE diretamente, nós sempre tínhamos que fazer a passada pela Cojur minimamente. Eu falei pra ela naquele dia: Secretária, nós já elaboramos a resposta. A senhora me desculpe, o seu contato está salvo de outra forma aqui e não consegui lhe identificar. Agora, se a senhora, por gentileza, SIG 28/2020 é o número do processo, se a senhora puder abrir aí e ver a nossa resposta, embora não tenha chego para a senhora, mas a senhora já pode ver que a gente já respondeu.

Eu gostaria de fazer essa observação: nós respondemos, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Secretário Helton, tem alguma...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não. Na verdade, Deputado, só também aproveitar... Esse aqui é mais um documento que eu já citei, mas é importante nós citarmos a todos os senhores. Não faria sentido nenhum... é... eu recebi no dia 28 de março aquela informação que o assessor jurídico Carlos disse que produziu sobre pagamento antecipado. No dia 28 esse processo veio pro gabinete, no mesmo dia 28 ele foi despachado com: acolho a recomendação do parecer emitido e solicito que seja realizada consulta ao Tribunal de Contas e Ministério Público. Porque a conclusão do parecer dele dizia: ante o exposto, recomenda-se consulta ao MP e Tribunal de Contas quanto à possibilidade de pagamento antecipado.

Então, se no dia 28 eu acolho e encaminho solicitando parecer, qual seria a lógica de no dia 1º eu ordenar um pagamento antecipado? Se não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não é nesse processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas é outro processo, justamente por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, mas não é nesse processo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas justamente por isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós precisamos deixar claro as coisas.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro. Eu estou deixando claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senão sai pra fora uma coisa que não é.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — São outros... é outro processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas nós estamos... Nesse processo não tem essa orientação.



O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É um outro processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é, mas só que nesse não tem. Eu preciso fazer essa intervenção...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou acompanhando os procedimentos...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...e não posso permitir que as coisas saiam para fora... de fato, não é verdade, né? Nós estamos falando desse processo dos respiradores, o que aconteceu nos outros, parece-me que aconteceu tudo certo. Agora nesse, não.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então só pra ratificar o que o senhor está dizendo. Nós tínhamos um outro processo que foi formulado pelo assessor jurídico, justamente por essa avalanche de pedidos que ele estava recebendo de pagamento antecipado. Isso culminou com uma informação que chegou no gabinete e o gabinete despachou acolhendo o parecer, encaminhado e solicitando parecer.

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O meu último ponto aqui, Presidente, Relator e colegas Deputados. Márcia...

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins está falando com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Desculpe, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pode... se precisar continuar ouvindo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não tem (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Márcia, o Secretário Helton afirma que você certificou a nota, conforme consta do sistema e o Secretário tem apresentado isso. E também deixa claro que quem certifica a nota acusa o recebimento do equipamento, e deixa claro o caminho livre para o pagamento, depois já recebi. Então, dá para pagar.

A senhora confirma que certificou a nota da Veigamed? Se não foi a senhora, quem foi?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu posso responder já ou não?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quem tinha acesso a sua senha? Pode...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Posso já ir respondendo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tá. Eu gostaria novamente de solicitar, por gentileza: materialidade da prova de que uma nota fiscal assinada no SGPE, que é o Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, não o Sigef, não o Sistema da Fazenda de Pagamentos, são dois sistemas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas eu... eu não...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Materialidade da prova de que uma nota assinada no SGPE ela configura uma autorização pra pagamento, enfim. Isso eu gostaria de colocar.



Quanto à certificação: lá no sistema é possível ver no documento tem uma referência a atestador e usuário. Quem entrou no Sigef, aí o Sistema de Pagamento, para que a ge... para que qualquer área da SES dentro da Coordenação do Fundo, Gerência Financeira e Gerência de Orçamento, possa fazer um pagamento, precisa primariamente ter uma certificação no Sigef. Este usuário foi, lá é possível ver, Débora Brum. Ela gerou a guia. Atestador, ela puxou, como eu já relatei, Márcia ou de posse do meu CPF, e ela me colocou como atestador. Este processo foi assim que foi feito. No SGPE consta o documento assinado, no SGPE, que o Secretário Helt... o senhor Helton se refere. Tá certo? SGPE é diferente de Sigef.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, o senhor me permite?

É... qualquer um dos senhores que está aqui presente, se os senhores atravessarem a praça que nós temos aqui na frente, os senhores vão chegar lá no Tribunal de Contas. Lá no Tribunal de Contas é... salvo engano, as notas não têm tramitação digital.

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Ou seja: a nota ela chega pra pagamento, seja ela qual for a nota, nós temos ainda a época lá do carimbo. Alguém vai, carimba atrás dessa nota, coloca os dados de... de contrato, de empenho, enfim, e ele encaminha isso pra que alguém insira isso no Sigef. Nós estamos falando da mesma coisa. Por que que nós não temos o carimbo nessa nota? Porque isso aqui é uma nota eletrônica e a forma de dar o certificado, o recebido nessa nota eletrônica, é a assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que me chama a atenção, desculpa, Deputado, por mais uma vez eu preciso intervir, é que as coisas aconteceram nessas certificações tudo em segundos, né?

(O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.)

Vamos começar aqui o procedimento. Procedimento da certificação da nota às 8h18min, certo? Depois a gente tem lá a Dispensa de Certificado do Detalhe, esse documento aqui, é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, módulo de programação de execução financeira, 14h29min, assinado pela Débora Brum. Depois, imediatamente às 15h06min a gente tem a certificação da Eliete Maria Müller Braga, do trâmite de pagamento, e às... É, 14h26min.

Então me impressiona, Deputado, que é tudo entre 14h28min, 14h24min, 14h26min e 14h30min. Tem alguns segundos entre as certificações, não tem minuto, tem segundos. Eu fiz, você já fez, ela fez, negócio automático. Como é que isso se explica, Secretário Helton?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Como explica? É... Deputado, como explica é que nós tivemos uma nota que foi certificada às oito e dezoito da manhã pela servidora Márcia, às 14 horas ela foi inserida no Sigef pela então servidora Débora Brum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 14h29min.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 14h29min, isso. Então ela foi inserida de manhã, às 8h...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ...assinada. Às 14h29min ela foi inserida no sistema Sigef, depois de inserida no sistema Sigef ela é tramitada, depois que ela é tramitada, então nós temos ali a questão do... é da Gerência de... Financeiro, provavelmente, que é a Eliete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Às onze e trinta e oito da manhã ela entrou no sistema financeiro.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 15... 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aqui tem a data da autorização do uso: 11h38... É o sistema de...



O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Os documentos que eu tenho aqui então, nota fiscal assinada às 18... às 8h18min, inserida no Sigef às 14h29min, depois a... e 29, então meia hora depois, um mais, um pouco menos, às 15h06min a Eliete ela emite, depois disso ela é encaminhada pra pagamento ou ordem bancária lá no dia 1º/4, às 16h25min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 14h29min.

(O senhor Douglas Borba fala com o advogado Paulo Cesar Schmitt.)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 14h29min?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, a certificação da Débora Brum é 14h29min. Depois, às 16h06min tem...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sistema Integrado, às 15h06min.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, 15h06min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da Eliete.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E às 11h38min a gente tem essa certificação da nota digital, que é tudo...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No mesmo dia, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, no mesmo dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... dentro do horário ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Só para não perder o raciocínio, dentro da pergunta do Deputado Cobalchini de esclarecimento do ex-Secretário Helton, tudo isso, esse último trâmite agora que foi mencionado, tramitou sem o seu conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A tramitação de pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sem meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sem seu conhecimento?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro. Sim, sem meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Satisfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esta presidência suspende por cinco minutos a sessão.

(Estão suspensos os trabalhos. Pausa.)

Senhores Deputados, dou por reaberta a reunião.

Com a palavra o Deputado Milton Hobus. Vossa excelência pode prosseguir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Presidente, senhores Deputados, eu quero cumprimentar a Márcia, o Douglas, o Helton, os seus advogados, cumprimentar todos que nos acompanham.

Eu estava atentamente ouvindo as falas e já dos outros depoimentos, e ficamos pensando um pouco aqui, porque tínhamos feito também separação de vídeos, etc., para mostrar algumas coisas que não se explicam em depoimentos de cada um de vocês, mas eu



não vou usar mais nada disso. Acho que quanto mais se pergunta, senhor Presidente, mais claro algumas evidências aparecem.

Primeiro, o que nós queremos entender aqui é em que circunstâncias e como foi feita a negociação dos ventiladores e o pagamento. E, muito além de nos atermos aos documentos da operação lá dentro da Secretaria da Saúde, porque tudo aconteceu lá – o envolvimento do Douglas Borba nós vamos falar em seguida, que é o que aparece e a gente tem dúvidas também. Mas aqui foi afirmado, senhora Márcia, a senhora afirmou hoje, na outra oitiva, que o doutor Helton, ex-Secretário, é que trouxe a questão dos respiradores para a senhora fazer o processo e o Coronel Carlos, né, Carlos...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Carlos Charlie.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... Carlos disse a mesma coisa. Os processos vinham prontos pra gente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque tinha que operacionalizar rápido...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, com a condição de pagamento antecipado posta e tudo mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É. Foi dito aqui também, pelo doutor Helton e pela senhora, que a decisão pela então Brazilian Trading, porque não era Veigamed, era o seu Fábio Guasti, era com quem vocês trataram.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O fornecedor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É. Dia 26 de março saiu a portaria interna, assinada pela senhora e pelo Secretário Adjunto, né?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para fazer a compra dos duzentos respiradores da Brazilian Trading.

A senhora disse aqui, e o doutor Helton confirmou, que foi passado, perguntado para o senhor se o senhor poderia negociar para tentar reduzir o preço, e disse, não, eu faço. E o senhor falou no telefone com o senhor Fábio Guasti e reduziu de 169 para 165 e daí toca-se o processo, e que a decisão de pagar 165 e não 78...

Hoje ainda eu conversei com uma empresa de São Paulo, foi justamente porque o seu Fábio Guasti disse para vocês que ele entregaria rápido e o senhor confirmou hoje aqui que ele traria de avião e tudo mais, o senhor falou hoje aqui, novamente (*o senhor Helton de Souza Zeferino faz que sim com a cabeça*).

Então a lógica da negociação está muito clara para nós. O senhor mandou comprar, vocês fizeram e fizeram com o seu Fábio Guasti, que depois escolheu a empresa, porque acreditaram que eles iam entregar rapidamente e os outros não davam esse prazo de entrega.

Quando na semana passada estive aqui o seu Onofre, que é o representante da Exxomed, ele disse que tomou conhecimento, no dia que veio aqui para uma reunião a pedido do Leandro para aluguel de equipamentos e para o pedido de passaporte especial para que ele fosse para a China, e que daí ele tomou conhecimento dessa compra dos duzentos e daí ele já se preocupou e disse: a empresa chinesa que eu represento não vai entregar isso aqui. E ele formalizou num *e-mail* no dia 3 de abril para o doutor André Motta, seu Secretário Adjunto, dizendo tudo isso: que não reconhecia a venda, que a fábrica na China não reconhecia a venda. E a senhora disse aqui também hoje, senhora Márcia, que no dia 2 ou no dia 3 – o pagamento foi feito no dia 2 – que a senhora e o doutor Helton conversaram: e agora, o que vamos fazer?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. Ele chegou assustado na minha sala, 2 ou 3.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Pagamos e agora o que vamos fazer?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pagaram e agora, né? Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Essa conversa vocês tiveram?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, digo, o pagamento saiu, alguém já soube? Alguém tinha... ele teve uma conversa com alguém que trouxe isso à baila ou cobrou dele, sei lá eu, eu entendi dessa forma. E naquele dia, naquele dia que eu soube que o pagamento tinha entrado. Eu, naquele dia, por ele. Foi assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, senhor Presidente, para a gente ter uma ordem natural das coisas aqui. Os ritos não foram cumpridos, o Estado vivia um momento de pânico total, dito pelo seu Carlos aqui que em abril iam morrer seis mil pessoas, então vocês tinham que comprar tudo, tinham que fazer tudo, tinham que fazer aquela loucura sem critério, para mim – desculpe, né, a minha interpretação pessoal – sem critério técnico nenhum, o que levou a isso tudo.

Mas está claro aqui, doutor Helton, em que pese esses papéis, porque os papéis... Para quem conhece a administração pública sabe que você tem que empenhar, você tem que liquidar para você poder pagar, certo? E para empenhar você tem a ordem de fornecimento, para liquidar você tem que ter a nota fiscal, por isso que eles mandaram a nota fiscal, então não deveria ser surpresa para ninguém que a nota fiscal veio, né? E para pagar antecipado, que não foi só esse, nós temos aí dezesseis ou dezessete processos que estamos avaliando na Comissão Especial da Assembleia, então não é um só. O *modus operandi* foi esse, inclusive pela dificuldade dos fornecedores garantirem a entrega sem o pagamento e por isso que vocês foram atrás de forma de pagar antecipado. Tanto é que o Governador, via Casa Civil, mandou, dia 31 de março para esta Casa um projeto de lei pedindo autorização para pagar antecipado.

Quer dizer, então tudo isso era sabido de vocês todos (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*). Não adianta vir para cá dizer para nós que ninguém sabia de nada disso, porque vocês conviviam esse momento crítico, que se não pagasse vocês não tinham produto. E isso dito por vários Estados brasileiros na mesma situação. Uns cumpriram um rito, compraram melhor, outros não cumpriram os ritos e acreditaram inocentemente em oportunistas de ocasião, como deve ser esse seu Fábio Guasti, como deve ser o seu Leandro Barros, porque está provado nos autos agora que receberam nas suas contas dinheiro da transferência dos ventiladores. Então vocês cumpriram ritos administrativos para dar formalidade a uma decisão que vocês tomaram na Secretaria de Estado de comprar do seu Fábio Guasti os ventiladores, porque em uma semana vocês iam ter e vocês estavam apavorados.

Esse é o entendimento que eu consigo tirar das falas de vocês. O senhor sabia, porque negociou, inclusive baixou o preço, sabia que só entregava, mas para entregar ele tinha que mandar o dinheiro para a China, porque senão não conseguia carregar, então tinha que pagar antecipado; a senhora Márcia sabia (*a depoente Márcia Regina Geremias Pauli faz que sim com a cabeça*), fez toda a operação para poder viabilizar que esses equipamentos chegassem, porque todos estavam em pânico e precisavam comprar.

Eu acho que vocês tinham que admitir isso. Vocês, no mínimo, erraram nisso, porque vocês que decidiram, gente. O próprio José Florêncio sabia desde o início, segundo a Márcia aqui, que nós vamos questionar semana que vem, era uma das três pessoas que sabiam e ele era o homem que pagava. Então já estava autorizado, porque ele participou disso tudo. Por isso que pagaram, não foi por causa daquela certificação lá, não, isso era o rito natural para que pudesse pagar. Esse é o meu entendimento.

Eu gostaria que... a senhora Márcia e o senhor Helton poderiam falar um pouquinho sobre esse meu raciocínio que eu fiz agora.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O seu raciocínio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque o meu raciocínio é em cima das falas absolutamente de vocês.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O seu raciocínio está completamente correto, correto do início ao fim, do início ao fim, por conta de que na negociação estava claro, e foi declarado inclusive pelo fornecedor que, pagando, chega entre 5 e 7 de abril. E no outro dia o Secretário, no dia trin, não, dias à frente, ali no dia 30, o Secretário colocou isso em coletiva, ela falou: já gastamos 76 milhões. Acabei de ler pra vocês no início, e entre 3 e 7 chega a... chega a carga. O Secretário estava falando sobre uma assinatura, o senhor Helton está falando da assinatura na nota, aquilo faria... fazia parte integrante lá no SGPE, parte integrante de uma formalidade pra seguir com o pagamento, estava posto.

O apoio da SGA foi instruído: o que precisa ter? Precisa ter a nota? Precisa ter a certificação? Precisa pra chegar... chegou lá no financeiro. Ele já sabia do pagamento antecipado, a SGA teve que preparar tudo, porque eles precisavam receber pra fazer o pagamento antecipado, na negociação já sabia-se, o Secretário já sabia, eu já sabia, o Zé Florêncio sabia, o gerente de Orçamento sabia, todos sabíamos que era pagamento antecipado. Condição mínima para a compra.

(O advogado Noel Baratieri fala com o senhor Helton de Souza Zeferino.)

É preciso admitir isso, as pessoas precisam admitir, as pessoas que estavam lá vivenciando precisam admitir isso. As formalidades foram postas pra que se chegasse naquela... naquela... momento de pagar, aonde a SGA teve a instrução dos processos ela fez, a partir dali ela coloca pro Cofes, que também faz a formalidade no Sigef.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado Milton Hobus...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Helton.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... eu respeito a sua opinião, mas discordo veemente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não, isso não é opinião, hem, é em cima de falas absolutamente de vocês. Se eu faltei com alguma verdade, por favor...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quando o senhor... por gentileza...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nós vamos buscar os depoimentos, porque eu só falei aquilo que vocês dois falaram aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro. Por gentileza...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E daí a conclusão é natural em cima do que vocês falaram.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Quando o senhor minimiza uma questão de uma... de um documento, onde eu tenho a assinatura de alguém dizendo que isso aqui é mera formalidade, o senhor está desconstruindo todo o processo administrativo. Por que que eu digo isso, Deputado? Se os senhores pegarem os dez, doze, enfim, eu não sei exatamente quantos processos são de compra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Dezesete.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Vão estar todos assim.

(O advogado Diego Cardoso Schaefer Martins fala com a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor vai verificar um detalhe: nesses que não passaram pelo gabinete, que foram... se foram dezesete, quinze não passaram pelo gabinete, é... em todos eles, em determinado momento dessa tramitação, se refere a pagamento antecipado. Tá lá escrito. Então nós temos... se não é na... se não é a grande



maioria deles, na ordem de fornecimento já está pagamento à vista ou pagamento antecipado, nós temos uma tramitação empenho, liquidação e pagamento antecipado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Helton, só para nós...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para nós ganharmos o tempo disso que o senhor já explicou bastante.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu pergunto para a dona Márcia. Dona Márcia, por que nessa ordem de fornecimento não está o pagamento antecipado como está nas outras? Qual o problema que houve ali? Porque é essa a argumentação do ex-Secretário Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No último dia 2 o Deputado Kennedy inclusive ele fez todo o resgate, né, da sequência onde tinha a documentação, que é a isso que ele se refere, do pagamento antecipado. Lá na dispensa de licitação ela está referindo à proposta, na proposta tem lá em numerário antecipado. O Deputado Kennedy, me recordo que ele fez toda essa... esse caminho, inclusive demonstrando aqui, no dia 2.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, mas o que o Secretário Helton está dizendo aqui, a defesa dele é que ele não sabia do pagamento antecipado, porque não está na ordem de fornecimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Deputado, com todo respeito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas eu lembro que o Deputado Kennedy fez isso e pode mostrar hoje novamente, está ali, o Secretário Helton assinou a dispensa de licitação, isso também está documentado e lá na proposta está posto o pagamento antecipado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então, esse é um mero detalhe.

E daí eu pergunto, Secretário Helton: no dia 2 foi pago, no dia 3 o senhor Onofre, representante da empresa, disse: olha, vocês não vão receber, o seu Secretário Adjunto recebe. A senhora Márcia fala aqui que vocês dois comentaram, entre o dia 2 e o dia 3: e agora, como é que ficamos. No dia 7, que era na semana seguinte, vocês já estavam cobrando o seu Fábio Guasti: escuta, e aí, e a entrega? Vocês estavam cobrando. Mas só no dia 15 o senhor formalizou o processo para os outros órgãos para tomar... ou para o Governador dando ciência de um caso tão crítico, porque o senhor colocou o Governador no fogo, o senhor levou ele para uma *live* lá para dizer para o povo: olha, está chegando aí equipamentos que nós compramos e pagamos. O senhor falou tudo isso, está lá na *live* de vocês dois, e só no dia 15, que o Douglas disse que era dia 22, que: poxa, fizemos uma cagada, o negócio não vai vir, e não temos nenhuma segurança de que esse dinheiro vai vir de volta, e agora?

Por que esse tempo todo? O senhor, o seu Secretário Adjunto e toda a...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Bom, primeiro que... primeiro que essa informação que o senhor disse que o Secretário Adjunto recebeu por *e-mail*, essa informação não foi tramitada pra mim, eu não tenho essa informação. O senhor pode verificar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas era sua pessoa de confiança.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O senhor pode...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que estava junto no processo, assim como é o...



O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Na verdade, na verdade Deputado, todos os cargos em confiança da Secretaria são cargos de confiança, todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não, mas essa negociação...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que eu quero dizer pro se...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... dos ventiladores, dita aqui pela Márcia, foi o senhor que negociou.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor que baixou o preço, o senhor sabia de toda a negociação.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Vamos lá, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então o senhor tinha que estar preocupado com a negociação, eu imagino. Eu estaria, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, vamos lá, Deputado. Então reafirmando novamente aquilo que eu já falei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A não ser que a senhora Márcia está mentindo aqui...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No dia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que não foi o senhor que negociou. Então eu queria que o senhor me explicasse.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — No dia... Deputado, vamos lá.

No dia 26, quando eu faço a ligação no sentido de diminuir custos, quando a gente diminui o custo é obviamente... se o senhor me disser que naquele dia ele estava projetando a proposta da empresa, o.k. Eu estava conversando com o fornecedor, chamado Fábio Guasti, ao qual me disse que tinha capacidade de, enfim, ele já havia, a Márcia já havia me relatado isso, capacidade de entrega de duzentos equipamentos, é x ou metade deles até o dia 7, entre 5 e 7, e a outra metade até o dia 30 de abril. Eu estou tentando reduzir custos. Ela mesma disse que saiu de 169 para 165.

Então, ou seja, isso aqui...

(O advogado Paulo Cesar Schmitt fala com o senhor Douglas Borba.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Conseguiu essa redução.

(O advogado Noel Baratieri levanta os braços, num gesto de impaciência, enquanto o Deputado Milton Hobus faz o questionamento.)

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ... isso aqui, isso aqui nesse momento já me diz o seguinte: olha só, a proposta da empresa não está com o Estado ainda, porque se... porque se eu estou te le... a não ser que a gente pega aquela proposta, nós dentro da Secretaria, né, vamos imaginar isso, eu vou alterar o valor da proposta.

Então naquele momento em que nós saímos lá dos 169 pros 165, a empresa ela vai me encaminhar a proposta. Naquele momento que ela encaminha a proposta, e aí eu não sei dizer exatamente pro senhor quando essa proposta chegou, o que eu sei é que nós tivemos uma proposta que chegou via Brazilian Trading, isso foi inclusive gerado e autuado um processo, e na manhã seguinte foi feito o desentranhamento disso. Isso aconteceu, está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sim, várias folhas, né?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Isso, da página 2 até a página 18. Isso foi desentranhado.

Então, ou seja, nós tínhamos iniciado um processo de dispensa de licitação com uma proposta de uma empresa, chamada Brazilian Trading, que no dia seguinte, e aí eu não sei lhe dizer por que, eu não tenho essa informação...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas era o seu Fábio Guasti que trouxe a proposta da Brazilian Trading...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...assim como a da Veigamed. [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim. Essa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ele disse para vocês: eu acho que vou ter que mudar porque...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Não disse pra vocês... pra mim ele não disse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não disse.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — O que eu tenho acesso aqui....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Disse para a senhora Márcia, disse para a senhora que ia mudar a empresa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Estão nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tá.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, quando ele muda esse processo, eu já não sei, não consigo entender, né, ele dá algumas argumentações aqui de, de motivos, enfim, que a empresa ela teria, não teria capacidade de vender pra Santa Catarina. Enfim, faz um relato aqui no...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Hum, hum.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — ...nos documentos que são produzidos pelo Ministério Público. Então, a partir daquele momento ali, a Veigamed ela entra nesse processo lá no dia 27. Então, ou seja, é... nós já tínhamos aqui claro, né, isso aqui já tá claro que nós tínhamos alguém que é... estava tentando pipocar onde é que ele ia conseguir uma empresa pra fazer. É... isso também é público, é notório, os senhores já ouviram falar dessa história também, que a Brazilian Trading lá de... de Joinville recebeu uma ligação de alguém pedindo determinado valor, que esse valor ele seria, enfim, pra pagar comissão pra alguém, os senhores já ouviram falar disso, isso está nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Só que, a partir desse momento, nós temos um rito que tem que ser seguido. O rito qual é? Verificar se a empresa tem a documentação adequada, verificar se a empresa tem os devidos registros, o próprio assessor jurídico ele pede outros orçamentos, né, os senhores não trouxeram essa fala aqui hoje ainda, mas nós temos que verificar, né? Uma das empresas a qual o orçamento ele foi apensado é uma empresa que recebeu recursos, tá aqui nos autos do Ministério Público, ela recebeu recurso da empresa Veigamed é... da ordem aí de, salvo engano, trezentos e poucos mil reais, uma coisa assim, mas ela recebeu. Então, olha só, por que que uma empresa que é... foram anexados dois orçamentos, por que que uma dessas empresas recebeu recurso da Veigamed? Mas tá aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É simples, a Márcia já falou aqui que eles esquentaram os orçamentos, isso já está claro para a CPI.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Então, se esquentaram, nós temos aqui um envolvimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem colocou os orçamentos foi o próprio Guasti e a equipe que cuidou dessa fraude.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — É... então, como nós temos esse rito funcionando ou esse rito trabalhando, nós poderíamos chegar inclusive numa outra proposta



que já aconteceu em outros processos, uma proposta mais vantajosa para o Estado, desde que mantido aquela condição de igualdade, né, entrega, enfim, ou coisa que vai.

Quando esse processo ele vem, ele é produzido e ele chega a essa conclusão: ó, agora a gente pode encaminhar pra parecer jurídico. Assim foi feito. O parecer jurídico ele emite, e os senhores já ouviram aqui também o assessor jurídico dizendo isso, não é porque uma empresa diz que quer receber dez dias antes de entregar que nós vamos entregar. O que vale pra nós é o contrato administrativo, leia-se ordem de fornecimento. É aqui, é aqui que nós temos o documento do Estado, dizendo: ó, é dessa forma aqui que eu, é isso aqui que eu quero, é dessa forma que eu vou te pagar.

Só pra finalizar, Deputado, por gentileza. Então, quando esse documento ele vai pro gabinete, nós temos um parecer jurídico, que ampara uma DL e que, obviamente, tem uma ordem de fornecimento, em nenhum dos três se fala em pagamento antecipado, porque é... Ah, mas aí, então, foi só essa exceção que aconteceu, Helton, com relação a este processo, os outros demais é?... Mas eu pergunto, né, por que que justamente, esta é minha a pergunta, porque que justamente os dois processos que tramitaram pelo gabinete, que é este processo das duzentas máquinas e mais aquele processo que veio da Intelbras, não citava pagamento antecipado? Será que é por que nesse específico aqui esqueceram? Porque nos outros em... é na tramitação, tá lá escrito, pagamento antecipado; no empenho, ó, pagamento antecipado, é, na ordem de fornecimento tá escrito ou pagamento antecipado ou pagamento à vista.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Senhor Helton, para eu entender.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Claro, claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para perguntar para o senhor, porque eu estou tentando me colocar no lugar do senhor, lá numa gestão de crise.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que o senhor estava ali cuidando da Covid, o senhor virou o gerente da crise, outras pessoas que ficaram na Secretaria, o senhor foi lá para a Defesa Civil. Então a sua aflição era – na sua ideia estava supercorreta, que eu defendi, que não era a história do hospital de campanha – comprar equipamentos para dotar os nossos hospitais de mais leitos de UTI se caso aqueles números catastróficos que vocês tinham se confirmassem, o senhor estava apavorado com isso. Então é claro que o senhor se envolveu para ajudar a resolver isso e o senhor queria trazer equipamentos rápido para cá, isso vocês disseram aqui hoje, que o fato de não ter prosperado outras propostas que vieram ali e diminuiu de 169 para 165, porque vocês foram iludidos pelo seu Fábio Guasti, que deve ser um bom vendedor, um bom enganador, que vocês teriam esses equipamentos muito rápido, e isso é uma decisão e, quando a gente diz, negociei, segue com dispensa de licitação, a gente não sai procurando outro fornecedor. Se a gente quer um processo diferente: ó, vai buscar outro, abre um prazo de três dias, de cinco dias, de quinze dias e torna público e chama mais fornecedores para fazer. Não, vocês determinaram uma sequência para comprar porque, se não decidisse logo, já vendiam para outro, estava assim – temos tudo isso dito nos depoimentos aqui. Então, realmente se deu nessa sequência natural, e daí o pessoal de baixo, que é a servidora Márcia, o Carlos, eles tinham que dar conta do processo, mas é impossível que não se sabia que isso era à vista, tanto é que um dia depois, de palavreado, de ter a conversa de baixar de 169 para 165, antes da ordem de fornecimento, ele já estava pedindo o dinheiro, e o Zé Florêncio sabia, segundo a servidora Márcia, o Zé Florêncio sabia, eram as três pessoas que sabiam, por isso que talvez o José Florêncio pagou, mas para pagar tinha que ter essa formalidade de assinatura de uma nota, porque senão não liquida o empenho.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Deputado, se o senhor me permite, é, é...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Essa é a dedução, eu não consigo entender?...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — A sua dedução... se o senhor me permite, a sua dedução, nós não estamos vivendo aqui num mundo de fragilizados e opositores. Nós temos que tomar aqui da seguinte estatística ou a seguinte adoção, pessoas e a Márcia ela... a servidora Márcia ela é muito feliz, nós tivemos dezesseis, dezesseis servidores que passaram por esse processo. Então assim, ó, cada servidor que passou por esse processo ele tem que ser devidamente cobrado por aquilo que o fez. É... quando o senhor diz que: ah, eu já sabia disso aqui. Eu não sabia. Porque se a, a lógica que o senhor está adotando que eu estava apavorado e, e uma empresa chamada Intelbras, diz assim: ó, eu preciso de 30% pra mais cem máquinas. O senhor acha que esses 30% não teriam sido liberados quando o senhor disse que a lógica?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu estranhei porque liberaram para a Veigamed...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Mas, quando o senhor diz que a lógica é que eu estou apavorado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e não para a Intelbras, eu cobre isso aqui.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Pois é. Quando o senhor disse que eu estava apavorado no momento da gestão, que ia morrer gente, é... não teria lógica por que não liberar os 30% da Intelbras pra conseguir mais cem máquinas?

Então volto a afirmar, eu afirmo, em momento algum houve autorização minha pra fazer pagamento antecipado, isso não está documentado em lugar nenhum, isso não está nas conversas, se assim estivesse é impossível que o Fábio Guasti não tivesse dito em algum momento da conversa: olha só, mas o Secretário já falou que é pra pagar antecipado, por que não saiu ainda? Em momento algum da conversa o meu nome é citado, em momento algum dessa tramitação que existe ou dessa é... desta cobrança efetiva que existe, enfim, lá do, do é, do setor financeiro é dito: ó, o Secretário mandou, o Secretário determinou, por quê? Porque eu fazia isso por escrito, as minhas determinações na Secretaria sempre foram por escrito, não existe determinação verbal e como é que eu vou fazer uma determinação verbal de 33 milhões?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Nós vamos chamar o Zé Florêncio e o Fábio Guasti...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sim, sem problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...para tentar explicar um pouco mais...

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO — Sem problema.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...porque aqui acho que nós não vamos sair disso.

Mas eu tinha mais uma colocação para o Douglas, que fecha esse entendimento, que está nos autos, Douglas. O Leandro veio aqui e todos nós sabemos que vocês são da mesma cidade, que jogam futebol, que foram Secretários de governo juntos, Vereadores. Então é evidente que vocês têm relacionamento e sabem que o Leandro é uma pessoa ligada à área da saúde, tanto é que trabalhou na Secretaria da Saúde, e o seu Fábio Guasti, é uma das pessoas que o Leandro representa aqui.

O SR. DOUGLAS BORBA — *(O senhor Douglas Borba gesticula que não com a cabeça.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É, representa. Quando o senhor pede, e por isso o senhor está nessa situação, porque a justiça, a polícia, entendeu isso, essa ligação dos facilitadores – o seu Leandro e o seu Fábio Guasti são aqueles facilitadores,